

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Camilo Esteban Vergara Cerda

**Semântica dos expressivos: superando o expressivismo
metodológico**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Ludovic Soutif

Rio de Janeiro,
julho de 2020



Camilo Esteban Vergara Cerda

**“Semântica dos expressivos: superando o expressivismo
metodológico”**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada:

Prof. Ludovic Soutif

Orientador

Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Prof. Ralph Ings Bannell

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof^a. Célia Cristina Patrício Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Marco Antonio Caron Ruffino

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Prof. Carlos Mario Marquez Sosa

Universidade de São Paulo – USP

Prof^a. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Camilo Esteban Vergara Cerda

Possui licenciatura em Filosofia pela Universidad de Chile (2003) e é mestre em Lógica e Metafísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015), tendo iniciado seu doutorado em Filosofia na PUC do Rio de Janeiro no ano seguinte. Participou de programa de doutorado sanduíche no exterior (PDSE) com bolsa de fomento da CAPES. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Linguagem e História da Filosofia Analítica, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria dos Atos de Fala, Teoria do Juízo em Frege e Significado Expressivo.

Ficha Catalográfica

Vergara Cerda, Camilo Esteban

Semântica dos expressivos : superando o expressivismo metodológico / Camilo Esteban Vergara Cerda ; orientador: Ludovic Soutif. – 2020.

158 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2020.

Inclui bibliografia

1. Filosofia - Teses. 2. Expressivos. 3. Pejorativos. 4. Semântica. 5. Expressivismo. 6. Ontologia social. I. Soutif, Ludovic. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

Aos meus pais.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Ludovic Soutif, pela excelência enquanto professor e por ter me orientado com dedicação durante todo o processo do doutorado. Por estes motivos (e muitos outros) sou-lhe eternamente agradecido.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pelo acolhimento e por ter possibilitado a realização da minha pesquisa, proporcionando-me todas as condições para poder realiza-la.

Ao CNPq, pelos auxílios financeiros concedidos. E a Capes, igualmente pelo suporte financeiro. A importância de ambas instituições para a produção científica brasileira não deveria ser questionada. Certamente sem seu apoio este projeto não teria sido possível. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos professores que participaram da banca examinadora, Prof. Ralph Ings Bannell, Prof^a. Célia Cristina Patrício Teixeira, Prof. Marco Antonio Caron Ruffino e Prof. Carlos Mário Marquez Sosa, pela disponibilidade de ler e avaliar meu trabalho, e por todos os comentários feitos.

Ao Grupo de Investigação em Filosofia Analítica Logos, da Universitat de Barcelona, por ter me recebido durante meu doutorado sanduíche. Em especial, a Manuel García Carpintero e Teresa Marques, pelo acolhimento e aprendizados durante esta etapa da minha vida que mudou o meu olhar em relação à pesquisa.

Aos meus pais, Pablo y María de la luz, por terem me apoiado desde o início nesta caminhada filosófica, meus amigos incondicionais que estão comigo nos bons momentos e também nos difíceis.

A Karen, pelo apoio emocional, companhia e conversas sobre o assunto durante todo o processo. E ao Pedro, por ter me ajudado neste projeto, e ter sido um bom companheiro desde que iniciei a pós graduação no Brasil.

Resumo

Vergara Cerda, Camilo Esteban; Soutif, Ludovic. **Semântica dos expressivos: superando o expressivismo metodológico**. Rio de Janeiro, 2020. 158 p. Tese de Doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo da presente tese é duplo. Por um lado, pretende-se questionar o posicionamento metodológico de Potts em suas tentativas de construir modelos para o significado dos expressivos. Por outro, argumento que uma interpretação correta do valor semântico dos expressivos deve considerar o vínculo que, a meu ver, tais termos entretêm com a ontologia social; já que o que as pessoas fazem com a linguagem *está* vinculado com a estrutura social em que o uso da linguagem se encontra inserido. A seguir, apresento a estrutura da tese. No primeiro capítulo, são analisados os dois modelos semânticos elaborados (respectivamente, em 2005 e 2007) por Potts para dar conta do comportamento específico dos expressivos. No segundo capítulo, procuro esclarecer seu posicionamento sobre o valor semântico dos expressivos; tendo em vista que, para operar com seus modelos, Potts se vale de uma definição funcional (*working definition*). No terceiro capítulo, questiono a principal tese defendida por Potts, a saber, que os expressivos formam uma classe semântica natural delimitada por um conjunto de propriedades notáveis. Para esses fins, argumento que as propriedades distintivas atribuídas por ele aos expressivos não conseguem circunscrever com nitidez uma categoria semântica. No quarto capítulo, apresento uma proposta alternativa de interpretação do valor semântico dos expressivos, a qual leva em consideração o caráter normativo do conteúdo expressivo. Neste ponto, faço minha a visão de Williamson (2009) sobre o maior poder explanatório deste tipo de interpretação com relação às diversas questões sociais e linguísticas que se colocam para os termos investigados. No quinto e último capítulo, argumento que uma interpretação correta do valor semântico dos expressivos deve acomodar, para além da dimensão normativa do conteúdo expressivo, *insights* oriundos da área de ontologia social, uma vez que o significado dos termos expressivos se encontra fortemente vinculado à posição social das pessoas que desempenham determinados papéis no discurso.

Palavras-chave

Expressivos; pejorativos; semântica; expressivismo; ontologia social.

Abstract

Vergara Cerda, Camilo Esteban; Soutif, Ludovic. **Semantics of Expressives: Overcoming Methodological Expressivism**. Rio de Janeiro, 2020. 158 p. Tese de Doutorado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this thesis is twofold. On the one hand, I question Potts's methodological stance in his attempts to build models for the meaning of pejoratives. On the other hand, I argue that a correct construal of the semantic value of expressives must take into account their ties with social ontology, given that what people do with language *is* tied to the social structure in which language use takes place. The thesis is framed as follows. In the first chapter, I analyze two semantic models successively designed by Potts (respectively, in 2005 and 2007) in order to account for the specific behavior of expressives. Next, I set myself the task of clarifying the stance behind the accounts, having in view the functional definition needed to operate with the models. In the third chapter, I question Potts's main thesis according to which expressives form among themselves a natural semantic class marked out by a set of salient properties. To this end, I argue that the alleged distinctive properties of expressives do not circumscribe a clear-cut semantic category. In the fourth chapter, I present an alternative to Pott's construal of the semantic value of expressives that takes into account the normative character of expressive content. At this stage, I embrace Williamson's view about the higher explanatory power of this type of construal with respect to the variety of social and linguistic issues raised by the investigated terms. In the fifth and last chapter, I argue that a correct construal of the semantic value of expressives must accommodate, in addition to the normative dimension of expressive content, a number of insights from social ontology, given that the meaning of expressives is strongly tied to the social position occupied by people in virtue of their role in discourse.

Key-words

Expressives; pejoratives; semantics; expressivism; social ontology.

Sumário

Introdução	10
1 O fenômeno da expressividade: perspectivas semânticas	14
1.1. Introdução	14
1.2. Investigando as teorias	15
1.2.1. A contribuição de Kaplan	15
1.2.2. A dimensão expressiva da linguagem	17
1.3. Uma semântica dinâmica para os expressivos	29
1.4. Itens da categoria	36
1.4.1. Epítetos	37
1.4.2. Adjetivos expressivos	38
1.4.3. Interjeições	38
1.4.4. Expressões coloridas	39
1.4.5. Injúrias (<i>Slurs</i>)	40
1.4.6. Diminutivos e aumentativos	42
1.4.7. Honoríficos	43
1.4.8. Pejorativos	43
1.4.9. Pronomes de tratamento	44
2 Uma teoria do valor semântico dos enunciados expressivos para os modelos de Potts	46
2.1. Introdução	46
2.2. Teorias candidatas para acomodar os modelos de Potts	48
2.3. Avaliando os modelos de Potts	50
3 Objeções às propriedades distintivas dos expressivos	79
3.1. Introdução	79
3.2. Objeções à propriedade de independência	80
3.3. As Críticas de Geurts a propriedade de independência	85

3.4. Críticas às propriedades de não-deslocabilidade e dependência <i>vis-à-vis</i> a perspectiva do falante	97
3.5. Objeções à propriedade de inefabilidade descritiva	104
3.6. Objeções à imediatez	107
3.7. Objeções à propriedade da iterabilidade sem redundância	111
4 Estados emocionais, normas e estruturas sociais: as limitações do expressivismo subjetivista de Potts	113
4.1. Introdução	113
4.2. Problemas enfrentados pela abordagem subjetivista	116
4.3. Uma abordagem normativa para os estados emocionais	119
4.4. Uma abordagem normativa para o conteúdo semântico dos expressivos	124
4.5. Uma nova proposta para o valor semântico dos expressivos	130
5 Significado expressivo: da linguística à ontologia social	135
5.1. Introdução	135
5.2. Investigando a ontologia social de Searle	137
5.3. Linguagem expressiva e funções de status	140
5.4. O valor semântico dos expressivos e seu vínculo com a ontologia social	147
6 Conclusão	151
Bibliografia	154

Introdução

Desde os primórdios da filosofia da linguagem contemporânea, o fenômeno da expressividade despertou o interesse dos teóricos. Apesar de ter investigado o fenômeno sob outro apelido (*Färbung*), o primeiro a esboçar uma explicação da natureza do conteúdo dos termos expressivos foi Frege (1897).¹ Em sua abordagem, os expressivos têm um caráter psicológico por estarem ligados aos estados mentais do sujeito que profere a sentença onde esse tipo de termo ocorre. Mais de cem anos depois, Potts (2005, 2007) aprofundou a visão fregeana, postulando que na linguagem natural há uma dimensão *expressiva* que opera de maneira independente da função descritiva (ou representacional).

As teorias semânticas desenvolvidas por Potts têm se tornado algumas das mais proeminentes e discutidas sobre o tópico. Isso porque elas conseguem explicar de maneira convincente diversas propriedades distintivas do conteúdo expressivo, tais como a independência do significado expressivo em relação ao conteúdo em questão (*at-issue content*) e a não deslocabilidade do conteúdo expressivo em encaixamentos sintáticos. O interesse de Potts se concentra na formalização do conteúdo expressivo. Uma primeira formalização é dada nos moldes de uma lógica das implicaturas convencionais; outra, nos moldes de uma teoria semântica dinâmica. Em ambos os projetos, há uma diferença nítida entre acomodar o conteúdo expressivo num sistema formal e especificar sua natureza. Por isso, é possível desenvolver um modelo formal sem se comprometer com uma teoria particular sobre a natureza do conteúdo formalizado. Isso se dá porque uma parte importante da teorização semântica é essencialmente sintática (ou combinatória) e aborda questões que dizem respeito aos modos de composição. Isto explica porque tal estudo pode ser feito sem uma definição essencial no lugar (Potts, 2005, 154). Tendo em vista esta distinção, Potts se vale de uma definição funcional (*working definition*) que lhe permite tornar compreensível o funcionamento de suas teorias,

¹ Seu texto “Lógica” apresenta diversos exemplos de enunciados nos quais “uma sentença faz mais que expressar um pensamento e afirmar sua verdade”. Frege, 1897, p. 139.

passando a defender que os expressivos, ao serem inseridos em enunciados, expressam propriedades dos estados emocionais do falante.

Essa definição funcional é eficiente ao explicar questões que se colocam ao buscarmos acomodar o significado dos termos expressivos em uma teoria semântica. Por exemplo, a propriedade da não deslocabilidade (*scopelessness*) atribuída ao conteúdo expressivo pode ser explicada nos seguintes termos: dado que expressar uma emoção é um ato fundamentalmente diferente do ato de predicar ou se referir a algo, isto explica por que esse tipo especial de conteúdo não se encaixa semanticamente no escopo do operador do enunciado e, por esta razão, não pode ser acomodado em uma teoria semântica das condições de verdade. Esta abordagem elucida também de maneira simples a intuição que temos em relação ao uso de injúrias étnico-raciais, especificamente o fato de tais injúrias parecerem ter uma carga afetiva negativa e, por isso, cumprirem a função de armas verbais que servem para expressar desprezo por parte do proferidor.

No entanto, tal definição funcional do conteúdo expressivo se mostra insuficiente ao dar conta da diversidade e complexidade das questões que são suscitadas por esse tipo de significado. O motivo é que esta abordagem não é capaz de explicar de maneira convincente a variedade dos tipos de uso que são atribuídos aos termos expressivos, focando-se em apenas uma fração do espectro. Mais especificamente, ela serve para explicar quando o proferidor se encontra em um estado emocional intensificado, mas se considerarmos a gama de situações (contextos) em que se pode utilizar um termo expressivo, vemos como a definição funcional de Potts é limitada. Por exemplo, no caso hipotético de um encontro descontraindo de fanáticos intolerantes, é plausível imaginar que o uso de injúrias raciais cumpra uma função diferente da de externar emoções negativas em relação a outro grupo (nesse contexto, tal uso pode estar cumprindo a função de, por exemplo, fortalecer os laços de união do próprio grupo). Um caso similar, por não se encaixar na definição apresentada, é o dos honoríficos, ao termos a intuição de que podem ser utilizados de maneira apropriada sem que o proferidor esteja em um estado emocional de admiração ou veneração, e sem, com isso, incorrer em nenhum tipo de infelicidade. No âmbito militar, por exemplo, os honoríficos cumprem a função de instituir o tipo de relação hierárquica que há entre os interlocutores estabelecendo quem é superior a quem, e deixando a função expressiva (*i.e.*, a externalização de emoções) totalmente fora da equação. Pelos motivos

apresentados, o propósito da presente tese é apresentar uma proposta em relação ao valor semântico dos expressivos que permita esclarecer as diversas funções que estes termos desempenham no nosso dia a dia.

A estrutura da tese é a seguinte: no primeiro capítulo, serão apresentadas as duas teorias semânticas defendidas por Potts, por meio das quais ele oferece uma proposta para acomodar o significado dos expressivos. No segundo capítulo, será definido que tipo de posição sobre o valor semântico dos expressivos é assumida por Potts. Uma vez que seu projeto primário focou-se em apresentar uma análise formal precisa sobre a semântica dos expressivos; a qual permitisse compreender suas propriedades distintivas e, assim, ampliar a compreensão deste tipo particular de termo, sabemos que ele não se posicionou explicitamente em relação a natureza do valor semântico deles. Por este motivo, é necessário, primeiro, definir em que tipo de teoria do significado podem ser enquadrados seus modelos formais, para que, em seguida, possamos abrir o caminho para esclarecer que posição ele adotou em relação ao valor semântico dos expressivos. Para isso, apresentarei argumentos a favor da tese de que a teoria do significado que comporta de melhor forma as ideias de Potts é o expressivismo híbrido. Já no terceiro capítulo, analisarei se as propriedades que Potts atribui aos expressivos ao formalizar seus modelos são descritivamente adequadas. O objetivo é evidenciar como a base teórica sobre a qual Potts funda o seu projeto de proporcionar uma teoria formal unificada do significado dos expressivos pode ser questionada; uma vez que não podemos defender de maneira conclusiva que os termos expressivos possuam propriedades distintivas. No quarto capítulo, farei um levantamento das objeções mais substanciais que se colocam à caracterização funcional do significado expressivo utilizada por Potts na construção de seus modelos semânticos. O objetivo do capítulo é apresentar argumentos a favor da ideia de que a melhor explicação do conteúdo semântico dos expressivos consiste na atribuição de uma propriedade objetiva avaliativa. Para exemplificar este ponto, mostrarei como o posicionamento de Potts não consegue explicar de maneira convincente a capacidade que possuem os termos derogatórios de ferir ou magoar os alvos de nossas palavras; e que, em contrapartida, o posicionamento que eu defendo é, sim, capaz de explicar este ponto. No quinto e último capítulo, apresentarei como uma interpretação correta do valor semântico dos expressivos deve considerar a estrutura social na qual um determinado enunciado expressivo encontra-se inserido. Para isso, será defendido

que há uma ponte teórica entre a ontologia social e a linguagem expressiva, a qual é fundada na tese de que os termos expressivos têm a capacidade de modificar as funções de status (*status function*) dos indivíduos.

1

O fenômeno da expressividade: perspectivas semânticas

1.1. Introdução

Neste capítulo, será apresentada de maneira concisa a contribuição filosófica de Kaplan (1999) acerca dos expressivos, dada sua relevância para o propósito da presente pesquisa por ter influenciado o trabalho posteriormente realizado por Potts. Mais especificamente, apresentarei a tese kaplaneana de que os expressivos têm um significado estável e socialmente estabelecido e que, por este motivo, não devem ser tratados como meras descargas verbais. Também será apresentado como uma teoria das condições de verdade da sentença apresenta dificuldades ao tentar dar conta da informação “extra” que intuitivamente percebemos quando um enunciado possui um componente expressivo. Em seguida, analisarei as duas propostas apresentadas por Potts (a primeira em 2005 e a segunda em 2007), por meio das quais o autor oferece tentativas de acomodar o significado expressivo num marco teórico semântico. Considerando que, em seu primeiro modelo, sua tentativa de comportar o significado dos expressivos se deu por meio de uma teoria semântica das implicaturas, apresentarei brevemente a noção de implicatura apresentada por Grice (1975) para facilitar a compreensão do modelo formal de Potts. Posteriormente serão apresentadas algumas propriedades distintivas que Potts lhe atribui ao significado expressivo nestes moldes, tais como a independência, a não deslocabilidade e a dependência *vis-à-vis* a perspectiva do falante. Na sequência, analisarei a segunda teoria proposta por Potts (2007), a qual está assentada na tese de que os termos expressivos formam uma classe semântica natural delimitada por um conjunto de propriedades notáveis. Por esse motivo, serão apresentadas as novas propriedades atribuídas por Potts aos expressivos, a saber, a inefabilidade descritiva, a imediatez e a iterabilidade sem redundância. Também será introduzida a noção de índice expressivo, pois, neste segundo modelo, ele é o encarregado de acrescentar ao contexto do proferimento a atitude emotiva do proferidor. Uma vez descritas ambas as teorias, chegaremos ao objetivo principal do capítulo, a saber,

estabelecer as condições suficientes para determinar, no capítulo seguinte, que tipo de posição sobre o valor semântico dos expressivos é *assumida* por Potts (ao entender que ele não se posicionou explicitamente em relação a este assunto, já que esta questão estaria fora do alcance do interesse de sua pesquisa).

1.2. Investigando as teorias

1.2.1. A contribuição de Kaplan

Os filósofos da linguagem, em sua pretensão de explorar e compreender a noção de significado na linguagem natural, fizeram algumas simplificações que modificaram o rumo histórico das suas investigações. Nesse processo, a grande maioria dos semanticistas concentrou-se em caracterizar que tipo de condições deve cumprir uma sentença declarativa para que esta fosse considerada como verdadeira. Por causa disso, o fenômeno da expressividade na linguagem natural não foi considerado como um tópico relevante para a semântica até Kaplan (1999) questionar a atribuição do fenômeno ao campo da pragmática. Ele criticou a assunção feita pelos formalistas e antiformalistas de que não é possível analisar certos fenômenos das linguagens naturais, como a expressividade, por meio das ferramentas formais da lógica. Sua tese principal é a de que essas expressões têm um significado estável e socialmente estabelecido e que, por esse motivo, não devem ser tratadas como meras descargas verbais. Kaplan enfrenta o desafio de dar conta do significado convencional dos expressivos por meio de um arcabouço teórico normalmente utilizado para dar conta do significado de outro tipo de expressões, a saber, os termos indexicais. Sua proposta segue a tese wittgensteiniana do significado como uso, mas a partir de uma perspectiva normativa. Desta forma, a noção de uso já inclui a noção de correção, *i.e.*, um critério que permite elucidar quando estas expressões são utilizadas de maneira apropriada. O critério possibilita a compreensão da convenção linguística que está por trás de cada termo e que nos permite enxergar o conteúdo cognitivo carregado por eles. A proposta semântica de Kaplan dá conta do fato de que é possível comunicar um conteúdo expressivo fingindo que se tem a emoção ou atitude correspondente. Por exemplo, pode-se proferir o expressivo “ai” sem sentir dor

(sem estar no estado emocional apropriado) e, assim, enganar o ouvinte, *i.e.*, fazê-lo acreditar que se está sentindo dor. A razão é que o termo carrega uma informação convencionalmente codificada, sendo esta uma das formas de se evidenciar que os termos expressivos têm um conteúdo semântico. Existem outras intuições que apontam na mesma direção, como o fato de podermos realizar inferências dedutivas válidas a partir de proferimentos contendo termos expressivos que não podem continuar sendo feitas no momento em que tais termos são removidos. Considere:

(A) O maldito Kaplan foi promovido \rightarrow Kaplan foi promovido.

(B) Kaplan foi promovido \rightarrow O maldito Kaplan foi promovido.

Na segunda inferência, intuitivamente julgada inválida, há um excesso de informação na conclusão, e tudo indica que isto é responsável pelo caráter indevido da inferência. Já a primeira inferência é intuitivamente válida pelo fato de a conclusão não conter mais informação (em comparação) do que a carregada pela premissa. Note que em ambos os casos há preservação da verdade (assumida) da premissa. Por isso, a diferença entre (A) e (B) não pode ser explicada por meio de uma teoria das condições de verdade da sentença. Exemplos como esses proporcionam evidências preliminares para acreditar na existência de um conteúdo informativo carregado pelo expressivo. Levando isso em conta, os expressivos passaram a ser considerados dispositivos linguísticos semanticamente relevantes, por serem candidatos a instanciar de forma peculiar o fenômeno denominado na filosofia da linguagem como “significado não descritivo”. Como é sugerido pelas sentenças de acima, embora tal significado seja linguisticamente codificado por um constituinte da sentença, ele não interfere nas condições de verdade da mesma.

Kaplan não se aprofundou nos desdobramentos das suas ideias, nem chegou a desenvolver uma teoria formal do significado expressivo, mas Potts deu continuação ao seu legado filosófico em seu livro *The logic of conventional implicatures* (2005). Neste, ele apresenta um sistema formal que explica a estrutura lógica por trás das implicaturas convencionais a partir de uma perspectiva semântica. No novo marco teórico é admitida a inserção de novos tipos de conteúdo, como apositivos e expressivos, reivindicando-se o *insight* kaplaneano de que o conteúdo dos expressivos pode ser acomodado numa teoria semântica. O objetivo geral do livro é esclarecer a noção de implicatura convencional, assumindo uma

tese controversa por ir contra a ideia enraizada desde o início da discussão sobre o assunto, a saber, que há algo fundamentalmente pragmático neste tipo particular de significado. Na abordagem pottseana, tanto os expressivos quanto os suplementos (apositivos e parentéticos²) formam uma classe de implicatura convencional, na qual a informação é lexicalizada, de forma que esses termos podem ser modelizados numa semântica multi-dimensional. Nesta perspectiva, o significado dos termos expressivos passa a ser relevante por ser uma das principais fontes de evidência empírica para sustentar a nova teoria. A razão disto é que o conteúdo expressivo, nesta abordagem, é considerado como uma classe de implicatura convencional. Por esta razão, os expressivos foram incorporados e analisados no sistema formal de Potts, sendo esclarecidas neste processo algumas das suas propriedades distintivas.

1.2.2. A dimensão expressiva da linguagem

Após a introdução por Grice da noção de implicatura convencional em seu artigo *Logic and Conversation* (1975), a discussão em torno ao assunto originou diversas propostas filosóficas que tentaram esclarecer se se trata ou não de um fenômeno linguístico singular. Enquanto Bach (1999), por exemplo, defende que a noção é um “mito”, outros teóricos afirmam que, quando falamos de implicaturas convencionais, na realidade estamos nos referindo a outra noção já existente, a saber, a de pressuposição. Em seu livro *A lógica das implicaturas convencionais* (2005), Potts defende que estas têm a qualidade específica de serem *sui generis*, e se propõe a elaborar uma caracterização da noção de implicatura convencional. Para tal fim, seu primeiro passo é identificar a evidência empírica disponível por meio de um levantamento dos itens linguísticos que possibilitam a produção de implicaturas, com a finalidade de delimitar qual é a extensão do fenômeno. O resultado desse mapeamento lhe permite distinguir duas categorias: a dos *suplementos* e a dos *expressivos*. No primeiro grupo, encontram-se as expressões apositivas e as parentéticas. No segundo, encontramos epítetos, interjeições e honoríficos, para mencionar apenas algumas. Nesta investigação, os termos *expressivos* despertaram a atenção de Potts quando ele constata que há semelhanças

² Um exemplo de apositivo seria “João, o ex-espião, está agora atrás das grades”; e um exemplo de parentético seria “João era, como a imprensa relatou, um espião bem-sucedido”.

substanciais entre a definição griceana de implicatura convencional (daqui em diante, IC) e *insights* sobre a natureza do conteúdo expressivo que encontramos na literatura. Levando isso em consideração, Potts passou a defender que os expressivos apresentam a particularidade de possuir propriedades distintivas que são análogas às das IC, como a de *independência* em relação ao conteúdo em questão (*at-issue content*), e a de sempre apresentar um conteúdo que é *orientado ao falante* (*speaker oriented*). Tendo em vista as semelhanças que há entre as noções, Potts formula uma *working definition* do conteúdo expressivo que fornece um critério para distinguir quais itens são relevantes e quais ficam fora da discussão. A principal característica dessa definição é que ela coincide de maneira substancial com a interpretação do Potts de IC. Desse modo, fica justificada a acomodação orgânica dos termos expressivos em sua lógica das implicaturas convencionais, a ferramenta por meio da qual ele oferece uma análise estrutural do fenômeno. Este sistema formal é uma metalinguagem que clarifica, acomoda e prediz o funcionamento das ICs, utilizando como base uma teoria semântica da linguagem natural. Mas para elucidar um pouco melhor como a noção de IC chega a ser vinculada por Potts de maneira tão íntima com a teoria do significado expressivo, é necessário elucidar primeiro alguns dos questionamentos que encontramos na gênese da noção.

Grice (1975, p. 25) apresentou uma caracterização das ICs que gerou muita repercussão e pela qual ele passou a ser amplamente reconhecido. Nessa caracterização, ele atribui a certos termos, tais como “mas”, “portanto” e “ainda”, para mencionar só alguns, a especificidade de desencadear, ao serem inseridos num proferimento, um conteúdo lexicalizado que não é *dito* de forma explícita, mas implicado pelo significado total do enunciado. Potts apresenta uma tese ainda mais forte em relação às ICs ao afirmar que “uma sentença não pode ser usada com seu significado convencional sem implicar suas implicaturas convencionais” Potts (2005, p. 35-6). Contudo, ambos teóricos estão de acordo no que diz respeito a uma das características distintivas da noção: esse tipo de “significado” não contribui para as condições de verdade da sentença, ou seja, que não pertence ao conteúdo literal daquilo que *foi dito* (*at-issue content*). A partir disso, podemos dizer que o significado da implicatura não é asserido, mas sim sugerido ou insinuado por meio da convenção que é acionada ao proferir o termo em certos tipos de enunciado.

Entre os exemplos clássicos analisados pelo Grice, encontram-se a conjunção adversativa “mas” e a conjunção conclusiva “portanto”. Considere:

- (a) Maria é milionária, mas honesta.
- (b) John é inglês, portanto é valente.
- (c) Ser valente se segue de ser inglês.

No primeiro enunciado, o conteúdo que foi asserido (*at-issue content*) é o de que Maria é milionária e honesta. Porém, há um conteúdo concomitante neste caso específico, a saber, de que existe uma contraposição entre ser milionário e ser honesto. Desta forma, está sendo implicado, embora não asserido, que há uma contraposição em possuir ambas propriedades. Costuma-se defender que este tipo de conteúdo é informativo, uma vez que o significado do proferimento é de fato acrescentado. Se utilizamos parênteses para nos referir a enunciados e colchetes para o conteúdo proposicional que se expressa, ao proferir (b) o falante teria a intenção de significar [b], ou seja, a proposição “John é inglês e valente”. Por meio do proferimento de (b), ele implica a proposição [c]. Em outras palavras, ao proferir (b), o falante afirma que John é inglês e valente, mas, por meio disso, ele implica (ao invés de dizer) que ser valente se segue de ser inglês. Neste caso, o significado convencional do termo “portanto” numa determinada estrutura sintática é o responsável por gerar a implicatura.

Tendo em vista a utilidade da distinção entre conteúdo asserido e implicado, esta foi reaproveitada para resolver alguns problemas que se colocam ao explicar como o significado expressivo opera de fato. Considere alguns exemplos de itens linguísticos considerados como expressivos:

a. We bought a new electric clothes dryer, and I thought all there was to it was plugging it in and connecting the vent hose. Nowhere did it say that the damn thing didn't come with an electric plug!

(Adjetivo expressivo atributivo, Potts (2005))

b. Vossa senhoria pode me perguntar o que quiser.

(Honorífico)

c. Aquela mulherzinha não chegará para trabalhar hoje.

(Diminutivo)

A primeira característica que chama atenção é que a presença dos itens lexicais destacados nas sentenças acima, (a), (b) e (c), não tem incidência na especificação das circunstâncias em que (a), (b) e (c) são verdadeiras ou falsas, conforme comprovado pelo efeito (nulo) da remoção do componente lexical expressivo em sentenças como (c.1

c.1. Aquela mulher não chegará para trabalhar hoje.

Sabe-se que o conteúdo literal de (c.1) será julgado como verdadeiro caso a mulher referida pelo demonstrativo “aquela” não chegue a trabalhar no dia em que o proferimento for feito. Logo, se considerarmos o enunciado (c) de acordo com esta mesma perspectiva semântica, poderíamos dizer intuitivamente que ele possui exatamente as mesmas condições de verdade que (c.1). Isto equivale a dizer que se um dos enunciados for verdadeiro o outro também o será, exatamente nas mesmas circunstâncias. Tendo em vista a semelhança em relação ao conteúdo descritivo que apresentam os enunciados de acima, a questão que se coloca é como explicar o significado de enunciados que empregam termos expressivos. À primeira vista, a intuição nos diz que há uma diferença entre ambos (havendo um conteúdo a mais no enunciado que contém o item expressivo), mas tudo indica que uma teoria semântica vero condicional não consegue dar conta desta diferença.

Há outras formas de exibir a diferença que existe entre os dois enunciados no exemplo apresentado. Percebemos que é possível negar o conteúdo descritivo do enunciado (c), mas quando o interesse é confrontar o conteúdo expressivo, o operador de negação não consegue atingi-lo. Isso explica por que o enunciado (d) parece inapropriado ao se contestar (c), configurando-se como uma resposta que pode ser avaliada como infeliz. Considere:

d. Isso não é verdade. (# Não tenho nada contra esta mulher, tampouco contra mulheres.)³

³ Seguindo uma prática comum na literatura, utilizamos aqui o sinal # para indicar que há uma infelicidade pragmática na sequência.

d.1. Isso não é verdade. (Ela vai chegar a trabalhar hoje.)

No caso do enunciado (c), o termo “mulher”, junto com o sufixo diminutivo “zinha”, além de identificar o referente, comunica um conteúdo informativo a mais que acarreta dificuldades quando contestamos o enunciado. Por esse motivo, em (d) a infelicidade da continuação é evidenciada independentemente de qualquer interpretação substancial do conteúdo expressivo, seja este em termos de pressuposição, implicatura convencional ou do modelo dinâmico do potencial de alteração contextual dos morfemas expressivos. Dessa forma, fica claro como a negação sentencial opera apenas em cima do conteúdo descritivo ao deixar intacto o conteúdo expressivo. Potts chama essa propriedade de “não deslocabilidade” (*scopelessness*) e a utilizou como evidência empírica para consolidar o argumento de que há uma diferença fundamental entre significado expressivo e significado descritivo. Em vista disso, seguindo o programa de esclarecer qual é a contribuição informativa destes termos, Potts propõe a existência de uma outra dimensão do significado que é caracterizada pela propriedade da *independência*: em seu primeiro livro, ela foi denominada de *dimensão CI* e, posteriormente, em seu artigo “The Expressive Dimension”, de *dimensão expressiva* (Potts 2005, 2007). De acordo com esta propriedade, há uma independência do conteúdo expressivo em relação ao conteúdo descritivo. Através dos recursos conceituais que as propriedades de independência e não deslocabilidade lhe fornecem, Potts soluciona o problema enfrentado ao contestar enunciados que contém conteúdo expressivo: por estar localizado num nível independente em relação ao conteúdo descritivo, o conteúdo expressivo não é atingido pelo operador de negação.

Enquanto Potts permanece no nível da semântica formal, há teóricos que abordaram essa dificuldade em contestar enunciados que contêm termos expressivos a partir de uma perspectiva pragmática. Camp, por exemplo, sugere que para se negar um conteúdo expressivo, é necessário mudar o foco da conversação:

Os conteúdos que não são asseridos, mas que são pressupostos, implicados ou de qualquer outra maneira manifestados, só podem ser apontados ao se redirecionar o

foco conversacional, dizendo algo do tipo “ei, espera aí! Você parece estar assumindo/sugerindo que...”⁴

Na procura de responder à questão sobre o significado expressivo, Potts foi influenciado pelo trabalho de Karttunen and Peters (1979), os quais defendem que é possível dividir a totalidade dos termos lexicais em duas categorias. Na primeira estariam aqueles termos que contribuem para o conteúdo descritivo do proferimento, e na segunda aqueles que geram algum tipo de implicatura. Tal distinção foi reutilizada por Potts, que passou a defender que os expressivos pertencem à segunda categoria. Sabe-se que o argumento por trás desse posicionamento é o de que expressivos e implicaturas compartilham as mesmas propriedades semânticas e, portanto, se comportam da mesma maneira. Desse modo, Potts compreende que uma maneira promissora de esclarecer a noção de significado expressivo é revelando a estrutura lógica das implicaturas convencionais. Para isso, ele faz uma listagem das propriedades instanciadas pelas ICs e em seguida compara cada uma delas, a fim de descobrir de que forma elas se manifestam quando termos expressivos são utilizados. As propriedades atribuídas às ICs são estas:

- (a) São parte do conteúdo convencional das palavras;
- (b) São compromissos e, portanto, originam implicações;
- (c) Tais compromissos são feitos pelo falante do proferimento “em virtude do significado das palavras escolhidas”;
- (d) São logicamente e composicionalmente independentes do “dito”, *i.e.*, independem do implicado pelo conteúdo literal. (Potts, 2005, p. 11)

A teoria das ICs de Potts se baseia numa regra composicional segundo a qual o operador de IC é uma função que toma como valor de entrada (ou argumento) o conteúdo descritivo do proferimento, e retorna como valor de saída duas proposições: o resultado do processo é a somatória entre o conteúdo descritivo (que permanece imutável) e a proposição gerada pela implicatura, configurando dois

⁴ Tradução própria. No original: “Contents that are merely presupposed, implicated, entailed, or otherwise manifested can be targeted only by redirecting the conversational focus, by saying something like ‘Hey, wait a minute! You seem to be assuming/suggesting that ... ’” Camp, 2017, p. 90.

significados independentes. Este modelo teórico permite analisar os enunciados que contêm termos expressivos da seguinte maneira:

Considerando o seguinte exemplo:

(e) Bob trouxe seu maldito cachorro.

Temos a seguinte asserção e implicatura:

Asserção - Bob trouxe seu cachorro.

Implicatura - Ruim (cachorro)

De acordo com essa análise, a implicatura pode ser parafraseada da seguinte forma: o falante tem uma atitude negativa em relação ao cachorro, ou ao fato de Bob ter trazido o cachorro.

Considere ainda:

(f) Aquela mulherzinha não chegará para trabalhar hoje.

No exemplo (2), temos:

Asserção - Aquela mulher não chegará para trabalhar hoje.

Implicatura - Ruim (mulher).

Neste caso, a implicatura pode ser parafraseada da seguinte forma: o falante tem uma atitude negativa em relação à mulher referida no proferimento (e provavelmente às mulheres em geral).

Em relação aos exemplos acima, podemos constatar que em ambos os casos o conteúdo da implicatura é atribuído ao orador do proferimento (*speaker-oriented*), e que, além disso, o conteúdo implicado mostra independência em relação ao conteúdo asserido e às inferências que podemos realizar a partir deste, situando-se numa outra dimensão de significado. Na teoria de Potts, as ICs cumprem duas

funções: a primeira, é a de servirem para orientar a conversação na direção projetada pelo falante ao manifestar seu estado emocional ou atitudinal em relação a algum elemento do conteúdo que foi asserido (ou à proposição completa); a segunda é a de facilitarem a interpretação de inferências que o falante deseja produzir no ouvinte em relação à informação externalizada. Nesta abordagem, as ICs são definidas como uma espécie de contribuição informativa para além do conteúdo descritivo do proferimento, a qual diz respeito a um episódio mental do falante. Tomando o caso do enunciado (e), entende-se não apenas que Bob trouxe seu cachorro, mas ainda que seria uma péssima ideia, por exemplo, sugerir ao proferidor que este fique com o cachorro enquanto Bob sai de férias, dado que o proferidor do enunciado não possui bons sentimentos pelo animal. Se tomarmos estas conseqüências discursivas em consideração, podemos usá-las como evidência para consolidar a ideia de que os expressivos cumprem a função de encaminhar a conversa numa determinada direção. Neste caso, o termo expressivo “maldito” no enunciado (e) manifesta de forma clara que o cachorro de Bob causa rejeição no falante, tendo em vista que este considera aquele negativamente.

Potts tem consciência de que uma caracterização do significado expressivo nestes termos ainda é insuficiente para conseguirmos desembaralhar os problemas aí envolvidos. Por esse motivo, ele prossegue com o plano de elaborar uma *working definition* que lhe permita determinar com precisão onde podemos estabelecer a divisão entre termos expressivos e descritivos. Para tanto, ele incorpora alguns *insights* do trabalho desenvolvido por Cruse (1985), Kaplan (1999) e Lobner (2002). A estas visões juntam-se algumas intuições que vêm da compreensão daquilo que o termo *expressivo* representa ou revela na linguagem natural. As principais ideias desses autores que foram incorporadas no marco pré teórico de Potts são as seguintes:

a. Lexicalidade:

“O significado expressivo faz parte do significado lexical de certas expressões, uma qualidade semântica de palavras e frases” (Lobner, 2002, p. 32)

b. Implicação:

“Os aspectos do significado sob discussão, em particular, a informação semântica exibida pelos expressivos, podem ter consequências para a noção de validade lógica.” (Kaplan, 1999, p. 13)⁵

c. Orientação ao falante:

“Outra característica que distingue o significado expressivo do significado proposicional é que é válido só para o proferidor, no tempo e lugar do proferimento. Esta limitação é compartilhada com, por exemplo, um sorriso, uma carranca, ou um gesto de impaciência [...]” (Cruse, 1986, p. 272)

d. Independência:

“O significado expressivo carregado por um item lexical numa sentença não desempenha papel algum na determinação das condições de verdade desta.” (Cruse, 1986, p. 272)

Entre as propriedades que foram destacadas no processo de complementação da definição funcional, a *independência* em relação ao conteúdo em questão cumpre um papel fundamental por possibilitar o paralelismo entre o conteúdo expressivo e conteúdo convencionalmente implicado. Entende-se por independência a possibilidade de inserir, trocar ou remover o conteúdo expressivo sem alterar o conteúdo descritivo do proferimento. Na concepção de Potts, este ponto é utilizado como evidência empírica na hora de justificar e esclarecer a forma como o conteúdo expressivo faz uma contribuição significativa, *i.e.*, o conteúdo expressivo faz uma contribuição numa outra dimensão do significado e por esta razão não é possível capturá-lo utilizando uma semântica das condições de verdade. Considere:

(g) Aquele imbecil do Bush é famoso

No momento de avaliar o enunciado (g) temos que, por um lado, o ouvinte pode aceitar a verdade de (g), a saber, que Bush é famoso, sem endossar o conteúdo expressivo e não ter nenhum sentimento negativo em relação a Bush. Por outro lado, o ouvinte pode discordar a respeito da fama de Bush e acreditar que o enunciado é

⁵ Como foi apresentado nos exemplos da seção 1.2.1.

falso, mas pode, ainda assim, concordar com a caracterização feita de Bush por meio do epíteto “imbecil” e compartilhar com o proferidor do enunciado o sentimento de desprezo em relação a Bush sem com isso cair em nenhum tipo de contradição. Desta forma, revela-se que há duas dimensões de significado operando simultaneamente, já que é possível concordar ou discordar tanto no nível descritivo, quanto no nível expressivo. Por este motivo, Potts sugere que não devemos tratar o conteúdo descritivo e expressivo como se fosse uma única unidade de significado (*a single unit of meaning*) (2007, p. 168). Em sua proposta, ele defende que devemos entender as duas dimensões de significado como operando em planos separados.

A próxima propriedade saliente dos expressivos é a não deslocabilidade. Refere-se à peculiaridade destes termos de não poder manifestar um conteúdo sem que este esteja ligado à situação atual do proferimento.⁶ Por este motivo, eles não podem ser usados para relatar atitudes emotivas (proposicionais) passadas, hipotéticas ou ainda possíveis (a não ser que o relato se dê em forma de citação direta). Isso explica também porque estes itens lexicais não podem ser submetidos semanticamente ao escopo de nenhum operador lógico (negação, condicional ou modal), dado que o conteúdo expressivo sempre acaba sendo projetado para fora de tal escopo. Esta peculiaridade dos expressivos é útil para explicar alguns fenômenos notáveis, como o motivo pelo qual tanto o enunciado “João é um paraíba” quanto sua negação “João não é um paraíba” sejam igualmente derogatórios ao serem proferidos.⁷ Isso se dá porque os termos expressivos fogem do escopo (*scope out*) do operador lógico.⁸ Ou seja, mesmo que os expressivos estejam sintaticamente encaixados (*syntactically embedded*) em enunciados complexos, seu conteúdo semântico escapa (*scopes out*) do operador do enunciado, já que, por sua própria natureza, tal conteúdo não pode ser matizado e sempre é projetado, ou seja, prevalece sendo comunicado como asserido. Nos exemplos abaixo, vê-se como na

⁶ O mesmo Potts reconhece num artigo posterior (com Harris) que tal afirmação precisa ser matizada. Há evidências empíricas de que o conteúdo expressivo às vezes é deslocável. Estas serão abordadas no segundo capítulo, no qual serão questionadas, uma a uma, todas as propriedades distintivas que Potts atribuiu aos termos expressivos.

⁷ Deve-se fazer uma distinção entre a derrogação que esse tipo de conteúdo carrega e o sentimento de ofensa que ele pode provocar. Derrogação é uma noção semântica, enquanto ofensividade é uma noção pragmática, a qual diz respeito à sensibilidade do ouvinte. Potts não demonstra tanta clareza em relação a tal distinção. Para mais detalhes, ver Hom & May (2013, 2018).

⁸ Note que esta é uma explicação (conteudística) possível. Há alternativas a ela, como a explicação deflacionista de Anderson & Lepore (2013a). Para eles, a ofensividade (a derrogação) permanece, pois ao se usar um slur, viola-se uma regra, a qual proíbe o uso de tais palavras.

maioria dos casos a não deslocabilidade do conteúdo expressivo gera enunciados inapropriados ou infelizes:

- (h) # Se o babaca do João chegar na hora, deveria ser demitido por ser tão ruim.
- (i) É falso que o carcamano não respeitou o acordo. (# Ele é uma pessoa legal)
- (j) Talvez o maldito prefeito esteja certo. (# Eu gosto dele)

O condicional, a negação e o operador modal em (h)-(i)-(j) não conseguem cancelar a pressuposição desencadeada pelos itens dentro do escopo, deixando intacto o conteúdo expressivo. A propriedade da não deslocabilidade está evidenciada pelo fato de as continuações entre parênteses serem pragmaticamente infelizes. Em (h), o conteúdo expressivo do antecedente não é condicionalizado pelo operador de implicação e, como consequência, o condicional não impede que o conteúdo pejorativo do termo “babaca” crie uma implicatura convencional. A aparência de asserção desta proposição paralela ao conteúdo descritivo provoca uma discrepância pragmática (*pragmatic mismatch*) em relação ao conteúdo do consequente. Já em (i), a derrogação em relação a descendentes de italianos é realizada mesmo que o conteúdo do termo expressivo esteja inserido em um enunciado negado. Isso ocorre porque o termo “carcamano” gera uma implicatura convencional em outra dimensão de significado⁹ e, por isso, seu conteúdo não se encaixa no escopo de operador de negação. No exemplo (j), o proferidor tenta efetuar uma suposição sobre um determinado conteúdo que pode ser ou não o caso, mas não há modalização do conteúdo expressivo de “maldito”, pois, se houvesse, a sequência entre parênteses seria pragmaticamente feliz. A *não deslocabilidade* do conteúdo expressivo também ocorre quando introduzimos termos expressivos em sentenças com flexões verbais diferentes do presente do indicativo. Na proposta de Potts, este nunca é deslocado pela flexão verbal passada, dado que ele sempre expressa uma atitude emotiva presente no proferidor da sentença, conforme evidenciado pela infelicidade pragmática da sequência entre parênteses.

⁹ Potts fala dessa dimensão em seu livro *The Logic of Conventional Implicatures*, chamando-a de “CI dimension”. Ele continuou desenvolvendo esta noção, até que ela passou a ocupar uma posição fundamental em sua segunda proposta teórica sobre o assunto, que ele denominou “semântica multidimensional”. Nesta teoria, os expressivos formam uma classe semântica natural cujo valor semântico se encontra em uma dimensão de significado diferente em relação a dos termos descritivos.

(k) O maldito cachorro latiu a semana passada inteira. (# Hoje o cachorro não latiu e eu gosto dele)

A última propriedade notável mencionada por Potts é a *orientação ao falante*. Ela diz respeito à dificuldade enfrentada ao tentarmos atribuir o conteúdo emotivo do proferimento a outra pessoa que não seja o proferidor. No exemplo abaixo, o falante está comprometido com o conteúdo expressivo, *i.e.*, com a atitude negativa em relação a Kresge, e isso explica por que o enunciado não pode ser interpretado como manifestando a atitude de Sue.

(l) Sue acredita que o imbecil de Kresge deveria ser demitido. (# O proferidor acha que é um cara legal)

A *orientação ao falante* garante que o proferidor esteja sempre ligado ao conteúdo expressivo do proferimento ou comprometido com ele. No caso específico do exemplo (l), a atitude negativa em relação a Kresge é atribuída ao proferidor mesmo sendo inserida em um reporte de crença. Ao esclarecer o motivo pelo qual a atitude não pode ser atribuída a Sue, entendemos por quê a continuidade pragmática em (l) é infeliz, reforçando a ideia que o significado expressivo tende a ser interpretado como um comentário paralelo ao conteúdo descritivo. Nesta visão, o conteúdo do termo “imbecil” trata-se de um meio pelo qual o falante expressa seu ponto de vista em relação ao conteúdo asserido, assumindo por meio disso certos compromissos discursivos e comportamentais.

Alguns anos depois de apresentar a sua lógica das implicaturas convencionais, Potts constata que o seu posicionamento sobre os expressivos não consegue dar conta da diversidade e complexidade das questões que se colocam ao tentarmos explicar o fenômeno da expressividade na linguagem. O problema é que explicar os expressivos como termos que desencadeiam implicaturas convencionais não nos fornece um meio de explicação suficientemente específico. Isso se dá porque existem outros tipos de conteúdo (*not at issue content*) que também podem ser explicados nesses moldes, mesmo que não sejam expressivos. Um exemplo são os articuladores de discurso (como “mas” ou “portanto”) e os apositivos. O problema de se aplicar aos expressivos uma teoria que não foi criada para comportá-

los é que esta não consegue capturar de maneira suficientemente específica todas as propriedades que os expressivos instanciam. Por este motivo, ele desenvolve uma nova proposta com o intuito de dar conta da riqueza conceitual que envolve a questão.

1.3. Uma semântica dinâmica para os expressivos

Em seu artigo “A Dimensão Expressiva”, Potts (2007) apresenta sua segunda proposta teórica, persistindo na aspiração de esclarecer a noção de significado expressivo. A nova teoria está assentada na tese segundo a qual os termos expressivos formam uma classe semântica natural delimitada por um conjunto de propriedades notáveis. Desse modo, é estabelecida uma divisão de todo o léxico por meio da contraposição entre, por um lado, termos descritivos e, por outro, termos expressivos, o que dá continuidade à ideia destacada no âmbito da proposta anterior, a saber, de que há duas dimensões independentes de significado. Trata-se de um novo arcabouço teórico, denominado “semântica dinâmica”, e que tem dois objetivos centrais. O primeiro é revelar a unidade subjacente das propriedades singulares que os expressivos possuem, estabelecendo as condições necessárias e suficientes para distinguir que itens se inserem na categoria. O segundo é esclarecer o tipo de contribuição significativa feita por esses termos ao serem inseridos no proferimento como um todo. Potts explica essa contribuição postulando que os expressivos possuem um potencial de alteração contextual que, por meio de um índice expressivo (*expressive index*), codifica a atitude emotiva do falante.

Nesta abordagem, os expressivos são caracterizados como operadores que, ao serem inseridos num determinado proferimento, têm a faculdade de alterar o contexto deste de uma forma específica. A modificação efetuada no contexto permite ampliar ou restringir a elaboração de inferências pelos interlocutores com base no conteúdo proposicional asserido. Para tanto, apresenta-se um novo tipo ε para o conteúdo expressivo e o tipo σ para o conteúdo descritivo, admitindo-se a possibilidade de interação entre ambos os tipos de expressões, mas limitando tal interação a atribuir sempre o papel de argumento à expressão de tipo descritivo, e o de valor de saída ao tipo expressivo. Por causa disso, nunca pode acontecer de a função ser composta por uma expressão de tipo expressivo e retornar como valor

de saída uma expressão de tipo descritivo. Logo, se σ é um tipo descritivo, então $\langle \sigma, \varepsilon \rangle$ é um tipo expressivo, já que, ao combinarmos um tipo descritivo com um expressivo, obteremos necessariamente como resultado um tipo expressivo.

A delimitação do conteúdo lexical em tipos permite elucidar tanto as propriedades já abordadas na lógica das ICs, quanto as novas que foram identificadas e esclarecidas por meio da nova teoria semântica. Uma das diferenças essenciais em relação à teoria anterior é a assunção de que o significado expressivo não faz uma contribuição proposicional ao enunciado¹⁰ - algo do tipo “o proferidor tem uma atitude negativa em relação a x ”. Ao invés disso, ele fornece um índice expressivo “**I**” que é acrescentado ao contexto do proferimento, e cuja função é codificar a atitude emotiva do proferidor em relação a um sujeito, objeto ou situação.

- a. Um índice expressivo tem três componentes $\langle a \mathbf{I} b \rangle$, onde a e b são entidades e **I** é um subintervalo do intervalo $[-1, 1]$. (Potts, 2007a, p. 177)¹¹

Desta forma, um novo índice expressivo é incorporado ao contexto do proferimento através da escolha feita pelo proferidor de utilizar um item lexical que pertence à categoria dos expressivos. Logo, a maneira de interpretar o índice $\langle a \mathbf{I} b \rangle$ é que este indica que o sujeito ao qual se refere a letra a se encontra num nível expressivo **I** em relação ao indivíduo b . Quando o intervalo é completo $[-1, 1]$, isso equivale a dizer que o sujeito referido por a não tem sentimentos positivos nem sentimentos negativos em relação ao indivíduo b . Se o intervalo se aproximar de -1 , isto indica uma atitude negativa por parte do proferidor. Já quando ele se aproxima de 1 , isso indica uma boa disposição em relação à pessoa ou ao objeto referido no proferimento. Os índices expressivos têm uma estrutura interna que codifica tanto o grau de expressividade quanto a orientação do conteúdo. A primeira nos permite julgar a expressividade dos falantes e comparar a sua negatividade ou positividade em relação a outros proferimentos. Já a segunda estabelece quem é expressivo em relação a que/quem. A introdução de um índice expressivo permite

¹⁰ Ao defender que o conteúdo expressivo se comporta como um operador que altera o contexto do proferimento, Potts se afasta dos teóricos que interpretam este como sendo algum tipo de pressuposição ou implicatura convencional.

¹¹ Onde a é o falante, b é o destinatário do termo expressivo (seja este uma pessoa, um objeto ou uma situação), e **I** é o índice expressivo que codifica a intensidade da emoção expressada.

a Potts esclarecer a diferença que há na intensidade emotiva em termos semelhantes. Considere:

- (m) Aquele mané do Pedro fez um bom trabalho
- (n) Aquele imbecil do Pedro fez um bom trabalho

Em ambos os casos, o uso de um termo expressivo modifica o contexto do proferimento, mas quando comparamos o segundo enunciado com o primeiro, vemos que neste último o índice expressivo codifica uma maior aversão em relação a Pedro. Outra vantagem do modelo formal de Potts é que os índices expressivos têm a faculdade de possibilitar a geração de implicações proposicionais, ou seja, tendemos a fazer inferências de certos conteúdos proposicionais a partir dos proferimentos que contêm termos expressivos, as quais não fazemos quando o expressivo é omitido. No caso específico do exemplo acima, a introdução do índice expressivo por meio do termo “imbecil” gera uma modificação no contexto do proferimento, e esta permite que os interlocutores realizem certas inferências que não poderiam ser feitas a partir do primeiro enunciado e vice versa. Por exemplo, o ouvinte pode inferir a partir deste proferimento que o proferidor não convidará Pedro para o seu aniversário dado que menospreza suas qualidades comportamentais ou habilidades interpessoais.

No que diz respeito aos *slurs*, a proposta de Potts apresenta claras vantagens pela simplicidade com que consegue explicar a diferença de grau no efeito derogatório ou ofensivo entre eles. Por exemplo, a diferença que há entre os termos em inglês “*nigger*”, “*darky*” e, no caso da língua portuguesa, entre “viado” e “bichona”, pode ser explicada a partir de como estes modificam o contexto ao serem proferidos. O primeiro altera o índice expressivo de tal forma que o intervalo se contrai de $[-1, 1]$ a $\rightarrow [-1, -0,9]$, posicionando o proferidor numa perspectiva extremadamente derogatória em relação à pessoa e ao grupo referido. No segundo caso, o contexto não sofre uma contração tão extrema e vai de $[-1, 1]$ a $\rightarrow [-1, 0]$, sendo expressado um nível de derrogação menor por parte do proferidor em comparação ao primeiro termo.

Uma das virtudes da semântica dinâmica de Potts é a compatibilidade que ela apresenta com a prestigiada visão de Cruse. Mais especificamente, tal compatibilidade se dá na correlação que há entre os termos expressivos e certos

gestos faciais socialmente reconhecidos. O reconhecimento dessa característica não só facilita a justificação de propriedades como a *não deslocabilidade* ou a *orientação ao falante*, mas também é responsável por uma questão fundamental na teoria de Potts, a saber, o que é comunicado ao proferir estes termos. Para isso, no processo de esclarecer a noção de significado expressivo, Potts acrescenta às propriedades distintivas dos expressivos a particularidade de serem itens lexicais que carregam informação sobre o estado emocional do falante no momento de realizar o proferimento (Potts, 2005, 2007a, 2007b). Desse modo, é estabelecida uma diferença essencial entre expressivos e outros elementos lexicais, permitindo a distinção entre duas dimensões de significado, a saber, a dimensão descritiva e expressiva. Potts reconhece que sua proposta se mostra deficiente para lidar com a diferença que há entre a diversidade de itens lexicais que se encaixam na categoria dos expressivos. Por exemplo, intuitivamente a diferença entre um epíteto e uma injúria (*slur*) extrapola uma disparidade no índice expressivo do proferimento. Por esse motivo, Potts reconhece que seu modelo semântico formal é só uma aproximação do fenômeno que ele pretende explicar, e caso quiséssemos nos aprofundar no assunto, chegaríamos inevitavelmente a uma teoria da cognição, na qual teríamos que lidar diretamente com emoções (Potts, 2007, p. 12).

Tendo sido explicadas as características fundamentais da teoria dinâmica dos expressivos, é possível exemplificar como esta opera. O primeiro requisito para ativar o sistema é simplesmente o seguinte: o proferimento deve conter um termo expressivo. Caso contrário, ele será por *default* do *tipo* descritivo e não será necessário empregar o modelo. Considere o caso hipotético de que o termo “paraíba” se encontre em um proferimento a ser analisado. Isso gera automaticamente um *tipo* expressivo $\langle \sigma, \varepsilon \rangle$. Como consequência, a noção de contexto é ampliada para incluir novos parâmetros nos quais se encontram os índices expressivos. Se o proferimento for “João é um paraíba”, o novo índice $\langle a \mathbf{I} b \rangle$ é gerado, e neste as variáveis podem ser preenchidas da seguinte maneira: S para o falante e J para João. Desta forma, o contexto é atualizado adicionando-se o novo índice expressivo $\langle S \mathbf{I} J \rangle$, no qual \mathbf{I} é um sub-intervalo igual ou menor ao que era associado entre o falante e João antes de ser realizado o proferimento, *i.e.* o intervalo $[-1, 1]$. Logo, o proferimento atualiza o contexto e muda a relação de neutralidade que existia entre o falante e João $[-1, 0]$.

Nessa proposta, Potts leva em consideração o *insight* de Lobner que diz “o significado expressivo é parte do significado lexical de certos termos, uma qualidade semântica de palavras e frases” (Lobner, 2002, p. 32). Neste caso, o termo “paraíba” tem a propriedade lexical de sempre introduzir no contexto um índice expressivo com um intervalo negativo, sendo uma propriedade das atualizações nos levar sempre a intervalos mais estreitos, o que se reflete numa intensificação da atitude emotiva. As distinções desenvolvidas pela teoria permitem dar conta das outras três propriedades descritivas que caracterizam os termos expressivos e serão apresentadas a seguir. Estas são: a *inefabilidade descritiva*, a *imediatez*, e a *iterabilidade sem redundância*.

A primeira é a *inefabilidade descritiva*, e se refere à dificuldade que temos ao tentar parafrasear o conteúdo dos expressivos em uma linguagem descritiva (ou seja, não-expressiva) de tal forma que consigamos captar sua força emotiva ou atitudinal. Segundo Potts, “o falante nunca estará plenamente satisfeito ao parafrasear o conteúdo expressivo usando um conteúdo descritivo” (2007, p. 166). Ele apresenta a evidência para justificar tal propriedade interrogando diversas pessoas sobre o significado de um termo expressivo, o qual, no caso específico, foi o termo “*bastard*”. O resultado foi que a grande maioria das pessoas entrevistadas não ficou satisfeita com a sua resposta, dizendo coisas do tipo “o termo é utilizado quando estamos chateados com alguém”. Considere os seguintes exemplos:

- (o) Porra! Esqueci a chave do carro → Estou chateado, esqueci a chave do carro
- (p) Esqueci a porra da chave no carro → Esqueci a porcaria da chave no carro

Nos exemplos acima, a intuição é a de que a paráfrase descritiva é inapropriada, já que não consegue captar a totalidade do significado expressivo de forma satisfatória. A *inefabilidade descritiva* pode ser entendida como uma consequência da propriedade da *independência*, dado que esta garante a separação entre conteúdos descritivos e expressivos por definição. As duas dimensões de significado se diferenciam em que a primeira é proposicional e a segunda não. Como consequência, o proferidor está impossibilitado de articular em termos proposicionais qualquer item linguístico que pertença a dimensão expressiva.

A propriedade de *imediatez* diz respeito ao paralelismo que existe entre os termos expressivos e os atos performativos da teoria dos atos de fala - mais

especificamente no que concerne à forma que o falante tem de realizar seu propósito. Em ambos casos, completamos o ato que desejamos efetuar simplesmente proferindo certas palavras. Segundo Potts, o conteúdo dos termos expressivos espelha a forma em que os performativos operam, já que neste tipo de operação, o conteúdo não é oferecido e, sim, imposto. Considere o exemplo C:

(q) Prometo que aparecerei no seu aniversário neste sábado.

No caso do enunciado (q), seu proferimento vale como o comprometimento a aparecer na festa de aniversário por parte do falante, uma vez que ele contém o performativo explícito “prometo”. O comportamento dos termos expressivos espelha tal característica por eles também terem uma natureza performativa.¹² Por exemplo, se alguém usa uma injúria étnico-racial, isso constitui uma manifestação de racismo e torna-se impossível desfazer o conteúdo derogatório e pejorativo infligido através do termo expressivo. Além disso, tampouco pode-se negar que algum tipo de posicionamento, viés ou atitude negativa foi expressa pelo ato em si. Isto explica porque não é correto utilizar estes termos em contextos humorísticos ou em forma de citação, já que o conteúdo deste sempre será projetado e atribuído ao falante. Considere o exemplo abaixo:

(r) # Não sou preconceituoso com nordestinos, mas se fosse, você seria o pior paraíba que conheço.

A infelicidade do proferimento fica evidente no momento em que o falante asse o conteúdo derogatório do termo “paraíba” - a propriedade de imediatez garante que o termo tenha um impacto potencialmente ofensivo que torna o conteúdo do proferimento incoerente com a declaração do falante de não ser preconceituoso.

A última das propriedades atribuídas por Potts à categoria dos expressivos é a *iterabilidade sem redundância*. Esta remete ao fato de que os termos expressivos podem ser repetidos em proferimentos causando o efeito de intensificação semântica ao invés de redundância. A propriedade garante que a repetição seja

¹² Embora Potts veja uma analogia entre performativos e expressivos, ele não especifica claramente como o proferimento de um termo expressivo poderia ser falho (*misfire*).

informativa, já que intensifica o estado emocional externado pelo termo. Considere os seguintes exemplos:

- (s) Porra, esqueci a chave dentro do carro.
- (t) Porra, esqueci a porra de chave dentro do carro.
- (u) Porra, esqueci a porra de chave dentro da porra do carro.

Quanto mais ocorrências do termo “porra” temos nos enunciados, mais intensa fica a emoção do falante, sem que isto implique em redundância do adjetivo atributivo. Se atribuirmos um conteúdo descritivo ao termo “porra” do tipo *estou chateado*, temos:

- (v) Porra, esqueci a chave dentro do carro. Porra! Porra! Porra!
- (w) Estou chateado, esqueci a chave dentro do carro. Estou chateado! Estou chateado! Estou chateado!

No enunciado (v), a repetição do termo “porra” é informativa, já que cada repetição intensifica o estado emocional do falante. Por outro lado, no enunciado (w), mais de uma repetição de “estou chateado” é redundante, pois o conteúdo já faz parte da informação de consenso entre os interlocutores (*common ground*), não sendo capaz de acrescentar nada ao conteúdo informativo do enunciado.

Com esta última propriedade, está completa a definição funcional que permite esclarecer o *que* devemos compreender ao utilizar termos *expressivos*. A unicidade dos expressivos é representada pelo modo exclusivo com que conseguem manifestar o seu conteúdo, a saber, o estado emocional do falante, imprimindo certo vigor ao proferimento. Vale ressaltar que a peculiaridade dos termos expressivos não se dá somente pelo fato de eles externarem emoções - o contraste se encontra na impossibilidade de comunicarmos o mesmo conteúdo em termos descritivos. Por exemplo, um sujeito pode proferir a interjeição “Nossa!” ou comunicar o mesmo de forma descritiva dizendo, “Fiquei surpreso”. As informações comunicadas são equivalentes, mas os veículos de comunicação ou modos de expressão são diferentes (Kaplan, 1999, p. 12).

A diferença aqui tem a ver com o tipo de conexão que os itens linguísticos entretêm com as emoções e atitudes, a qual pode ser descrita no caso dos

expressivos como sendo *mais direta*. Volek descreve esta propriedade dos expressivos como uma forma específica da linguagem de se ligar com as emoções.

[O]s componentes emotivos estão baseados [...] em uma reflexão das experiências emotivas que não estão dadas na forma de noção. [...] Há assim uma conexão direta entre o signo que contém tal componente e o objeto expresso (ao invés de referido). É esse caráter direto entre o signo e o seu objeto que é reconhecido no termo “expressivo”.¹³

As características descritivas da definição funcional são representadas pelas propriedades previamente retratadas: *independência, não deslocabilidade, orientação ao falante, infabilidade, imediatez e iterabilidade sem redundância*. O último aspecto responde à pergunta: por que precisamos dos expressivos na linguagem? Responde-se a esse questionamento esclarecendo qual é a função específica que os expressivos desempenham na linguagem, a saber, dispositivos linguísticos qualificados para exercer a função de externar emoções ou atitudes do sujeito, tanto em relação a seus estados internos, quanto sobre acontecimentos do mundo. Na visão do Potts, os termos expressivos são interessantes por possibilitarem a compreensão do estado emocional ou afetivo que o falante está *vivenciando* naquele preciso momento: alegria, raiva, surpresa, etc.

Uma das consequências da definição funcional é que esta proporciona um teste para determinar se um determinado item lexical se insere ou não na categoria. Este avanço teórico é fundamental para conseguir consolidar a presunção de que existe uma categoria semântica natural formada por uma diversidade heterogênea de itens lexicais, que podemos chamar de *expressivos*. Alguns dos itens lexicais que se encaixam na definição, são epítetos, interjeições, pejorativos, injúrias étnico-raciais, honoríficos e pronomes de tratamento.

1.4. Itens da categoria

Nesta seção, será feito um levantamento dos itens lexicais que pertencem à categoria semântica dos expressivos. O critério utilizado para julgar se um determinado item lexical se insere ou não na categoria é o de confirmar se o papel

¹³ “[T]he emotive components are based [...] on a reflection of the emotive experiences that are not notionalized. [...] There is thus a direct connection between the sign containing such a component and the object expressed (rather than referred to). It is this directness between the sign and its object that is recognized in the term ‘expressive’.” Volek, 1987, p. 26.

semântico desenvolvido pelo termo está em concordância com a definição funcional apresentada acima. Sendo o levantamento feito por Potts incompleto, a relação completa dos itens da categoria deve incluir elementos não presentes na sua lista. Para estes fins, adotarei como modelo o levantamento feito por Gutzmann, em *Expressives and Beyond* (2013), que sistematizou e deu continuação às ideias de Potts incluindo na categoria dos expressivos os termos coloridos e injúrias étnico-raciais. A seguir será feita uma breve apresentação da função gramatical e das características semânticas essenciais de cada item.

1.4.1. Epítetos

Os epítetos são substantivos, adjetivos ou expressões que podem acompanhar nomes próprios ou substituí-los por antonomásia. Nesta categoria, encontram-se os epítetos (nominais) figurativos cuja função é permitir a identificação do portador, como acontece com “Ricardo coração de leão” ou “Mehmed o conquistador”. Esta característica linguística fez com que alguns epítetos fossem conhecidos sob o apelido de *epitheton necessarium*, devido ao fato de serem necessários para identificar o portador, sendo um recurso útil para conseguir se referir a um determinado rei numa sucessão de várias gerações de monarcas com nomes homônimos. Contudo, o interesse de Potts não se foca neste tipo de epíteto, dado que estes cumprem um papel meramente referencial e são irrelevantes a partir de um ponto de vista expressivo. Por este motivo, foca-se nos *epítetos expressivos*, que se diferenciam dos epítetos figurativos na medida em que a expressão predicativa, no caso dos primeiros, faz uma contribuição expressiva, *i.e.*, comunica informação sobre os estados emocionais do proferidor. Tomando este ponto em consideração, somente foram incorporados à categoria dos termos expressivos os epítetos que, de um ponto de vista vero condicional, não incidem no valor de verdade do enunciado. Apesar de os exemplos utilizados na literatura para ilustrar esse tipo de termo sempre utilizarem expressões negativas ou derogatórias, os epítetos expressivos podem comunicar um espectro maior de emoções ou atitudes, desde a aversão ou desprezo, até afeto, familiaridade ou admiração. Nesta variedade de usos, uma das funções distintivas dos epítetos é a de manifestar certa proximidade ou

distanciamento do falante em relação à pessoa à qual o epíteto está sendo atribuído. Seguem alguns exemplos de uso de epítetos:

- a. **O mago** Valdivia voltou a seu time de infância.
- b. Martin, **o sem noção**, passou no exame.
- c. **El pelotudo** de Mario no pagó la cuenta de la luz.¹⁴
- d. **O fenomeno** de Carlsen, ganhou o campeonato sem perder sequer uma partida.

1.4.2. Adjetivos expressivos

Os adjetivos expressivos são uma categoria lexical com características descritivas, as quais podem cumprir tanto uma função atributiva quanto uma função predicativa, dependendo da relação que o adjetivo entretém com o substantivo e o verbo da sentença. Quando usamos adjetivos expressivos antes ou imediatamente depois de um substantivo, eles cumprem a função atributiva de qualificá-lo de uma maneira favorável ou desfavorável, proporcionando dessa maneira alguma informação sobre o objeto (no caso, sobre a atitude de aprovação ou desaprovação do falante). Como exemplos, podemos destacar:

- e. O **detestável** leão fugiu.
- f. O leão é detestável.
- g. Esqueci a **porcaria** da chave de novo.
- h. O carro novo é uma porcaria.

1.4.3. Interjeições

Interjeições são palavras ou expressões invariáveis que podem ser proferidas sozinhas ou juntamente com um proferimento. Servem para externar de forma espontânea ou proposital algum estado emocional do falante. A categoria é bastante heterogênea, pois abrange exclamações, palavrões, saudações, respostas e marcas de hesitação. Uma característica interessante das interjeições é que, sendo

¹⁴ Neste caso, o termo "pelotudo" parece funcionar como um adjetivo avaliativo, mas se essa é a forma como Mario é chamado habitualmente, o termo desempenha a função de epíteto.

expletivos, não agregam nada ao conteúdo descritivo da sentença em que ocorrem. Diferentemente dos epítetos e adjetivos expressivos, as interjeições não interagem de forma alguma com o conteúdo descritivo, por serem expressões que já vêm saturadas e, portanto, não precisam de argumento. Logo, a remoção da interjeição deixa o conteúdo descritivo intacto, e *vice-versa*: podemos remover o conteúdo descritivo sem que isto afete o conteúdo expressivo da sentença (Gutzmann, 2013, p. 6). Considere os seguintes exemplos:

- i. **Oba**, lá vem ela!
- j. **Nossa**, você tem muita sorte!
- k. **Ufa**, fui aprovado no exame de habilitação!

A composição do significado de um proferimento com conteúdo misto pode ser descrita da seguinte maneira: o conteúdo descritivo serve para justificar ou explicar o motivo do estado emocional externado pela interjeição “oba”. Considere o exemplo *e*:

- e. Oba, lá vem ela! = Lá vem ela (conteúdo descritivo).

O proferidor de *e* está contente dado que ela vem (conteúdo expressivo).

1.4.4. Expressões coloridas

Frege iniciou a reflexão sobre o fenômeno da expressividade com este tipo de expressões. Ele percebeu que certos pares de termos como “cavalo” e “corcel”, ao fazer parte de uma sentença, não apresentam diferenças em relação à contribuição que eles fazem ao *pensamento*. Na abordagem fregeana a diferença entre “César entrou em seu cavalo” e “César entrou em seu corcel” está no fato de que a primeira sentença é expressivamente neutra, pois refere-se um elemento aleatório do conjunto dos cavalos. Já a segunda manifesta um conteúdo estético-poético, o qual pode despertar certas imagens na mente do ouvinte (por exemplo, a de um cavalo mais vigoroso e audaz). Contudo, segundo Frege este conteúdo não se espelharia nas condições de verdade da sentença, conforme evidenciado pelos seguintes exemplos:

- l. Thiago é solteiro.
- m. Thiago é um **solteirão**.
- n. A sala está cheia de estrangeiros.
- o. A sala está cheia de **gringos**.

Existe outra concepção, a qual olha para as expressões coloridas como se fossem membros especiais da categoria dos termos expressivos. A principal diferença entre elas e epítetos, interjeições e adjetivos atributivos se dá pelo fato das expressões coloridas contribuírem, sim, às condições de verdade da sentença. Nos exemplos (m) e (o) acima, os termos “solteirão” e “gringo” carregam um conteúdo expressivo e, além disso, contribuem ao conteúdo descritivo de forma equivalente às suas contrapartes neutras em (l) e (n). Assim, eles comprovam a ideia de que o expressivo pode incidir tanto no significado vero-condicional quanto no significado não vero-condicional da sentença em que ocorre. Neste caso, o enunciado (m) comunica um conteúdo a mais: dependendo do contexto, pode ser que o falante avalie de maneira positiva (por se tratar de um homem) o fato de Thiago não querer mais compromissos (talvez por acreditar ter passado da idade para isto), ou pode ser que haja uma avaliação negativa por parte do falante, uma vez que ele tem dificuldade em conseguir manter algum tipo de relacionamento sério.

1.4.5. Injúrias (*Slurs*)

Podemos considerar as injúrias um subconjunto do conjunto das expressões coloridas. Esta subclasse dos expressivos abrange as injúrias étnicas, raciais, sexistas, etc. Estes termos são utilizados para apontar de maneira derogatória para membros de um determinado grupo pelo simples motivo de eles pertencerem a um determinado país, a uma determinada etnia ou ainda a uma determinada minoria. São termos que, além de comunicar um conteúdo descritivo em relação ao pertencimento do indivíduo a um determinado grupo, infligem uma agressão verbal. O simples fato de utilizar o termo¹⁵ constitui em si uma ofensa, a qual se dá pela

¹⁵ Ou até de mencionar a própria palavra, como, por exemplo, dizer em inglês “the N-word” para “Nigger”.

externalização da atitude de menosprezo em relação ao indivíduo alvo do proferimento. Vejamos alguns exemplos:

p. O nordestino chegou tarde no trabalho hoje.

q. O **paraíba** chegou tarde no trabalho hoje.

r. Este bairro está cheio de italianos.

s. Este bairro está cheio de **carcamanos**.

t. Aquela mulher é lésbica.

u. Aquela mulher é **sapatona**.

Como já foi comentado no caso das expressões coloridas, segundo a abordagem mais recente, excluir a injúria equivale a alterar as condições de verdade da sentença. Consequentemente, algumas inferências dedutivas deixam de ser possíveis, como ocorre no exemplo abaixo – em que o termo “paraíba” *faz* uma contribuição vero-condicional, ao atribuir a Cabral a propriedade de ser nordestino.

v. O paraíba do Cabral escreveu muitos poemas. → Cabral é nordestino.

w. O Cabral escreveu muitos poemas. (Não é possível fazer a mesma inferência dedutiva de forma válida.)¹⁶

Se a intenção for manter o conteúdo descritivo do proferimento sem manifestar uma atitude negativa em relação à pessoa referida, deve-se utilizar sempre a contraparte neutra da injúria racial. No caso acima, a contraparte neutra do termo *paraíba* que é o termo *nordestino*. Se alguém quisesse contestar o enunciado (v) sem proferir o termo derogatório “paraíba” diria algo do tipo:

v1. Isso não é verdade.

Neste caso, só é contestado o conteúdo descritivo do enunciado, *i.e.*, que Cabral escreveu muitos livros, porém a derrogação categorial aos nordestinos

¹⁶ No começo do primeiro capítulo expliquei como nos modelos de Potts os expressivos não fazem uma contribuição vero-condicional. Porém, ao considerar incompleto o levantamento feito pelo autor em relação aos itens lexicais que fazem parte da categoria dos expressivos, foram incorporados a esta os expressivos mistos.

continua de pé. Desta forma, ao ouvir o proferimento de um enunciado que contém uma injúria étnico-racial, parece que nos é imposto à força uma afirmação racista, dado que é difícil negar o conteúdo expressivo do termo.

Camp explica essa dificuldade em contestar o conteúdo expressivo ao fato de que “o falante parece ter fomentado em nós não só uma afirmação que não pode ser negada, mas algo mais amorfo que escapa de qualquer impugnação direta” (Camp, 2013, p. 330).

Por este motivo, qualquer tentativa de negar o conteúdo expressivo do termo em questão do tipo “Cabral não é paraíba” nega apenas o pertencimento de Cabral a tal grupo, mas (ao utilizar o termo derogatório novamente) continua sendo afirmada a atitude de desprezo em relação aos nordestinos.

1.4.6. Diminutivos e aumentativos

Os diminutivos e aumentativos são ferramentas morfológicas, as quais podem cumprir uma função descritiva ou expressiva. A primeira se manifesta quando, modificando o significado original da palavra, eles se comportam semanticamente de forma similar aos adjetivos intersectivos. O comportamento semântico do sufixo no termo “cafezinho” é similar ao adjetivo pequeno quando modifica o substantivo café. Desta forma comunicamos um destaque em relação ao tamanho do objeto. A segunda função dos diminutivos é tornar pública a familiaridade ou carinho do falante em relação ao objeto (à pessoa) referido(a). Posso proferir “te encontro mais tarde, Ricardinho”, comunicando desta maneira que existe uma relação próxima entre os interlocutores. Em certos contextos, os diminutivos podem expressar o contrário, manifestando o desprezo do falante em relação ao objeto referido. Os aumentativos cumprem igualmente duas funções: descritiva, a de modificar o adjetivo, denotando um tamanho maior ou, uma qualidade diferenciada; ou expressiva, a qual comunica que o proferidor avalia de forma positiva o sujeito ou objeto referido. Abaixo, temos um exemplo de cada um dos dois contextos:

- x. **Ricardinho** chegou da viagem. (# Eu não o conheço pessoalmente)
- y. Esse **professorzinho** não chegará hoje. (# Eu o considero um grande profissional)
- z. Não tenho dúvidas de que Maria é um **mulherão**. (# Não a acho nada demais)

a.1. Não tenho dúvidas de que Maria é uma **mulherzinha**. (# Minha mãe vai ficar feliz em conhecê-la).

1.4.7. Honoríficos

Em sociedades mais hierarquizadas, como no Japão, há um vasto conjunto de títulos honoríficos na linguagem, cuja função é importante no processo de preservar e reforçar a estrutura social preexistente. Estes itens linguísticos também se encontram em outras línguas, tais como o espanhol, o português, o alemão, etc. Sua característica distintiva é possibilitar a manifestação de respeito, estabelecendo uma ordem hierárquica entre os interlocutores e definindo o lugar que estes ocupam numa determinada hierarquia, seja esta social, militar, acadêmica, laboral, etc. Potts acredita que os honoríficos exemplificam a propriedade de imediatez, já que o mero proferimento do termo equivale ao ato de prestar respeito, sendo a contraparte positiva de epítetos e adjetivos expressivos. Potts tomou inspiração nas ideias de Kaplan, que foi o primeiro a notar que as pessoas não só querem ser respeitadas, mas que desejam que lhes seja prestado respeito publicamente, sendo o uso de honoríficos a maneira mais direta de fazê-lo. Considere:

b.1. **Vossa senhoria** poderia me escutar um momento? (# Eu não lhe respeito)

c.1. **Su eminencia** David Kaplan dará a continuación un discurso. (# Yo no lo considero un filósofo excepcional)

d.1. **O mestre** Dirk não gostou de sua apresentação. (# Eu não lhe considero meu mentor)

1.4.8. Pejorativos

Para compreender quais são as características que ostentam este tipo particular de termo, pode ser esclarecedor recorrer à etimologia da palavra “pejorativo”. Esta vem do latim *peiorare*, que significa “fazer pior” ou “inferiorizar”, sendo o morfema *peior* equivalente a o termo “pior”. Podemos dizer que a principal característica destes termos é expressar sentimentos negativos em relação a alguém (neste caso, seu conteúdo é derogatório) ou de algo (objetos e

situações). Por este motivo, são termos afetivamente carregados e úteis para cumprir uma diversidade de funções pragmáticas como criticar, desrespeitar, hostilizar, oprimir e insultar. Se o termo pejorativo perde sua conotação negativa, passando a ser utilizado de forma neutra, afirma-se que o termo passou por um processo linguístico chamado de “melhoração”. O termo “gótico”, por exemplo, foi criado por Giorgio Vasari para qualificar a arte da idade média com um baixo nível estético, por considerá-la próprio dos godos ou bárbaros. O termo nasceu com propriedades pejorativas, que permitiam que ele fosse utilizado para se referir de maneira depreciativa a um tipo de arte medieval, mas, com o tempo, ele perdeu seu caráter pejorativo e passou a se referir simplesmente a um estilo artístico. Abaixo temos alguns exemplos de termos pejorativos que encontramos na língua portuguesa, inglesa e espanhola:

- e.1. Mario é um **trouxa**, não tem jeito.
- f.1. Aquele **mulambo** passa todos os dias catando lixo.
- g.1. I can't work with that **jerk** anymore.
- h.1. That **asshole** wants to marry my sister.
- i.1. Ese **mocoso** anda en la calle todo el dia.
- j.1. Maria volvio a salir con ese **mequetrefe**.

1.4.9. Pronomes de tratamento

Os pronomes de tratamento são itens lexicais que se encontram em muitas línguas, tais como o francês, o espanhol e o português, para mencionar algumas. Em todas elas eles possuem tanto um conteúdo vero-condicional, quanto um conteúdo expressivo, cumprindo a função de expressar uma diferença no grau de familiaridade com que o proferidor se direciona ao destinatário. Dessa forma, se quisermos falar com familiares ou amigos a língua francesa e espanhola possuem o pronome “*tu*”, e caso quisermos falar com superiores ou pessoas desconhecidas ou maiores pode-se utilizar “*vous*” ou “*usted*” respectivamente. Sabe-se que na língua portuguesa, em sua norma antiga, existia essa distinção entre os termos “*tu*” e “*você*”. Porém, hoje em dia a diferença no significado expressivo caiu em desuso. Em línguas como o japonês ou o coreano, existem pronomes que, ao serem

proferidos, visibilizam a categoria social à qual pertence o sujeito referido, o que evidencia como certos pronomes cumprem a função de estratificar socialmente o referente. A seguir temos alguns exemplos de pronomes de tratamento que comunicam significado expressivo.

k.1. **Tu** vienes a la fiesta hoy? (Familiaridade)

l.1. **Usted** viene a la fiesta hoy? (Respeito)

m.1. **Tu** es soûl. (Familiaridade)

n.1. **Vous** êtes soûl. (Respeito)

Passamos aqui por uma apresentação dos dois sistemas teóricos de Potts, esclarecendo tanto a definição funcional do significado expressivo por meio da qual o autor sustenta sua proposta, quanto às propriedades descritivas que lhe permitem discernir que itens pertencem à categoria, assim como uma lista dos candidatos lexicais que se inserem nesta. Sendo assim, será apresentada a seguir uma tentativa de esclarecer o tipo de expressivismo que foi defendido por Potts, dado que, como já foi explicado, ele não adotou um posicionamento claro a respeito.

2 Uma teoria do valor semântico dos enunciados expressivos para os modelos de Potts

2.1. Introdução

No intuito de compreender e distinguir de maneira precisa qual é a contribuição específica dos termos expressivos ao ocorrer em enunciados complexos, é necessário acomodar o estudo linguístico realizado por Potts numa teoria do valor semântico dos expressivos. Acredita-se que alcançar esse propósito permitirá elucidar algumas das questões fundamentais que ainda estão em aberto em relação ao funcionamento desses termos segundo os modelos de Potts, tais como estas: os expressivos realmente manifestam algum tipo de especificidade do ponto de vista semântico? Seu uso gera algum tipo de compromisso psicológico ou comportamental? O que acontece tanto no nível psicológico quanto no nível prático quando concordamos ou discordamos no nível expressivo? Atingir o objetivo de estabelecer qual é o posicionamento assumido por Potts em relação ao valor semântico dos expressivos permitirá posteriormente realizar uma avaliação importante: determinar se os recursos conceituais apresentados por meio de seus modelos semânticos conseguem dar conta de maneira satisfatória do fenômeno da expressividade, considerando a diversidade das questões envolvidas. Uma vez concluído este parecer, ficarão em evidência quais são as objeções que Potts deve enfrentar por defender esse tipo de posicionamento teórico.

Para determinar a circunscrição da análise linguística de Potts e compreender nitidamente o que está no escopo de sua pesquisa, devemos entender a forma com que ele lidou com o assunto, *i.e.*, elaborando um modelo formal. A relevância dos modelos científicos vem do fato de que servem para possibilitar numa pesquisa a compreensão de fenômenos complexos heterogêneos. Exemplos seriam o comportamento de contágio de um vírus em uma pandemia, a projeção de votos numa determinada eleição, ou, no caso de Potts, o comportamento que tem um determinado grupo de itens lexicais na linguagem natural. Não obstante, é

corriqueiramente assumido que eles não conseguem explicar de maneira exaustiva o seu objeto de estudo, limitando-se a retratar uma imagem que pode ser mais ou menos fiel à realidade. No caso dos modelos de Potts, eles não dão conta de forma precisa da questão que diz respeito ao valor semântico dos expressivos, uma vez que tal empreendimento excedia o objetivo de sua pesquisa, a qual consistia em explicar o comportamento dos expressivos a partir de uma análise linguística formal. Por esse motivo, ele utilizou uma definição funcional que gerencia (*manages*) este tipo de conteúdo “seja o que for”, possibilitando, por meio desta, o funcionamento de seus modelos teóricos, que lhe permitem representar padrões de comportamento em encaixamentos sintáticos e prever, em diversos contextos, quando seu uso é apropriado.

Seria, portanto, melhor considerar ruim como o nome da função que diz, grosso modo, 'o falante está em um estado emocional elevado em relação a X'. De qualquer forma, ser mais preciso sobre as especificidades desses significados implicaria um grau de compreensão da semântica dos AEs que eu não possuo. Meu interesse é gerenciar o conteúdo, seja ele qual for.¹⁷

No entanto, percebe-se que a definição funcional (*working definition*) utilizada por Potts para operar seus modelos não é tão neutra quanto parece. Isso se dá porque, ao estabelecer condições de sinceridade subjetivas para os enunciados expressivos, é possível inferir que Potts adota implicitamente (ou de maneira involuntária) em sua proposta algum tipo de posicionamento em relação ao valor semântico destes termos. Por este motivo, se quisermos nos aprofundar nos desdobramentos filosóficos da teoria semântica dos expressivos de Potts, é indispensável discernir primeiro duas questões. A primeira permite estabelecer o marco teórico geral, ao constatar que a maneira de caracterizar os expressivos através da definição funcional permite acomodar seu trabalho numa teoria do significado. Uma vez terminado esse processo, é possível responder a segunda, a saber, que tipo de posicionamento específico foi defendido por Potts em relação ao valor semântico dos expressivos, considerando a teoria do significado na qual ele se insere.

¹⁷ “It might, therefore, be better to regard bad as the name of the function that says, roughly, ‘the speaker is in a heightened emotional state regarding X’. In any event, to be more precise about the specifics of these meanings would imply a degree of understanding of the semantics of EAs that I do not possess. My interest is in managing the content, whatever it is”. Potts, 2005, p. 168.

2.2. Teorias candidatas para acomodar os modelos de Potts

Ao considerar o espectro de teorias que se posicionam como candidatas para comportar as ideias de Potts de forma orgânica, o expressivismo meta-ético surge como um candidato natural, por apresentar semelhanças robustas em relação à forma em que ambos explicam a contribuição significativa dos termos que formam parte do seu objeto de estudo. Sabe-se que esta proposta filosófica surge como uma forma de esclarecer o significado do vocabulário moral em meta-ética. De acordo com este tipo de posição, o significado e função de termos como “errado”, “bom”, “ruim”, etc., apresentam uma diferença fundamental em relação ao significado e função dos termos descritivos. A diferença é a seguinte: os termos morais servem para expressar estados mentais conativos, enquanto os termos descritivos expressam estados mentais cognitivos que representam ou descrevem como é o mundo. Esta abordagem teórica ganhou notoriedade por elucidar de forma simples o significado de enunciados morais do tipo “ser solidário é bom” ou “matar é errado”, que à primeira vista parecem não possuir condições de verdade.

A maneira de abordar a questão é assumindo que este tipo de enunciado não descreve nenhum fato no mundo, ou seja, eles não são nem verdadeiros nem falsos e, sim, revelam algum estado mental do sujeito. No caso particular do primeiro enunciado, tal estado pode ser caracterizado como um estado de aprovação de ações solidárias por parte do proferidor. Desse modo, observa-se que, por meio de proferimentos de enunciados que contém um termo moral, o falante não comunica nenhum conteúdo cognitivo ou proposicional e, sim, exhibe uma atitude mental não cognitiva parecida com o desejo ou intenção (*desire-like attitude*). Desta forma, por meio do processo de esclarecimento do conteúdo deste tipo especial de enunciado, é estabelecida uma contraposição entre conteúdo (descritivo) de crença e conteúdo (não-descritivo) de atitudes mentais conativas.

Sendo o expressivismo uma teoria do significado, é importante notar que ele guarda uma forte conexão com o *não cognitivismo*. O vínculo se dá pelo fato de que, em ambas as propostas, os significados dos termos que cabem em seu vocabulário são fundamentados por meio dos estados mentais que expressam. Por esse motivo, o expressivismo é naturalmente associado com o *não cognitivismo*, uma proposta filosófica utilizada para explicar a psicologia e o engajamento em

termos comportamentais acarretados pelos enunciados que contêm termos éticos (Camp, 2017, p. 87). A ideia por trás disso guarda relação com uma característica fundamental que é atribuída à natureza da moralidade e que se manifesta por meio dos juízos morais, a saber, a capacidade que estes têm de motivar ações do falante. Este é um dos motivos pelos quais o expressivismo se torna uma teoria do significado atraente: por explicar de forma simples o poder motivacional dos juízos morais. Uma abordagem concorrente, como o descritivismo, que defende que não há diferença entre enunciados morais e descritivos, apresenta dificuldades ao tentar elucidar esta questão. Isso se dá porque, em tal abordagem, os juízos morais expressam crenças (*i.e.*, estados mentais cognitivos) e isto dificulta qualquer tentativa de sustentar algum tipo de conexão causal entre o conteúdo no qual se acredita e o “magnetismo” motivacional distintivo que apresenta esse tipo de enunciado.

Para exemplificar este ponto, podemos imaginar uma pessoa que, depois de debater e trocar argumentos com um grupo de amigos, afirma estar convencido sobre uma determinada questão moral e profere o juízo “roubar é errado”. Porém, os amigos observam que essa mesma pessoa se mostra indiferente quando lhe é informado que alguém do seu círculo de conhecidos foi pego roubando. Desta forma, ao ter sua neutralidade questionada por seus amigos, ele reconhece abertamente não possuir nenhuma atitude negativa em relação ao ato de roubar, o que ocasiona, primeiramente, que seus amigos fiquem desconcertados, e, posteriormente, que questionem a sinceridade de seu proferimento anterior (“roubar é errado”). Uma explicação plausível à qual poderiam chegar os amigos para explicar o comportamento do proferidor é que este não tem uma total compreensão do termo avaliativo utilizado no proferimento e, por isso, não possui a atitude conativa correspondente ao proferimento “roubar é errado”. Desta forma, entende-se que o elemento ausente no proferimento (que é a causa do estranhamento dos amigos) é a falta da atitude conativa que é comumente expressa pelo termo “errado”, que pode ser caracterizada como uma espécie de *aversão* para atos que possam ser enquadrados como roubar. No artigo “Having It Both Ways”, Copp explica como o termo “errado” é governado convencionalmente por condições de uso que estabelecem que o termo só deve ser utilizado caso o proferidor possua uma atitude cognitiva de aversão. Caso esta condição não esteja satisfeita, o uso do termo será considerado infeliz (Copp, 2014, p. 55). No exemplo mencionado, temos que

o proferidor aciona o significado convencional de um termo moral sem possuir a condição psicológica requerida para tal. Esta é uma forma de elucidar porque o grupo de amigos ficou desconcertado no momento em que o sujeito declarou abertamente não possuir uma atitude negativa em relação ao ato de roubar. A história apresentada é útil por destacar a intuição de que o mero proferimento sincero de juízos morais gera algum tipo de comprometimento por parte do proferidor, sendo esta uma das formas de exemplificar o vínculo entre o expressivismo e o não cognitivismo. A explicação disso vem do fato de que o proferimento do enunciado nos obriga a adotar uma determinada atitude conativa e, como consequência disso, a assumir certos compromissos discursivos e práticos, os quais podem ser caracterizados como um dever específico “de agir em conformidade com o conteúdo dos juízos emitidos”. Tendo em vista as semelhanças que há entre o expressivismo moral e a semântica dos expressivos de Potts, examinaremos se é possível estabelecer uma ponte teórica entre ambas as teorias. Sendo necessário para tal, antes de tudo, recapitular algumas ideias do sistema de Potts.

2.3. Avaliando os modelos de Potts

Previamente foi elucidado como, na visão de Potts, o significado expressivo deve ser conceitualizado no quadro de uma teoria multidimensional que considere tanto o nível descritivo quanto o expressivo. Revelou-se que esta ideia é sustentada pela propriedade da independência, a qual é responsável pela distinção que faz com que expressivos e descritivos pertençam a categorias semânticas distintas. Isso explica porque, ao serem inseridos num enunciado maior, eles comunicam um conteúdo singular que se diferencia essencialmente de seu conteúdo descritivo (ou representacional), gerando dois níveis simultâneos de significado. Tomando todos estes pontos em consideração, podemos reconhecer à primeira vista que as semelhanças que existem entre os dois marcos teóricos se fundamentam em dois pontos: o primeiro é o fato de que tanto o expressivismo moral quanto a teoria do significado expressivo de Potts defendem a manifestação de estados não cognitivos (em sentido amplo) mediante o uso dos termos que estudam. O segundo é o fato de

que ambas as teorias se servem do ponto anterior para esclarecer e determinar o significado desses termos.

Contudo, há uma importante diferença entre essas duas teorias, que pode ser resumida ao seguinte fato simples: o expressivismo puro não aceita duas dimensões do significado. Neste marco teórico, os enunciados expressam crenças ou estados conativos, mas não ambos. Considerando este ponto, caso queiramos acomodar a noção de significado multidimensional de Potts, será necessário apelar para uma teoria do significado que admitisse que enunciados possam comunicar tanto crenças quanto estados conativos de maneira simultânea. Constata-se este requisito de forma clara no caso dos *slurs*. Ao serem proferidos, manifestam dois estados mentais: uma crença que diz respeito ao conteúdo descritivo semanticamente codificado pelo *slur*, e uma atitude negativa atribuída a ela e aos membros do grupo ao qual ela pertence. No caso do enunciado “o carcamano vai dar aula hoje”, o proferidor utilizará a palavra “carcamano” apropriadamente garantindo a felicidade da sentença enquanto todo, caso o falante tenha desprezo para com o alvo de pejoração (e ao grupo ao qual este pertence). Isso é somado ao preenchimento das condições de aplicação do conceito, as quais apontam para o fato de o referente ser italiano (ou descendente de italiano), sendo estas equivalentes às da contrapartida neutra do *slur*. Dessa forma, revela-se que, no processo de decodificar o sentido do enunciado, o ouvinte precisa compreender que foi manifestado de maneira simultânea um conteúdo cognitivo e outro conativo. Qualquer falha no processamento desta informação repercutiria diretamente na compreensão do significado total do enunciado.

De forma análoga, o *expressivismo híbrido* defende que os enunciados que contêm termos éticos expressam tanto uma atitude cognitiva (crença) quanto conativa (desejo) de maneira simultânea. Segundo este marco teórico, os enunciados que contêm termos avaliativos como “Ramirez é corajoso” manifestam tanto uma crença, expressa no exemplo pela proposição “Ramirez demonstra uma firme disposição e energia diante das situações difíceis ou críticas”, quanto uma atitude conativa, a saber, uma disposição avaliativa positiva em relação a Ramirez possuir aquela propriedade. Dessa forma, o expressivismo híbrido consegue conciliar “o melhor dos dois mundos” (Schroeder, 2009, p. 258).

Uma vez que Potts permaneceu neutro em relação a qual teoria do significado conseguiria comportar de forma apropriada sua análise linguística dos expressivos,

o *expressivismo híbrido* parece *prima facie* ser compatível com seu(s) arcabouço(s) teórico(s). No campo da metaética, ao não abrir mão do cognitivismo, o expressivismo híbrido consegue explicar com facilidade e coerência a lógica e as inferências envolvendo enunciados morais e, ao mesmo tempo, por meio do não cognitivismo, sua força motivacional (anteriormente mencionada). Observa-se que, ao acomodar a análise linguística de Potts numa teoria do significado como esta, é possível manter as ideias fundamentais de seu sistema e abrir um caminho para esclarecer algumas questões relevantes que ainda não foram resolvidas, já que estas ficam em aberto em seu modelo semântico. Entre elas, as seguintes:

- Definir se os expressivos realmente apresentam algum tipo de especificidade em relação aos termos descritivos (ou ainda a outros tipos de itens lexicais¹⁸).

- Determinar que tipos de compromissos geram os enunciados que contêm termos expressivos, tanto nos estados mentais dos interlocutores quanto no nível prático-comportamental.

- Esclarecer o que acontece quando há concordância ou discordância nos interlocutores em relação ao significado expressivo, *i.e.*, ao conteúdo expressivo do proferimento.

Tendo em vista as semelhanças teóricas robustas entre os modelos semânticos de Potts e o expressivismo metaético, será feita a seguir uma avaliação com o objetivo de determinar se a proposta de Potts preenche os requisitos necessários para se enquadrar numa teoria do significado deste tipo. Não obstante, considerando a diversidade de propostas que se autodenominam expressivistas, restringir-me-ei a utilizar os critérios apresentados por Camp (2017) e Soria e Stojanovic (2019) para determinar se os modelos de Potts podem adequar-se a uma de teoria do significado deste tipo.

¹⁸ Este contraste pode ser feito tanto em relação aos expressivos, quanto a outros itens lexicais, tais como os advérbios ilocutórios, os articuladores do discurso, as partículas e os vocativos, cuja contribuição à informação semântica do enunciado como um todo também não é descritiva. Porém, no presente trabalho estes termos não serão contrastados com os expressivos, pois entendo que tal questão está para além do escopo desta pesquisa.

O primeiro critério que deve preencher um determinado modelo semântico para poder ser enquadrado numa teoria do significado expressivista consiste em identificar um *fazer* distintivo ao realizar proferimentos que expressam estados emocionais ou atitudinais, em contraposição, por exemplo, a comunicar estes mesmos estados por meios descritivos. O segundo, é apresentar argumentos que mostrem que o papel convencional dos proferimentos que entram em seu objeto de estudo é a comunicação de atitudes não cognitivas. (Camp, 2017, p. 90). A análise linguística de Potts responde bem a esse primeiro requisito postulando, em primeiro lugar, que os expressivos codificam seu valor semântico convencionalmente gerando sua própria dimensão de significado, a qual opera de forma paralela à função descritiva. Por meio disso, garante-se a possibilidade de identificar e isolar o seu conteúdo e, dessa forma, manter o valor de verdade do enunciado intacto, estabelecendo uma distinção clara entre ambos os níveis de significado. Sabe-se que a ideia por trás disso é anterior à proposta de Potts e pode ser atribuída a Kaplan que distinguiu entre expressões descritivas e expressões expressivas. Expressões descritivas descrevem algo que é ou não é o caso, sendo o exemplo paradigmático delas as sentenças declarativas. Por outro lado, temos os expressivos que *manifestam* ou *exibem* algo que é ou não é o caso. Nesta abordagem, ressalta-se que é atribuída aos expressivos a capacidade de indicar seu conteúdo de um *modo direto* e, portanto, singular. Assim, é estabelecida uma distinção entre *exibir* uma atitude ou emoção por meios expressivos e afirmar que se possui a mesma por meios descritivos. Neste marco teórico, há uma diferença nítida que se fundamenta no papel que cumprem os expressivos em revelar atitudes e emoções por meio de um *modo* singular de manifestar a informação que foi anunciada, sendo isso um *fazer* diferente de afirmar ou dizer (*state*) por meios descritivos que se tem tais atitudes ou emoções. Tendo isso em vista, na abordagem kaplaneana revela-se que é possível outorgar ao conteúdo expressivo um certo tipo de especificidade que não guarda relação com o conteúdo semântico dos termos, visto que é possível comunicar o mesmo conteúdo semântico por meio de ambos os tipos de expressões. A distinção se encontra nos diferentes *modos de expressão* que são acionados ao se escolher um termo expressivo ao invés de um descritivo, dado que os primeiros se conectam de uma forma direta com os estados internos do proferidor, fazendo com que a externalização destes tenha um caráter singular. Posteriormente, Potts incorpora o *insight* kaplaneano a seu arcabouço teórico de forma tácita por meio

das propriedades descritivas¹⁹, que são as responsáveis, em seu sistema, por articular e ressaltar as qualidades distintivas dos termos expressivos. Para entender como Potts incorpora a ideia de que os expressivos apresentam um modo de expressão diferenciado em relação aos descritivos, devemos analisar algumas das características que ele atribui a este tipo de conteúdo em seus modelos semânticos. A primeira particularidade pode ser revelada por meio do teste de negação (*deniability*) que mostra como os expressivos geram implicações (*not at issue content*) que apresentam dificuldades tanto para proferidor se desdizer do dito, como para ouvinte, quando este tenta impugná-las (Potts, 2005, p. 157). Para isso, Potts se apoia num exemplo de Cruse que mostra como, no caso de haver dois enunciados (um descritivo e outro expressivo), estes geram implicações que, mesmo tendo a “a cara” de serem equivalentes em termos informacionais, comportam-se nitidamente de maneira distinta. Considere:

- “eu estou sentindo dor”
- “ai!”

Ao comparar o comportamento de ambos os enunciados em relação ao conteúdo expresso, vemos que só no caso do primeiro seria possível questionar a sua veracidade por parte do ouvinte e, no caso do segundo enunciado, apresenta-se uma dificuldade ao tentar rejeitar o seu conteúdo. A diferença manifesta serve como evidência empírica para argumentar a favor de que os modos de expressão (descritivo-expressivo) são distintos. Por trás da justificativa há uma intuição pré-teórica que se baseia na abordagem cruseana (1985) sobre o assunto, onde há um paralelismo entre a comunicação não verbal de gestos e expressões faciais e a forma que se comportam os enunciados expressivos. Esta forma de comunicar um conteúdo apresenta semelhanças com a comunicação animal (Yule, 2006), visto que, em ambos casos, o conteúdo do proferimento sempre estará ligado ao momento atual, por este não ser deslocável.

¹⁹ Para relembrar: a distinção autônoma entre o conteúdo descritivo e o expressivo (independência); a infalível ligação do conteúdo expressivo ao proferidor no momento em que é feito o proferimento, sem importar o encaixe sintático (não deslocabilidade e a orientação ao falante); a impossibilidade de igualar ou parafrasear o conteúdo expressivo por meios descritivos ou representacionais (inefabilidade descritiva); a dificuldade em se fazer qualquer tipo de retratação uma vez que o conteúdo é expresso (imediatez); e a possibilidade de intensificação da emoção expressa por meio da repetição do termo expressivo, sem que esta gere redundância (iterabilidade sem redundância).

A comunicação animal parece ser projetada exclusivamente para este momento, aqui e agora. Ela não pode ser usada efetivamente para relatar eventos que estão distantes no tempo e no espaço. Quando seu cachorro diz Grrr, ele quer dizer Grrr, exatamente agora, porque cachorros não parecem ser capazes de comunicar Grrr, ontem à noite, lá no parque. Em contraste, normalmente os usuários da linguagem humana são capazes de produzir mensagens equivalentes a Grrr, ontem à noite, lá no parque, e em seguida continuar e dizer Na verdade vou voltar amanhã para mais um pouco.²⁰

Um dos desdobramentos desta forma de abordar o fenômeno da expressividade é que o proferimento sincero de enunciados expressivos não pode ser falso com relação a atribuição do estado mental ao falante. Visto que, neste marco teórico, não é possível que o sujeito esteja enganado a respeito dos próprios estados mentais. Isto explica também porque os enunciados expressivos não podem ser contestados, já que a mera tentativa equivale a algo tão absurdo quanto o ouvinte dizer “você não tem essa opinião”. Esta caracterização do valor semântico dos expressivos serve para fundamentar sua especificidade em relação ao conteúdo descritivo, e também explica a razão pela qual os expressivos não podem ser deslocados para outros tempos verbais (*non displaceability*). Desta forma, é evidenciada uma diferença substancial em relação ao conteúdo descritivo, fundada no fato de que este não precisa estar ligado à situação do proferimento, mas que pode referir a coisas, eventos ou atitudes que não estão presentes no momento atual do proferimento (Gutzmann, 2013, p. 35).

O *insight* sobre a diferença nos modos de expressão no sistema de Potts é representado especificamente por meio da propriedade da infabilidade descritiva, que afirma que há uma impossibilidade de se comunicar um enunciado expressivo utilizando exclusivamente um vocabulário descritivo. A explicação dada é que qualquer tentativa de traduzir em termos descritivos um enunciado expressivo é falha, já que, nesse processo, necessariamente se perde informação relevante. Desta forma, qualquer tentativa de parafrasear ou traduzir o conteúdo expressivo utilizando vocabulário descritivo nunca deixará o sujeito satisfeito com o resultado. A importância desta propriedade não provém apenas do fato de que ela atribui uma especificidade ao conteúdo expressivo que possibilita uma separação nítida deste

²⁰ “Animal communication seems to be designed exclusively for this moment, here and now. It cannot effectively be used to relate events that are far removed in time and place. When your dog says Grrr, it means Grrr, right now, because dogs don’t seem to be capable of communicating Grrr, last night, over in the park. In contrast, human language users are normally capable of producing messages equivalent to Grrr, last night, over in the park, and then going on to say In fact, I’ll be going back tomorrow for some more.” Yule, 2006, p. 9.

em relação ao significado descritivo, mas também do fato ser uma releitura do *insight* kaplaneano dos distintos modos de expressão. Neste ponto, Geurts (2007)²¹ critica Potts argumentando que a impossibilidade de parafrasear o conteúdo expressivo de maneira satisfatória não é algo distintivo da linguagem expressiva - basta pensar nos termos descritivos “lânguido” ou “verde” para compreender a dificuldade que teríamos em realizar a mesma tarefa. Neste ponto específico, Gutzmann enxerga uma forma de interpretar a propriedade de inefabilidade no sistema de Potts sem abrir mão da ideia de que há uma diferença fundamental nos modos de expressão. Para atingir tal objetivo, ele propõe que a melhor forma de esclarecer o funcionamento dos termos expressivos é por meio de uma teoria das condições de uso. E ele o faz recuperando a ideia kaplaneana de que certos expressivos possuem condições de uso factuais, mas sem abrir mão da condição psicológica que guarda relação com a sinceridade do proferimento. Nesta abordagem, as condições de uso do termo “oops” são equivalentes às condições de verdade do enunciado “acabei de presenciar um pequeno acidente” e, no caso hipotético de aceitar que ambos os enunciados comunicam o “mesmo” conteúdo (num sentido não técnico), teríamos como resultado que, mesmo assim, a maneira de expressar o conteúdo será distinta (Gutzmann, 2013, p. 45). No caso do primeiro enunciado, ele será feliz, se e somente se, for proferido num contexto em que o falante acabou de presenciar um pequeno acidente, sendo o proferimento sincero de “oops” uma expressão *direta* do estado emocional de surpresa por parte do proferidor, diferente de uma declaração sobre isto (este fato). No segundo enunciado, temos uma asserção sobre um fato no mundo, *i.e.*, que o proferidor acabou de presenciar um pequeno acidente, que pode ser contestada e independe dos estados emotivos do falante. Desta maneira, defende-se que, mesmo assumindo que ambos enunciados retratam a mesma situação, a saber, a de que o proferidor acabou de presenciar um pequeno acidente, eles expressam tal conteúdo de uma forma fundamentalmente diferente, uma expressa ou revela um estado *do* proferidor, enquanto a outra o descreve (Gutzmann, 2013, p. 45).

Esta forma de preservar a propriedade da inefabilidade descritiva cumpre um papel fundamental na preservação do marco teórico de Potts, por lhe permitir conservar a tese de que há algum tipo de especificidade nos expressivos quando

²¹ A crítica de Geurts será apresentada em detalhe no segundo capítulo.

comparados aos descritivos, a qual se baseia no modo em que aqueles revelam seu conteúdo. Esta visão em relação ao comportamento semântico dos expressivos é vantajosa para Potts, pois serve para explicar em grande parte as características distintas que ele enxerga neste tipo de significado. Por exemplo, no seu segundo sistema lhe permite explicar a capacidade notável que têm os expressivos de alterar a intensidade emocional do contexto do proferimento de forma súbita por meio desta conexão *direta* que há entre o termo e o estado emocional do proferidor. Vale ressaltar que esta ideia em específico vem da grande influência que tem a teoria semântica dos expressivos de Cruse no trabalho de Potts.

O significado apresentado é, na maior parte das vezes, codificado digitalmente - isto é, pode variar apenas em saltos discretos; o significado expressivo, por outro lado, pelo menos em relação à intensidade, pode variar continuamente e é, portanto, codificado analogicamente.²²

Uma vez esclarecidas quais foram as ideias de Kaplan que influenciaram Potts e de que maneira foram incorporadas em seu marco teórico, é importante ressaltar que há diferenças nítidas entre ambos os autores. Por exemplo, no primeiro sistema de Potts, mesmo que se aceite que o conteúdo expressivo é proposicional, atribui-se a ele um caráter subjetivo. Desta forma, evidencia-se a diferença da seguinte maneira: na proposta de Kaplan, o conteúdo dos expressivos é pensado em termos normativos, *i.e.*, em termos de uma condição a ser satisfeita pelo sujeito em relação ao acontecimento, como no caso de “oops”. Já na abordagem de Potts, o conteúdo do termo “oops” é pensado em termos factuais, *i.e.* de estados mentais nos quais o sujeito do proferimento de fato se encontra no instante de proferir a sentença expressiva. A primeira proposta tem a vantagem de acomodar a possibilidade do sujeito poder fingir estar no estado em questão, pois o conteúdo expresso continua sendo a condição a ser satisfeita. Por este motivo, a abordagem kaplaneana parece ter mais recursos para lidar com uma das objeções que costuma ser levantada contra o expressivismo, a qual diz respeito ao fato de que sempre é possível para o sujeito fingir seus estados mentais. Em contrapartida, na visão de Potts, os termos expressivos expressam fatos subjetivos, por situar a condição a ser preenchida no estado emocional do falante quando ele utiliza esse tipo de termo.

²² “Presented meaning is for the most part coded digitally - that is to say, it can vary only in discrete jumps; expressive meaning, on the other hand, at least in respect of intensity, can be varied continuously, and is therefore analogically coded.” Cruse, 1986, p. 272.

Uma vez realizado o proferimento, será o termo expressivo escolhido junto com o contexto que definirá qual foi o tipo de estado emocional externalizado, como raiva, aprovação, surpresa, admiração ou frustração, revelando, por meio do termo selecionado, que o proferidor está vivenciado o estado mental naquele preciso momento. Potts não se aprofundou na possibilidade de usos insinceros dos termos expressivos, possivelmente por causa da sua interpretação em relação ao valor semântico desses itens lexicais. Ao serem caracterizados como descargas verbais de estados mentais conativos, ele os representa como um tipo de significado catártico e praticamente espontâneo, portanto dificilmente simulado. Esta poderia ser uma explicação de porque não há uma dimensão normativa em sua teoria, sendo o mais próximo disso as intuições apresentadas sobre o caráter pragmaticamente feliz ou infeliz das sequências entre parênteses, que são úteis para evidenciar o problema comunicativo que ocorre ao se proferir um termo expressivo sem ter o estado conativo correspondente.

Ao avançar no processo de esclarecimento em relação ao posicionamento sobre o valor semântico dos expressivos de Potts, podemos agora explicar porque as implicações (*entailments*) geradas não podem ser impugnadas pelo interlocutor. Considere:

- (a) Estou feliz porque fui aprovado no exame.
- (b) Oba! Fui aprovado no exame.

Imaginemos um caso hipotético em que alguém profere (a). É possível que, no mesmo contexto, o ouvinte desafie e rejeite o conteúdo expresso pelo enunciado? A resposta parece ser que, no caso do enunciado (a), o conteúdo pode ser negado mesmo gerando uma situação estranha ou constrangedora entre os interlocutores. Se considerarmos a mesma questão sobre o enunciado (b), percebe-se que, *prima facie*, encontramos dificuldades em rejeitá-lo, dado que não é possível encaixar semanticamente o conteúdo expressivo no escopo do operador de negação. Com base neste fato, há evidências de que, na abordagem de Potts, o conteúdo expressivo projeta uma implicação que não é sensível aos mecanismos da semântica vero condicional, tendo como resultado que tal implicação não pode ser impugnada pelo ouvinte. Considere:

- (c) Aquele canalha ganhou o prêmio.
- (d) O ganhador do prêmio não é um canalha.

Neste caso, mesmo tendo a intenção de contrariar o que diz o falante, o ouvinte parece não conseguir refutar o conteúdo expressivo do termo “canalha”. A explicação de Potts para isso é a seguinte: ao proferir “aquele canalha ganhou o prêmio”, o conteúdo expressivo passa a ser informação de consenso (*common ground*) entre os interlocutores. No caso hipotético do ouvinte ter a intenção de rejeitar a caracterização do referente do enunciado por meio do termo “canalha”, este sempre chegará tarde, pois o proferidor já externou seu estado emocional. Desta forma, é por meio da propriedade de *immediacy* que a teoria de Potts garante que o ouvinte nunca pode questionar de maneira efetiva o conteúdo expressivo do proferimento. Isso se deve ao fato de que não é possível rejeitar um estado mental, um conteúdo que o proferidor possui acesso restrito, e a mera tentativa é equivalente ao ato absurdo de tentar convencer alguém que sente dor de que isto não é verdade (Potts, 2005, p. 158). Desta forma, é transparentado porque a implicação gerada (*not at issue content*) pelo conteúdo expressivo do enunciado não pode ser impugnada pelo ouvinte na maioria dos casos.

Conclui-se que a análise teórica de Potts cumpre o primeiro ponto a ser preenchido para se encaixar no modelo expressivista, dado que satisfaz o primeiro requisito de estabelecer um *fazer* distintivo em relação ao conteúdo expressivo. Fica evidente ainda que isso é feito apresentando argumentos substanciais a favor da ideia de que há uma diferença nítida entre manifestar um enunciado expressivo e qualquer tentativa de comunicar estados emocionais ou atitudinais por meios descritivos.

O segundo critério a ser satisfeito por uma teoria expressivista é conseguir explicar como o uso dos termos que se inserem em seu campo de estudo possuem a função convencional de expressar estados mentais não cognitivos, *i.e.*, que diferem de crenças. Além disso, ao expressivismo puro cabe também elucidar como essa contribuição conativa encerra completamente o processo de manifestação de estados mentais, dado que em nenhum caso o conteúdo em questão pode expressar uma crença de forma paralela. (Camp, 2017, p. 7). Como foi apresentado anteriormente, o expressivismo híbrido não precisa dar conta dessa última questão, uma vez que ele aceita a manifestação simultânea de estados mentais cognitivos e

conativos. Ao considerar as ideias centrais da proposta de Potts, tudo indica que esta poderia se encaixar neste tipo de modelo híbrido, pois sua teoria se fundamenta numa semântica multidimensional, na qual há um nível descritivo e outro expressivo. Este ponto é respaldado teoricamente pela propriedade de independência e a infabilidade descritiva, responsáveis por garantir que estes conteúdos sempre operem em planos separados. Entende-se que para avaliar se os sistemas de Potts possuem os mecanismos convencionais para expressar estados mentais não cognitivos, devemos avaliar a sua lógica das implicaturas convencionais e a sua semântica dinâmica separadamente.

No primeiro modelo, adotou-se o *insight* de Lobner segundo o qual o conteúdo expressivo faz parte do significado lexical dos termos, sendo esta uma qualidade semântica das palavras e, conseqüentemente, das sentenças em que tais termos ocorrem. Ao compreender este ponto, podemos sintetizar como funciona esse mecanismo de expressão do conteúdo não cognitivo da seguinte maneira: a tese é que os termos expressivos formam uma classe de IC. Ao nos aprofundarmos no funcionamento das ICs fica claro como opera o mecanismo convencional por meio do qual conseguimos expressar estados mentais. Nesta abordagem, atribui-se aos itens lexicais que pertencem à categoria dos expressivos a capacidade de desencadear conteúdos proposicionais num outro nível de significado, por meio de um mecanismo codificado no significado convencional do termo que é o responsável por gerar a IC. Constata-se que isso é fundamentado por meio das propriedades atribuídas às ICs, a saber:

(a) as ICs são parte do conteúdo convencional das palavras e

(d) as ICs são lógica e composicionalmente independentes do “dito”, *i.e.* elas são independentes das implicações do conteúdo literal.

Dessa forma, evidencia-se que é possível acomodar a lógica das implicaturas convencionais numa teoria do significado expressivista, dado que o sistema preenche de maneira satisfatória a segunda condição necessária que deve ser satisfeita para considerar o modelo apto.

No segundo sistema, a principal mudança é a seguinte: o mecanismo convencional por meio do qual expressam-se estados conativos é realizado por meio de um modelo dinâmico que atribui aos expressivos o potencial de alterar o contexto

do proferimento. Desse modo, ao ocorrer em enunciados complexos, os expressivos modificam o contexto de uma maneira determinada. Isso é feito através de uma alteração do índice expressivo, o qual é responsável por estabelecer a polaridade da emoção (negativa ou positiva), o seu direcionamento (seja este um objeto, sujeito ou uma situação) e um determinado grau de intensidade afetiva. Sabe-se que esta modificação no contexto do proferimento tem o efeito pragmático de restringir as inferências conversacionais que podem ser realizadas pelos interlocutores em relação ao conteúdo proposicional que foi asserido, ao permitir capturar o estado emocional em que se encontra o proferidor naquele momento preciso.

Revela-se, assim, que as duas propostas teóricas de Potts apresentam um arcabouço conceitual que permite e garante, por meio de mecanismos semânticos distintos, que os proferimentos que utilizam termos expressivos possuam os meios convencionais necessários para viabilizar a expressão de estados não cognitivos. A partir disso, podemos concluir que os requisitos que devem ser preenchidos para considerar o modelo de Potts como uma teoria do significado expressivista são atingidos. Porém, ao considerar as especificações de sua análise linguística, e pelos motivos apresentados anteriormente, seu modelo precisa ser acomodado num expressivismo híbrido. Isso se dá porque, na abordagem de Potts, defende-se que o conteúdo expressivo se encontra linguisticamente codificado, da mesma forma que um termo descritivo na teoria vero-condicional, porém especifica-se também que o conteúdo expressivo tem sua própria dimensão de significado, desligando-se do nível descritivo.

Note-se que, por meio do processo de seleção da teoria do significado mais adequada para comportar a análise linguística pottseana, foi resolvida de forma paralela a questão sobre se os expressivos, segundo esta abordagem, possuem algum tipo de especificidade quando comparados aos descritivos ou a outros itens lexicais. Concluímos que há argumentos substanciais a favor de que isto seja o caso, tais como a compreensão de que os expressivos permitem ao proferidor revelar por meio de um *modo* singular o seu conteúdo informacional. Como evidência disso, podemos citar as dificuldades que encontram os interlocutores ao tentar rejeitar seu conteúdo ou a capacidade que tem o significado expressivo em mudar repentinamente a intensidade emotiva do contexto.

Uma vez estabelecida qual é a teoria do significado mais adequada para acomodar os termos expressivos, abrimos o caminho para nos aprofundarmos nas

seguintes questões: quais são os tipos de compromissos que esses termos geram por meio de seu uso em proferimentos complexos; e o que significa (o que devemos compreender) quando duas pessoas concordam ou discordam em relação ao conteúdo expressivo? Para responder à primeira pergunta, devemos prestar atenção a como Potts modeliza o conteúdo expressivo enquanto conteúdo que não está em questão (*not at-issue content*); em termos de IC (2005) e de potencial de alteração contextual (2007). Nota-se que, segundo sua abordagem, a modelização é definida pela função que os expressivos desenvolvem na linguagem, e essa informação é codificada no significado convencional do termo. Dessa forma, utilizar vocabulário expressivo permite externalizar o estado interno emocional ou atitudinal do proferidor e, nos casos em que o proferidor só aparenta ter o estado mental em questão, considera-se o ato de fala como insincero. Desse modo, destaca-se que há um único requisito a ser preenchido, a saber, possuir o estado mental correspondente ao termo, podendo tal estado ser direcionado tanto a sujeitos quanto a objetos ou estado de coisas.

Definir esse ponto permite esclarecer o que acontece quando os interlocutores concordam ou discordam expressivamente. Caso os interlocutores compartilhem a mesma emoção ou atitude, eles concordarão neste nível de significado, caso contrário, eles discordarão. Para exemplificar este ponto, tomemos um exemplo com um epíteto expressivo, como no enunciado “That bastard Kresge was promoted”: o ouvinte concordará com o conteúdo expressivo caso ele possua a mesma atitude conativa de desprezo que possui o falante, que é correlativa ao termo “*bastard*”. Neste caso específico, o ouvinte pode discordar de três maneiras. Primeiro, em relação à intensidade do conteúdo expressivo, já que ele pode avaliar o termo utilizado pelo proferidor como sendo agressivo demais e, por isso, propor outro epíteto que caracterize Kresge de forma negativa, porém de maneira mais leve (um exemplo em língua inglesa seria a utilização do termo “*jerk*”). Além disso, existe também a possibilidade de o ouvinte não concordar com a caracterização negativa feita pelo proferidor. Nesse caso, dadas as dificuldades envolvidas em contestar o conteúdo expressivo, o ouvinte precisará mudar o foco da conversação, dizendo algo como “Ei, espera aí! Você parece estar assumindo que Kresge é desprezível, mas ele é um cara super gente boa!” Em mais um cenário possível, o ouvinte pode concordar com o conteúdo expressivo, porém discordar exclusivamente do conteúdo descritivo - neste caso é possível uma resposta do tipo

“He wasn’t promoted”. Resumindo, ao presenciar o proferimento de um enunciado contendo um termo expressivo, o ouvinte pode: i. concordar com ambos os conteúdos; i.i. aceitar só um deles, seja este o conteúdo expressivo ou o conteúdo descritivo; ou i.i.i discordar de ambos os conteúdos. Se os interlocutores estão de acordo com o conteúdo conativo que foi revelado pelo proferimento, existe um outro tipo de comprometimento, que é o de respeitar a consistência expressiva, *i.e.*, a consistência do conteúdo expressivo que foi revelado. O segundo modelo semântico de Potts explica bem este ponto, dado que, por definição, o contexto não pode ser atualizado com índices expressivos contraditórios. Por exemplo, se um determinado proferidor modifica o contexto com os índices expressivos (Tom) [-.5, 0] (Jerry) e (Tom) [.8, 1] (Jerry) para se referir ao mesmo sujeito, isso é equivalente, num determinado contexto, a derogar e honrar o mesmo indivíduo, o que produziria no ouvinte a geração de inferências contraditórias. Os pronomes de tratamento exemplificam bem este ponto na língua espanhola, dado que, quando alguém se refere a outra pessoa pelo pronome “*usted*”, a forma de referir-se a tal pessoa fica restrita. Isso se dá porque, por meio da propriedade da imediatez, foi estabelecida uma distância social que consiste num comprometimento de se relacionar de maneira formal ou respeitosa entre os interlocutores. Como consequência disso, é considerado inapropriado mudar posteriormente para um pronome informal como “*tu*”, dado que cometemos algum tipo de erro ou inconsistência expressiva ao quebrar o compromisso que foi adotado previamente por meio do proferimento do termo “*usted*” quando este foi inserido num enunciado. Num outro exemplo, se o proferidor disser “Rosália acredita que o paraíba não vai vir trabalhar hoje” e, na continuação, proferir “Eu acho ele um cara legal”, a consistência expressiva opera de forma a bloquear ou invalidar a avaliação positiva do termo “legal” no segundo proferimento. Isso ocorre porque o conteúdo conativo se opõe à atitude de desprezo que foi expressa no primeiro proferimento, tendo como resultado que o segundo proferimento se sobressai por ser feliz. Cabe mencionar que o ouvinte pode discordar mentalmente do conteúdo expressivo e decidir não se posicionar explicitamente no momento do proferimento, por possuir razões pessoais, políticas ou sociais que o fazem agir de maneira precavida e não assumir o custo de manifestar publicamente que rejeita tal conteúdo. Não obstante, esse ato de silenciamento gera consequências negativas, dado que o conteúdo expressivo passará a ser parte da informação de consenso (*common ground*) entre

os interlocutores. Isso dificultará uma posterior rejeição do conteúdo por parte do ouvinte e, qualquer tentativa de fazê-lo, gerará a impressão de que este não está agindo conforme a consistência expressiva. No cenário hipotético de ambos estarem de acordo em relação ao conteúdo expressivo, é possível afirmar que o uso de termos expressivos estabelece outro tipo de compromisso, tanto no proferidor quanto no ouvinte. Este consiste em conduzir-se segundo as restrições discursivas estabelecidas por meio da alteração do contexto do proferimento determinado pelo uso do termo expressivo escolhido. Desse modo, este mecanismo linguístico desencadeia implicações proposicionais que restringem que tipo de conteúdo expressivo passa a ser apropriado ou inapropriado no discurso subsequente. No caso recém apresentado, isso equivale a dizer que, ao expressar aversão direcionada a Kresge por meio do uso de um termo expressivo, o proferidor pode estar se comprometendo com certo tipo de comportamento, como não ser amigo de Kresge ou agir de maneira desfavorável na presença dele. Contudo, inferências como essas, que geram compromissos para os falantes, são, nas palavras de Potts, “informação em fluxo”, dado que a forma com que o proferidor assume suas próprias palavras depende de fatores como seu caráter, crenças, e a história que ele tem com o sujeito ao qual se refere (no exemplo, Kresge). A partir disso, podemos afirmar que as mesmas inferências conversacionais podem se encontrar ausentes ou intensificadas no ouvinte por estas serem dinâmicas, mudando segundo o contexto do proferimento (Potts, 2007).

No artigo intitulado “On Linguistic Evidence for Expressivism”, Soria e Stojanovic apresentam alguns critérios que possibilitam a distinção entre (usos de) termos expressivos e descritivos (2019, p. 155), embora questionem a ideia que haja uma divisão clara entre as categorias. Esta abordagem é interessante, pois defende que adjetivos avaliativos como “bom” podem ser usados tanto expressiva quanto descritivamente, e que adjetivos que comumente apresentam um uso factual como “prudente” e “atlético” podem ser utilizados de maneira expressiva. Levando isso em consideração, no que se segue avaliarei se os critérios apresentados por Soria e Stojanovic para diferenciar usos expressivos e factuais em adjetivos avaliativos são aplicáveis à categoria dos expressivos defendida por Potts. O objetivo dessa avaliação é verificar se o comportamento dos termos expressivos espelha de alguma forma o comportamento dos adjetivos avaliativos. Dessa forma, podemos especificar se há mais argumentos a favor da tese de que os modelos semânticos de

Potts podem ser acomodados nos moldes de um expressivismo híbrido. O primeiro critério é baseado na propriedade dos expressivos avaliativos de conter uma força motivadora intrínseca que guia o proferidor a realizar determinadas ações. Portanto, se alguém profere “aquele filme é maravilhoso” o adjetivo avaliativo “maravilhoso” expressaria uma certa tendência por parte do proferidor de agir a favor do filme. Esta ideia vem do trabalho de Stevenson, que defendeu que o vocabulário avaliativo possuiria um certo “magnetismo”, e que o bom seria “atrativo”, enquanto o mau seria “repulsivo”²³. Consequentemente, expressar algo positivo sobre um objeto equivale a agir em favor do objeto em questão e, no sentido contrário, expressar algo negativo equivale a estar inclinado a agir contra ele. Do ponto de vista do ouvinte, aceitar (ou não) o proferimento equivale a aceitar o compromisso de agir a favor (ou contra), segundo o conteúdo do termo utilizado nesse proferimento. Por exemplo, aceitar o proferimento “Marcelo é um professor de filosofia fantástico” significa que o ouvinte assume o compromisso de agir a favor daquele professor, seja recomendando-o a outros alunos ou desejando que ele seja o seu orientador. Dado que os itens linguísticos analisados no presente trabalho não foram contemplados no projeto de Soria e Stojanovic, podemos ampliar o escopo teórico de sua pesquisa com o objetivo de avaliar dois pontos. Primeiro, se os expressivos guardam algum tipo de semelhança com os termos avaliativos no que diz respeito aos requisitos que devem ser preenchidos para que seu uso seja considerado feliz. E, segundo, os compromissos comportamentais que eles geram ao serem proferidos em enunciados complexos. Mais especificamente, será considerado tanto o poder motivacional que eles possuem, quanto a diferença no nível de evidência empírica que devemos possuir para proferi-los. A ponte teórica surge a partir das semelhanças notórias que possuem alguns expressivos, como “paraíba” e “canalha”, com os termos grossos (*thick terms*) do campo da ética, como “corajoso” ou “indecente”. O vínculo vem do fato de que ambos os tipos têm um conteúdo descritivo e outro expressivo, este último podendo ser caracterizado como uma atitude de avaliação positiva no caso de termos como “corajoso” e negativa no caso de termos como “paraíba”. Na teoria de Potts, junto com a avaliação negativa que é expressa por meio de um termo derogatório é revelado um estado emocional, uma emoção do proferidor que pode ir do ódio à apreensão. Dessa forma, alguém

²³ Charles L. Stevenson, “The Emotive Meaning of Ethical Terms”. In *Mind*, 46 (181), 1937, p. 14-31.

que utiliza o termo “paraíba” para se referir a alguém do nordeste do Brasil se apropriando do significado do termo com o propósito de empoderar a sua comunidade pode ter uma disposição psicológica distinta em relação a outro proferidor que se declara abertamente racista. A explicação para isso é que ambos proferimentos alteram de forma distinta o índice expressivo do contexto do proferimento, o que garante que a avaliação realizada seja depreciativa no caso do racista e positiva no caso do líder social.

Ao reconhecer que há um conteúdo avaliativo nos termos morais, passa-se a assumir que um enunciado do tipo “Se x é horrível, então não faça x ” é redundante, pois o significado da segunda parte já se encontra codificado no antecedente (Soria e Stojanovic, 2019, p. 161). No caso dos termos expressivos, notamos que acontece algo parecido em relação às restrições discursivas que são geradas pelo conteúdo expressivo, determinando que tipo de enunciado pode ser proferido posteriormente de forma feliz ou infeliz. Outra analogia com os adjetivos avaliativos é que estes criam uma expectativa em relação aos comportamentos que são esperados por parte do proferidor do enunciado. Considere:

- Esse filme é **horrível**. # Vou assistir amanhã com a minha namorada.
- Achei a tese dele **fantástica**. # Sem dúvidas vou reprová-lo.
- O **professorzinho** dará aula de lógica esse ano. # Vou me inscrever em seu curso.
- O **canalha** do Thiago vai se apresentar para deputado federal. # Vou fazer campanha para ele.
- Sua **eminência** vai fazer uma apresentação no encerramento do congresso.
Eu não o acho um acadêmico competente.

Nestes exemplos, à primeira vista a continuação discursiva parece inapropriada, e o motivo para isso é a avaliação positiva ou negativa com a qual o proferidor já está comprometido ao proferir o primeiro enunciado. Neste ponto, cabe ressaltar que as atitudes em relação a um objeto podem ser complexas e incluir outros aspectos positivos e negativos que vão além dos comprometimentos expressados no primeiro enunciado. Por exemplo, o proferidor pode resolver se inscrever no curso por outros motivos considerados por ele mais relevantes do que

o fato de o professor ser julgado incompetente. Neste caso, bastaria que ele reconhecesse as dificuldades que tem para compreender lógica, e que soubesse que aquele professor não é reconhecido por ser exigente. Contudo, se essas razões para se inscrever no curso não fizerem parte da informação de consenso entre os interlocutores (*common ground*) ou não forem explicitadas, o proferimento do enunciado será considerado infeliz, ou pelo menos fará com que os interlocutores fiquem desconcertados. A explicação vem de que há uma expectativa por parte dos ouvintes de que o proferidor agirá em conformidade com o conteúdo do enunciado, que vem da assunção feita pelo ouvinte de que o proferidor endossa o conteúdo do seu próprio proferimento. Neste ponto, vemos que há semelhanças linguísticas entre expressivos e avaliativos fundamentadas em como seu uso é subordinado às noções de *common ground* e consistência expressiva, responsáveis por fazer com que o proferimento de um enunciado expressivo tenha implicações psicológicas e comportamentais semelhantes às apresentadas pelos adjetivos avaliativos. Contudo, esta analogia precisa ser investigada em mais detalhes, principalmente pela diversidade dos fatores que se inserem no processo de justificação de um ato linguístico, sendo ainda mais complexo o caso de esclarecer os motivos por trás de um determinado comportamento.

O segundo critério (por meio do qual serão avaliados os modelos de Potts no intuito de estabelecer se estes se encaixam nos moldes de uma teoria expressivista do significado) guarda relação com a evidência que o proferidor deve possuir para realizar um proferimento expressivo em contraposição a um descritivo. No caso dos enunciados factuais, sabemos que, se houver evidências que mostram que o conteúdo do enunciado não representa como as coisas são de fato, é possível atribuir ao proferidor o ato de estar comunicando uma crença falsa. No caso dos adjetivos avaliativos, encontramos dificuldades, pois o proferidor é o único que possui a evidência de se encontrar num determinado estado emocional ou atitude de avaliação e, por esse motivo, sempre haverá dificuldades de se objetar àquele conteúdo. Considere:

(1) Martin: Este filme é horrível!

Pablo: # Não é, não.

(2) Martin: Uau, que filme!

Pablo: # Não é, não!

(3) Martin: Aquele filme é argentino.

Pablo: Não é, não.

No caso (1), os interlocutores discordam sobre um fato, a saber, a qualidade do filme, porém Martin tem a sua própria apreciação sobre a produção em questão, que vem da avaliação interna que ele fez, levando em consideração aspectos do filme como o roteiro, a música, a edição, a performance dos atores, etc. Logo, parece estranho que Pablo tente desestimar os critérios cinematográficos de Martin como sendo falsos, sendo muito mais compreensível uma resposta do tipo “Eu tenho uma outra opinião do filme”. No caso de (3), Martin se compromete por meio do proferimento do enunciado com certo estado de coisas que pode ser verificável caso os ouvintes procurem a informação em questão (onde foi feito o filme). Porém, no caso de (2), a forma de reagir de Pablo parece inapropriada, pois ele tenta negar um conteúdo que pode ser caracterizado como uma avaliação que não lhe pertence. Desta forma, vemos que há um claro contraste entre rejeitar um enunciado descritivo, por um lado, e rejeitar um conteúdo expressivo, por outro. No primeiro caso, se os dois interlocutores forem racionais e procurarem a informação relevante, poderão chegar a um comum acordo, mas isso não acontece no caso dos expressivos, dado que estes não precisam ser fundamentados (no jargão inglês: *groundless*) na abordagem pottseana. Desta forma, podemos afirmar que os expressivos apresentam semelhanças com os avaliativos e preenchem dois dos critérios utilizados por Soria e Stojanovic para distinguir entre usos de termos expressivos e descritivos. Constatar este ponto acrescenta mais evidência a favor da tese de que a análise linguística de Potts pode ser acomodada nos moldes de um expressivismo híbrido.

Até este ponto a avaliação dos modelos de Potts procurou determinar em que tipo de teoria de significado eles podem ser acomodados, focando-se numa abordagem que prioriza a relação entre o proferidor e enunciados expressivos complexos. Nesta parte final do capítulo será esclarecido como se deve interpretar o valor semântico dos expressivos quando este é enquadrado nos moldes de um expressivismo híbrido. Para isso, aprofundar-me-ei em como a linguagem como um sistema de informação codificada permite, por meio de dispositivos linguísticos

singulares, a implementação dessa função. Dito de outro modo, este ponto guarda relação com a definição do *tipo* de conteúdo que é expressado ao proferir enunciados que contém termos expressivos. Na análise linguística de Potts, temos que a contribuição não vero-condicional do conteúdo expressivo é definida como a de exibir o estado emocional do falante. No entanto, essa caracterização se mostra insuficiente por ser imprecisa e não permitir explicar de forma convincente todo o repertório de ações que são realizadas no nosso dia a dia por meio desses termos. Tal imprecisão se deve ao fato de Potts ter articulado seu projeto utilizando uma definição funcional, e não essencial, uma vez que ele foi guiado meramente pelo interesse de criar um modelo semântico que comportasse o significado dos expressivos, deixando de lado questões importantes por se encontrarem fora do escopo de sua investigação. Desta forma, tendo em vista que seu projeto consiste em possibilitar o mero desenvolvimento de uma teoria semântica, não é necessário para atingir seu objetivo apresentar uma definição acurada do conteúdo expressivo, o que acaba deixando a questão de especificar uma definição essencial em aberto.

A primeira proposta a ser considerada para preencher esse vácuo será o expressivismo subjetivista, que defende que os expressivos comunicam um conteúdo que refere aos sentimentos pessoais do proferidor. Nesta abordagem, ao se proferir um enunciado expressivo, são afirmadas duas proposições, a primeira guarda relação com o conteúdo descritivo do enunciado, a segunda diz respeito a um fato subjetivo que se refere aos estados emotivos ou atitudinais em que o proferidor se encontra no momento do proferimento. O conteúdo descritivo é avaliado segundo as condições de verdade do enunciado, podendo ser verdadeiro ou falso. Já o conteúdo expressivo será sempre verdadeiro, o que garante que tenha um caráter infalível, pois o proferidor não pode estar enganado quanto aos próprios estados mentais. Estas características do subjetivismo fizeram com que alguns teóricos, como é o caso de Camp (2013), defendessem que a análise linguística de Potts pode ser acomodada nestes moldes. Uma forma de justificar que há algum tipo de subjetivismo incorporado nas ideias de Potts é por meio de algumas das propriedades notáveis que ele atribui a este tipo de conteúdo. Estas são: i. A de independência, que garante a manifestação de um conteúdo informativo que vai além do descritivo; ii. A dependência *vis-à-vis* a perspectiva do falante, que sempre atribui ao proferidor o conteúdo expressado. No primeiro modelo formal há outro argumento a favor da hipótese de que a versão do expressivismo que mais se

aproxima do modelo de Potts é o subjetivismo, a saber, a tese segundo a qual o conteúdo expressivo desencadeado pela IC possui um caráter proposicional. Desta forma, se alguém profere “o maldito cachorro latiu a noite toda”, tal pessoa afirma dois conteúdos: o primeiro, que o cachorro latiu a noite toda; o segundo, que o proferidor não gosta do cachorro. Não obstante, esta forma de abordar a contribuição semântica dos expressivos é aberta a objeções que logram questionar a defesa deste tipo de posicionamento para os modelos semânticos de Potts. Em particular, o subjetivismo expressivo tem dificuldades em explicar a noção de desacordo. Sabe-se que nesta abordagem os proferimentos de enunciados expressivos são sempre verdadeiros, dado que ninguém pode estar enganado a respeito de seus próprios estados mentais. Do fato que os enunciados expressivos apresentam um caráter infalível *a priori* decorre que não existem enunciados *certos* ou *errados*. No exemplo apresentado, o cachorro considerado maldito pelo proferidor pode ser considerado como maravilhoso pelo ouvinte e, dado que ambos enunciados são verdadeiros, não há desacordo possível. Uma defesa do subjetivismo nos obriga a defender que em relação ao conteúdo expressivo a noção de desacordo (ou, da mesma forma, a noção de acordo) nem se coloca. Isso se explica pelo fato de que, ao fazer o juízo, os proferidores na verdade não estão falando do cachorro, mas dos estados mentais afetivos que são provocados por ele. Por este motivo, assumir o subjetivismo traz consequências indesejadas que vão de encontro com as intuições que temos quando ouvimos dois sujeitos se referirem ao mesmo cachorro por meio de epítetos que expressam uma valoração antagônica, percebendo-se que há de fato algum tipo de desacordo. Há ainda outro ponto a considerar que afasta qualquer desejo de acomodar as ideias de Potts num tipo de subjetivismo: no segundo modelo semântico, ele abandonou a tese de que os expressivos configuram uma classe de implicatura convencional e que, portanto, expressam proposições. No primeiro modelo, ao ser inserido em um enunciado complexo, o termo expressivo desencadeia a implicação de um conteúdo proposicional concomitante ao asserido. Porém, no segundo modelo, o valor de saída da função expressiva não é mais do tipo proposicional e, sim, representado em termos de sua contribuição para um índice expressivo, o qual codifica a atitude emotiva do falante *vis-à-vis* algo ou alguém. Desta forma, o valor informativo dos expressivos é justificado por meio da alteração contextual que realizam ao modificar o índice expressivo com este tipo de conteúdo que é inserido no contexto

geral do proferimento. Levando em consideração os problemas apresentados pelo subjetivismo expressivo no processo de transparentar o tipo de posicionamento que é assumido por Potts em relação ao valor semântico dos expressivos, analisarei em seguida uma versão do expressivismo que pode ser vista como mais simples se consideramos os tipos de atitude externalizada.

A teoria do significado conhecida como emotivismo, foi formulada por Ayer para lidar com a questão de esclarecer o significado dos enunciados morais, passando a ser reconhecida no campo da meta-ética pela sua simplicidade para elucidar o problema ao utilizar unicamente exclamações como “Urra!” (um grito de aprovação) e “Bu!” (vaia). Nestes moldes, conseguimos decodificar o significado do enunciado “matar é errado” como algo do tipo: Bu! (matar), que expressa por meio do termo “errado” uma atitude conativa de desaprovação em relação ao ato de matar.

O emotivismo aparece *prima facie* como uma boa alternativa para explicar que tipo de posição sobre o valor semântico dos expressivos é assumida por Potts pelos seguintes motivos: primeiro, esta forma de expressivismo subjetivo nega que o conteúdo dos termos que abrange seu objeto tenha caráter proposicional, *i.e.*, seja verdadeiro ou falso. Segundo, como o emotivismo interpreta o significado dos termos morais como exclamações ou descargas verbais de um sentimento puro, ele coincide de forma satisfatória com a definição funcional do significado expressivo apresentada por Potts. Sabe-se que a proposta de Potts em relação ao que realmente comunicam os expressivos é restringida pelo modo com que ele assume que este conteúdo é expresso. Neste quesito, a propriedade de inefabilidade tem um papel preponderante em explicar porque expressões como “*fuck you*” parecem *prima facie* não ter um significado que possa ser definido de uma forma que nos deixe satisfeitos. Neste ponto específico se apresenta uma analogia entre o conteúdo expressivo e o modo de expressão exclamativo do emotivismo, especificamente na forma particular em que ambos revelam uma conexão direta com os estados mentais do proferidor - uma forma de revelar determinada informação que tem semelhanças com a comunicação não verbal de expressões faciais. Esse tipo de posicionamento em relação ao valor semântico dos expressivos responde bem tanto à ideia pottseana de que os expressivos permitem ao ouvinte inferir que o proferidor está vivenciando um sentimento bruto e inefável naquele instante preciso, quanto ao fato de que o fator primário para determinar a sinceridade do enunciado é que o proferidor se

encontre no estado mental que diz possuir. Nos moldes do emotivismo, se preferimos um enunciado envolvendo um termo expressivo, é possível decompor o seu significado da seguinte maneira. Considere:

(1) Aquele paraíba é muito problemático

O significado de (1) é: aquele nordestino é muito problemático e Bu! (nordestinos). A forma com que o emotivismo interpreta o conteúdo expressivo traz a vantagem de que ela explica de maneira clara e intuitiva porque encontramos dificuldades ao tentar tornar transparente o conteúdo de termos que são membros da categoria dos expressivos, como *slurs* ou epítetos. O motivo é que tais termos expressam um sentimento bruto, sendo a atitude mental conativa (*a desire-like attitude*) uma implicação do primeiro. Por causa disso, qualquer tentativa de parafrasear o seu conteúdo utilizando um vocabulário descritivo será sempre deficiente, por não conseguir manter da mesma forma nem o impacto emotivo nem o mesmo poder de influenciar ou motivar ações no ouvinte. O mesmo ponto serve para fornecer uma boa explicação em relação à questão de porque os expressivos destacam-se no léxico por serem itens linguísticos afetivamente carregados. Esta qualidade explica também por que a função retórica dos expressivos possui um destaque ao serem ferramentas linguísticas úteis para desenvolver a arte da persuasão, ao compreender que isso se deve à natureza de seu conteúdo e ao modo em que este é revelado (de forma implícita e, por isso, não sendo exposto à crítica). Esta capacidade que tem a linguagem expressiva de influenciar e produzir uma reação afetiva nos interlocutores foi percebida já nos inícios do estudo do significado emotivo por Stevenson, que representou o fenômeno como “a aura imediata de sentimento que paira sobre uma palavra”²⁴. Todos os pontos recém mencionados permitem também a compreensão de porque um dos usos notáveis dos expressivos é enquanto armas verbais, sendo os *slurs* o caso paradigmático (Camp, 2013, p. 332).

Embora o emotivismo permita esclarecer em grande parte o posicionamento de Potts em relação ao valor semântico dos expressivos, esta versão do expressivismo não consegue abranger a questão em toda sua complexidade. O

²⁴ “It is the immediate aura of feeling which hovers about a word”. 1934, p. 23

motivo está na base do modelo teórico “expulsivo” escolhido por Potts, no qual as particularidades destes itens lexicais são destacadas até um ponto em que não fica clara a divisão entre a categoria semântica dos expressivos e grunhidos ou caretas (Geurts, 2007). O mesmo problema se coloca para o emotivismo, uma vez que ele vai longe demais ao interpretar em termos causais a ligação que há entre estados psicológicos e proferimentos, de forma semelhante a conexão natural que há entre a fumaça e o fogo (Camp, 2017). Em seu artigo “Meaning” (1957), Grice apresentou a distinção entre dois sentidos em que é possível dizer que *Y* significa *X*. O primeiro foi denominado de “significado natural”, por representar uma relação causal que repousa sobre uma lei natural do mundo. Por exemplo, dizer que a fumaça que sai da casa significa que a casa está pegando fogo, ou dizer que nuvens pretas no céu significam chuva. O segundo foi denominado “significado não natural”, e é distintivo das expressões linguísticas e da comunicação verbal - de forma que, na verdade, existem dois tipos de significado não natural: o significado convencional, que responde ao conteúdo literal ou padrão de uma expressão; e o significado do falante, que se refere ao que o proferidor quis dizer por meio de uma expressão num determinado contexto. Um exemplo do primeiro é dizer “bem-vindo” quando um convidado chega em casa; e do segundo dizer “Você pode alcançar o sal?” para comunicar a intenção de que o ouvinte lhe passe o sal. Levando em consideração as distinções recém apresentadas, percebemos que o modelo de Potts interpreta o valor semântico dos expressivos num sentido semelhante à noção de significado natural, ao representar que, por meio do proferimento de enunciados expressivos, há uma relação causal na qual o estado mental *X* causa o proferimento *Y*. Este ponto faz com que seja impossível defender que os modelos de Potts adotam um posicionamento emotivista em relação ao valor semântico dos expressivos, dado que nem a comunicação não verbal de gestos e expressões faciais se encaixa neste tipo de significado. Sabe-se que uma das características fundamentais da linguagem natural como sistema convencional de representação é que é possível se afastar de como as coisas são no mundo, seja porque o proferidor está enganado em relação ao fato referido ou porque ele faz um uso insincero dos termos utilizados. Vale a pena ressaltar que Kaplan se aprofundou nesta questão e foi muito enfático em se posicionar contra uma abordagem emotivista para os expressivos. Portanto, é muito estranho que, posteriormente, Potts, que foi fortemente influenciado pelo trabalho de Kaplan, não tenha levado em consideração este ponto, tendo como resultado que

seus modelos semânticos não abordam a possibilidade de enganos e usos insinceros. Não incorporar a possibilidade de enganos ou usos insinceros, nas palavras de Kaplan, afasta a possibilidade de defender que estes termos codificam algum tipo de informação semântica.

Portanto, parte de um argumento como esse envolve esclarecer o fato de que, na medida em que a informação é codificada semanticamente, nessa medida existe a possibilidade de uso não sincero. Por alguma razão obscura, quando as pessoas pensam em expressivos, elas esquecem o ofício dos atores e imaginam que expressões de *ai*, *oops*, *hurra* e similares são geradas pelo sistema nervoso autônomo. Se tais enunciados fossem gerados pelo sistema nervoso autônomo e não pudessem ser simulados conscientemente, eles não carregariam informação semântica nenhuma, porque não poderiam fazer parte de nenhum sistema de representação convencional que constitui a linguagem.²⁵

O emotivismo consegue elucidar de forma intuitiva alguns elementos importantes da teoria de Potts. Mais especificamente, ele explica a propriedade da inefabilidade descritiva ao deixar claro porque os termos expressivos possuem um modo diferenciado de comunicar o seu conteúdo quando comparados aos descritivos, ligando de maneira imediata a palavra ao estado emocional do proferidor. Contudo, atribuir ao emotivismo a capacidade de esclarecer a questão sobre o valor semântico de cada um dos itens da categoria dos expressivos gera uma inconsistência nos próprios modelos semânticos de Potts. Isso se dá porque, ao incluir uma diversidade heterogênea de itens linguísticos com distintas funções semânticas, o sistema de Potts exige poder articular estados conativos complexos para possibilitar um bom funcionamento dos modelos. Deste modo, qualquer modelo que adote uma visão “expulsiva” em relação ao valor semântico dos expressivos, caracterizando-os como meras descargas verbais, restringe o tipo de implicações que podem ser feitas por meio dos proferimentos, reduzindo-se a atitudes conativas elementares (básicas) como aprovação ou desaprovação²⁶. No entanto, tais estados conativos são insuficientes para garantir o funcionamento de

²⁵ “So, part of such an argument involves getting clear on the fact that to the degree that information is encoded semantically, to that degree there exists the possibility of insincere use. For some obscure reason, when people think about expressives, they forget about the craft of actors, and imagine that utterances of *ouch*, *oops*, and *hurray* and the like are generated by the autonomic nervous system. If such utterances were generated by the autonomic nervous system and could not be consciously simulated, they would carry no semantic information, because they could not be part of any system of conventional representation that constitutes language.” Kaplan, 1999, p. 17.

²⁶ No segundo modelo de Potts, o índice expressivo permite a graduação em relação a intensidade da atitude conativa, porém este dispositivo conceitual não é suficiente para articular toda a gama das atitudes conativas que podem ser manifestas por meio dos expressivos.

toda a gama de usos e funções que são atribuídas a estes termos ao considerar a diversidade de normas comportamentais nas quais eles são utilizados e, com isso, a própria consistência do modelo. Dito de outro modo, ao defender que há uma diversidade de itens lexicais que se inserem na categoria semântica dos expressivos, tem-se o custo de ter que aceitar que estes expressam uma gama heterogênea de estados conativos, sendo alguns bastante complexos, como expressar respeito, admiração, familiaridade, empoderamento, emancipação ou subordinação. No que se segue utilizaremos a própria abordagem de Potts dos honoríficos e do subjuntivo em alemão para exemplificar como seus modelos semânticos precisam se afastar de qualquer posicionamento emotivista em relação ao valor semântico dos expressivos para operar de forma satisfatória. Considere:

1- Yamada sensei-ga o-warai-ni nat-ta.

Yamada professor-nome honorífico-rir-dativo ser-passado-perfeito

O professor Yamada riu. (Shibatani, 1978, 54; citado em Toribio 1990, p. 539).

Neste tipo de honorífico, que é orientado ao argumento, *i.e.*, Yamada, o valor semântico do conteúdo expressivo indica algo específico sobre a relação do proferidor com Yamada. A contribuição do honorífico no proferimento é equivalente a “Yamada é socialmente superior ao proferidor”, o que permite implicar a expressão de um estado conativo de respeito ou subordinação. Logo, se quisermos determinar se o proferimento foi bem sucedido, isto parece depender tanto de informação factual (que há de fato uma diferença entre os interlocutores na hierarquia social) quanto do proferidor estar no estado mental correspondente (admiração ou respeito). No caso hipotético de que alguém assuma que o proferidor expressou a atitude de aprovação em relação a Yamada, esta informação seria insuficiente para derivar a informação factual de que há uma diferença na estrutura social à qual ambos pertencem.

O Subjuntivo na língua alemã (*Konjunktiv I*), também serve para exemplificar porque o emotivismo não é uma alternativa que consegue explicar toda a gama de usos e funções que são atribuídas ao significado expressivo nos modelos de Potts. Considere:

2- Fritz glaubt, dass Maria krank sei.

Fritz acredita que Maria doente esteja

‘Fritz acredita que Maria esteja doente.’ (Stechow, 2003, 125c)

Neste relato de crença, o subjuntivo é representado pelo termo “sei”, que serve para que o proferidor indique distanciamento em relação a veracidade do conteúdo proposicional, *i.e.*, que Maria está doente. Por este motivo, é comumente utilizado por jornalistas para relatar histórias cuja veracidade eles não podem afirmar com certeza (Potts, 2005: 186). Neste caso particular, a atitude conativa implicada pelo enunciado poderia ser de ceticismo ou receio, um estado mental mais estruturado que exclamações do tipo “Bu!” ou “Urra!”, dado que envolve a capacidade de entreter um determinado conteúdo proposicional sem endossar a veracidade do mesmo. Em meta-ética, ao analisar o significado dos enunciados morais, o emotivismo apresenta objeções similares e, por esse motivo, Blackburn (1998) propõe que, para esclarecer o verdadeiro significado dos termos morais, não devemos nos focar no que é dito, mas no que é *feito* por meio da manifestação de estados conotativos. Em sua proposta, ele defende que, quando expressamos enunciados morais como “matar é errado”, o que realmente importa é que admitimos ou confessamos (*avowal*) uma atitude conativa. O ato de fazê-lo público é o fator chave que transforma o estado mental em um estado prático, possibilitando, desta forma, a coordenação de ações com outros interlocutores. Esta maneira de abordar o problema reconhece a importância da dimensão pública e dos compromissos que são feitos por meio do mero proferimento de palavras, mostrando-se como uma alternativa factível por conseguir explicar de maneira satisfatória os casos dos exemplos recém apresentados. Deste modo, ao proferir um enunciado expressivo que contém um termo honorífico, estamos admitindo de maneira pública que existe algum tipo de distância na estrutura social em que participam os interlocutores. No caso apresentado do subjuntivo no alemão, o proferidor confessa explicitamente não garantir a veracidade do conteúdo proposicional que foi relatado. Esta forma de interpretar o comportamento dos expressivos respeita a tese original (de que são itens lexicais que se apoiam ou que dependem dos estados internos do proferidor), porém descarta que o ato possa ter algum tipo de caráter involuntário (Camp, 2017).

Pelos motivos apresentados, a presente tese propõe que, para manter a coerência dos modelos semânticos de Potts é necessário realizar modificações importantes se quisermos conservar a ideia que os expressivos formam entre eles uma categoria semântica natural. Mais especificamente, a definição funcional deve ser modificada e, conseqüentemente, a propriedade da inefabilidade deve ser flexibilizada para permitir que os modelos semânticos operem sem inconsistências. Pelos motivos apresentados, a definição funcional, por meio de um processo de redesenho teórico, deve incorporar a possibilidade de que o proferidor não esteja vivenciando um estado conativo, mas sim revelando o compromisso público de possuir um determinado estado conativo, sendo o objetivo por trás do proferimento realizar ações coordenadas com outros. Esta forma de abordar a função dos expressivos restringe a propriedade da inefabilidade a certos usos como interjeições e outras ocasiões em que o proferidor esteja de fato num estado emocional intensificado como uma discussão exaltada.

A presente tese defende que o modelo de Potts deve incorporar necessariamente a manifestação de atitudes conativas complexas caso o objetivo seja operar sem inconsistências e cobrir todos os membros da categoria. Por meio deste processo de reestruturação da definição funcional e da decorrente flexibilização da propriedade da inefabilidade, podemos esclarecer a externalização de toda a gama de estados conativos que possuem a diversidade de itens lexicais que se inserem na categoria. O aprimoramento dos modelos expande a função que cumprem os expressivos na linguagem natural, desde dar vazão a emoções cruas até outras atitudes conativas mais complexas como prestar respeito (*pay respect*), expressar insubordinação, empatia, empoderamento ou distância social. Nesta abordagem, enunciados expressivos como “Fuck you! I won't do what you tell me” ou “Foda-se, vou trocar o ministro da Justiça” permitem a expressão de estados conativos de insubordinação e empoderamento, respectivamente. Ao perceber que o subjetivismo não consegue atender às exigências do próprio modelo semântico de Potts, foi feita uma proposta para tentar conservar a tese de que os expressivos constituem uma classe semântica natural. Para isso, definiu-se que os modelos semânticos podem ser encaixados nos moldes de um expressivismo híbrido. Porém, ao especificar o posicionamento em relação ao valor semântico que foi adotado por Potts, foi esclarecido que é necessário modificar a sua própria caracterização “subjetivista” do significado expressivo - dessa forma, mantém-se a consistência

dos modelos e garante-se que sua tese principal é conservada. Contudo, no próximo capítulo mostrarei que, mesmo mantendo a consistência dos modelos através de um redesenho da definição funcional, há problemas substanciais que persistem. Mais especificamente, veremos que todas as propriedades distintivas atribuídas aos expressivos nos modelos de Potts se revelam suscetíveis a objeções ao serem contrastadas a contra exemplos que permitem questionar a ideia de que tais propriedades tenham a capacidade de delimitar efetivamente uma categoria semântica natural.

Uma vez finalizada esta análise, no quarto capítulo serão apresentadas em detalhe as objeções que deve enfrentar o posicionamento subjetivista adotado por Potts em relação ao valor semântico dos expressivos. Apresentarei, então, argumentos a favor da ideia de que nenhum tipo de subjetivismo consegue responder às objeções que lhe são colocadas e que, por este motivo, os modelos de Potts devem passar por modificações estruturais para que possam operar de maneira consistente, caso deseje-se conservá-los. Para isso, defenderei que é necessário adotar uma abordagem em relação ao valor semântico dos expressivos que seja normativa, e que nos permita explicar a função de tais termos, esclarecendo o vínculo que eles mantêm com o domínio da ontologia social. De maneira mais específica, tal abordagem explicaria como os expressivos comunicam de forma implícita valorações que reforçam (e modificam) as nossas interações sociais enquanto membros de uma comunidade, sendo fundamentais para definir qual é o nosso lugar na hierarquia das estruturas sociais que coabitamos.

3 Objeções às propriedades distintivas dos expressivos

3.1. Introdução

A análise formal do significado dos expressivos apresentada por Potts explica as características fundamentais destes termos por meio da identificação de uma série de propriedades distintivas que permitem expandir nossa compreensão sobre o fenômeno da expressividade. Segundo esta abordagem, os expressivos exibem um conjunto de propriedades específicas que parecem afastá-los de todos os outros tipos de significado (Gutzmann, 2011, p. 124; Potts, 2005, § 2.4). O reconhecimento destas qualidades permite esclarecer a especificidade de tais termos no que diz respeito à função semântica que eles desempenham ao serem inseridos em enunciados complexos, além de apresentar uma proposta de sua possível contribuição significativa. Sabemos ainda que é por meio dessas propriedades que se apresenta um critério para discernir se um determinado item lexical possui ou não conteúdo expressivo, a saber: só os termos e partículas que possuem a conjunção de todas as propriedades destacadas podem ser considerados membros da categoria. No entanto, ao explorar as predições empíricas realizadas por meio de suas teorias, vemos como tais propriedades não permitem delimitar uma classe semântica natural, fato que permite questionar a ideia de que há uma divisão nítida entre descritivos e expressivos.

O objetivo do presente capítulo é esclarecer o seguinte ponto: definir se as propriedades que Potts atribui aos expressivos ao formalizar seus modelos são descritivamente adequadas. Para isso, será feito um levantamento dos argumentos mais contundentes que há na literatura e que salientam como a assunção adotada por Potts, de que há um grupo de itens lexicais que formam uma classe semântica natural delimitada por meio de um conjunto de propriedades enfrenta problemas. Para atingir o meu objetivo, analisarei cada uma das propriedades atribuídas por Potts a tais itens lexicais, o que será acompanhado de evidência empírica por meio de contra-exemplos que nos permitirão realizar um questionamento bem

fundamentado. Desta forma, será apresentada uma crítica a uma das duas teses principais da teoria semântica dos expressivos de Potts, a saber, de que os expressivos pertencem a uma classe semântica natural delimitada por um conjunto de propriedades distintivas não compartilhadas pelos conteúdos descritivos. Por meio desta crítica, será questionada a base teórica sobre a qual Potts funda o seu projeto de proporcionar uma teoria formal unificada do significado dos expressivos (e dos descritivos). Faremos isso ao demonstrar que não podemos defender de maneira conclusiva que os primeiros possuam propriedades distintivas e que, por este motivo, há fortes indícios de que tal distinção possa ser semanticamente infundada.

3.2. Objecções à propriedade de independência

A formalização dos modelos semânticos de Potts se funda na tese de que há uma dimensão expressiva do significado que se encontra num nível independente em relação ao conteúdo descritivo. Contudo, este posicionamento abre espaço a críticas bem embasadas, dado que há evidência empírica que mostra que, em determinadas ocasiões, a separação entre descritivos e expressivos não é nítida. Podemos estabelecer esse ponto por meio de contra-exemplos que mostram como o conteúdo de termos descritivos e expressivos nem sempre opera de forma separada e que, por este motivo, há sinais de conflito com a tese pottseana do significado multidimensional. Esta tese afirma que “o conteúdo expressivo contribui numa dimensão de significado que está separada do conteúdo descritivo regular” (Potts, 2007, p. 2). A vantagem teórica de se adotar tal posicionamento está na simplificação da análise dos enunciados que contém termos expressivos, uma vez que ele permite sempre remover de tais enunciados o conteúdo expressivo²⁷ e manter o conteúdo descritivo, conservando inalteradas as condições de verdade. A adoção desse posicionamento apresenta ainda uma vantagem prática, dado que possuir distintos níveis de significado nos permite manter a intuição de que é perfeitamente possível concordar com o conteúdo factual do enunciado e, ao mesmo tempo, não possuir ou endossar a atitude conativa que exhibe o proferidor.

²⁷ Ou substituí-lo pela sua contra-parte neutra no caso dos termos coloridos ou mistos.

Considere:

- 1) Aquele canalha do Kresge é famoso.

Num enunciado deste tipo, a sugestão de Potts é que não é preciso fundir os conteúdos expressivo e descritivo em uma única interpretação. Em sua abordagem, uma caracterização mais apropriada do significado de (1) seria:

1.a) Conteúdo descritivo: Kresge é famoso.

1.b) Conteúdo expressivo: Kresge é uma má pessoa na opinião do falante (Potts, 2007, p. 4).

A teoria expressiva multidimensional é atraente por permitir que preservemos sem nenhum tipo de modificação a reputada semântica das condições de verdade e que, ao mesmo tempo, exploremos as diversas propostas teóricas que podem acomodar o significado expressivo.²⁸ Com isso, depois de um processo de ponderação, podemos decidir qual dessas propostas teóricas representam adequadamente o conteúdo expressivo.

Contudo, o mesmo Potts enxerga dificuldades em defender uma separação estrita entre as duas dimensões de significado, dado que ele reconhece que, em determinados casos, os expressivos operam como funtores que podem ser saturados por argumentos que se encontram no domínio descritivo. Dentro do marco teórico de Potts, tal processo é necessário para gerar um conteúdo expressivo independente do conteúdo descritivo (*at issue content*), e acontece mesmo quando o termo desempenha um papel expletivo. Por exemplo, no caso do enunciado “Porra! esqueci a chave”, o termo expressivo “porra” toma como argumento a proposição completa “esqueci a chave”, na qual o conteúdo expressivo cumpre a função de ser uma espécie de comentário em relação ao conteúdo central (descritivo). É possível retratar a dificuldade que há em defender uma independência rígida ao analisar enunciados do tipo “o canalha do Mário não veio à reunião”, no qual o termo expressivo “canalha” aparece como um operador que toma como argumento

²⁸ Atualmente esse tipo de aproximação “híbrida” ou “multidimensional” passou a ser adotada por vários autores (Gutzmann, etc.), os quais buscam representar a propriedade de independência identificada por Potts numa notação adequada (por exemplo, a *tower notation* de Gutzmann).

semântico um elemento do domínio descritivo - neste caso, o nome próprio “Mário”. Desta forma, a função gera um conteúdo expressivo à margem, deixando o conteúdo descritivo inalterado. Ao refletir sobre a forma em que interagem os expressivos com os descritivos, Potts passa a defender que a propriedade da independência opera somente num sentido, i.e., o conteúdo descritivo é independente em relação ao conteúdo expressivo, mas não vice versa. A justificativa que ele apresenta para isso é de que o conteúdo expressivo pode interagir com o conteúdo descritivo, mas sem que este (i.e., o conteúdo descritivo) modifique o valor da saída da função (a qual permanece, no conjunto, expressiva), mantendo assim a intuição de que o conteúdo expressivo reflete paralelamente um comentário secundário (*side comment*) do proferidor sobre o conteúdo afirmado.

Como já vimos no capítulo 1, Potts representa a distinção em seu modelo formal por meio de uma semântica de *tipos*, que sustenta uma relação assimétrica entre o conteúdo expressivo e o descritivo. Para isso, ele introduz um novo tipo semântico $\langle \varepsilon \rangle$ para representar o conteúdo expressivo que, por definição, possui restrições na forma em que interage com o tipo descritivo $\langle \sigma \rangle$: ele estabelece que o tipo descritivo sempre ocupará a posição de argumento da função, a qual, por sua vez, sempre entregará um tipo expressivo como valor de saída. Neste modelo, os tipos expressivos só podem ser caracterizados de duas formas: como $\langle \varepsilon \rangle$ ou $\langle \sigma, \varepsilon \rangle$. No entanto, uma vez estabelecida tal distinção, Potts reconhece que sua análise formal ainda apresenta problemas, dado que reconhece a existência de casos específicos, como nos relatos em que aparecem verbos atitudinais e que parecem contrariar a sua distinção de tipos semânticos. Um dos exemplos é de Kratzer (1999), que apresenta o caso de um enunciado que pode ser interpretado de duas maneiras. Na primeira, menos intuitiva, atribui-se o conteúdo expressivo ao proferidor e, na segunda, ao pai do proferidor, contrariando a propriedade da orientação ao falante e, conseqüentemente, a da independência. Considere:

2) My father screamed that he would never allow me to marry that bastard Webster.

Neste enunciado, temos que o conteúdo descritivo parece interagir com o conteúdo expressivo no caso de atribuirmos ao pai do proferidor o conteúdo do epíteto “*bastard*” utilizado para caracterizar Webster. Nesta forma de interpretar o significado do enunciado, *prima facie*, parece haver algum tipo de interação entre

conteúdos (descritivo e expressivo). Isso se dá porque não é vinculado ao proferidor o conteúdo representado pelo termo “*bastard*”, o que atenta contra a ideia de que o significado expressivo deve ser interpretado como um comentário paralelo do proferidor (*side comment*). Sabe-se que esta forma de caracterizar o conteúdo expressivo nos modelos de Potts cumpre uma função importante, pois permite garantir a independência nos níveis de significado.

A estratégia de Potts para dar conta deste tipo de questionamento em relação à propriedade de independência é minimizar o problema, defendendo que estes casos particulares de relatos de atitude representam pequenos erros na formalização. Segundo Potts, esse tipo de problema pode ser corrigido sem precisar modificar o modelo de maneira significativa e, por esse motivo, não devemos outorgar-lhes grande importância.

Em seu artigo “Expressive Modifiers & Mixed Expressives” (2011), Gutzmann se opõe a tal redução do problema, apresentando uma crítica robusta que atinge a propriedade da independência e dá visibilidade a problemas estruturais nos modelos de Potts que devem ser solucionados caso desejemos preservá-los. Mais especificamente, Gutzmann apresenta argumentos a favor da existência de dois itens lexicais que pertenceriam à categoria dos expressivos, mas que seriam um problema para Potts, dado que seu comportamento semântico contraria a propriedade de independência. Tratam-se dos modificadores expressivos, i.e., itens lexicais que têm como argumento um termo expressivo; e os expressivos mistos, i.e., termos que possuem tanto conteúdo descritivo quanto expressivo. No caso dos primeiros, exemplos são “*fucking*”, “*puta*” e “*damn*”; no caso dos segundos, “*canalha*”, “*safado*”, “*paraíba*” ou “*cholo*”.

A proposta de Gutzmann questiona a base teórica dos modelos de Potts, ao defender que:

i. A incorporação desses itens lexicais na categoria dos expressivos faz com que surjam questionamentos quanto à propriedade de independência uma vez que o comportamento semântico deste tipo de termo mostra que a distinção entre categorias semânticas não é tão nítida quanto Potts assume.

ii. O levantamento sobre os itens lexicais que se inserem na categoria dos expressivos apresentava lacunas, dado que nem sabemos quais são realmente os membros da suposta categoria. Consequentemente, no que diz respeito à

propriedade de independência e propriedades relacionadas a ela não há uma divisão clara entre expressivos e outras categorias semânticas.

As ideias de Gutzmann foram incorporadas ao presente trabalho por considerarmos que elas representam um desenvolvimento teórico em relação aos modelos de Potts. Mediante análise, determinamos que o comportamento semântico destes termos de fato preenche os requisitos necessários impostos pelos modelos de Potts para serem considerados como membros da categoria. Por este motivo, a categoria dos expressivos utilizada na presente tese incorpora tanto os modificadores expressivos quanto os expressivos mistos, por considerarmos que a proposta de Gutzmann faz um levantamento mais preciso (acurado) em comparação ao realizado por Potts. Como já foi mencionado, a incorporação destes itens linguísticos à categoria semântica dos expressivos impõe novos questionamentos com relação à propriedade de independência. O primeiro destes diz respeito às consequências de incorporar os expressivos mistos (injúrias e expressões coloridas) à categoria dos expressivos. Se considerarmos o comportamento semântico destes, somos obrigados a aceitar que sua contribuição se dá tanto no nível expressivo quanto no descritivo, uma vez que esse tipo de termo externa simultaneamente uma atitude de desprezo e uma condição descritiva a ser preenchida; o que, *prima facie*, contraria a propriedade da independência.²⁹ O segundo questionamento guarda relação com as consequências que devemos assumir se incluirmos os modificadores expressivos. O motivo é que a inclusão destes termos compromete a semântica de tipos, ao contrariar a restrição imposta por Potts de que o conteúdo expressivo só pode tomar como argumento um termo descritivo, o que nos obriga a postular que, em certos casos, um termo expressivo pode ser o argumento da função. Por exemplo, no caso de um proferimento no qual o termo “ *fucking* ” toma como argumento o expressivo “ *bastard* ”, considere:

2) That fucking bastard is late again.

Desta forma, o funcionamento semântico dos modificadores expressivos deixa em evidência que a restrição imposta por meio da semântica de tipos não é

²⁹ Na página 86 exemplos de expressivos mistos serão dados e analisados.

bem fundamentada e, como consequência disso, que a distinção entre categorias de significado não é clara. De maneira mais específica, o comportamento semântico dos modificadores expressivos entra em conflito com um dos principais postulados de Potts, a saber, de que “podemos trocar ou remover o conteúdo expressivo de uma frase sem afetar seu conteúdo descritivo”.³⁰ No que se segue, serão apresentadas em detalhes as objeções de Geurts, Zimmerman e Gutzmann à ideia de que os expressivos possuem uma dimensão própria de significado, a qual é caracterizada pela propriedade de independência. Como já foi explicado no primeiro capítulo, esta distinção tem um papel fundamental no desenho dos modelos semânticos por meio dos quais Potts explica e prediz o comportamento semântico dos expressivos, visto que ela é a base sobre a qual ele funda sua *Lógica das Implicaturas Convencionais* (2005) e, posteriormente, sua *Semântica Dinâmica de Potencial de Alteração Contextual* (2007).

3.3. As Críticas de Geurts a propriedade de independência

No artigo “Really fucking brilliant”, Geurts defende uma visão antagonista em relação ao posicionamento de Potts sobre o valor semântico dos expressivos, rejeitando a tese que atribui a estes termos qualquer tipo de especificidade. Ele o faz por meio de questionamentos sobre a validade das propriedades notáveis através das quais estes termos foram caracterizados. Na visão de Geurts, o problema é retratar uma imagem fictícia dos expressivos como se estes fossem itens linguísticos diferenciados, quando na verdade não há argumentos suficientemente convincentes que permitam defender isso. Por esse motivo, através de seus argumentos, Geurts defende um posicionamento segundo o qual os expressivos devem ser enxergados como itens linguísticos comuns por não apresentarem nenhum tipo de particularidade quando contrastados com os termos descritivos. Sabe-se que Geurts apresenta seus questionamentos em relação a propriedade de independência por meio de contra-exemplos. Considere:

4) That bastard Schmidt is playing Schubert again. (falante A)

³⁰ “We can change or remove the expressive content of a phrase without affecting its descriptive content”. Potts, 2007, p. 3.

5) Schmidt is not a bastard. (falante B)

O termo “*bastard*” em (4) cumpre a função sintática de ser um complemento do sujeito “Schmidt”, porém seu uso é expressivo de acordo com as regras definidas por Potts em sua análise semântica dos expressivos. Continuando sob o abrigo das mesmas regras, o uso de “*bastard*” em (5) é descritivo, dado que o termo se encontra cumprindo uma função predicativa. Caso adotemos a abordagem pottseana e concordemos com a tese de que a dimensão descritiva e expressiva são independentes, coloca-se a questão de como o proferimento feito pelo falante B parece contradizer o proferimento feito por A, o que coloca a Potts numa posição difícil para sustentar que “*bastard*” em 4 não faz nenhuma contribuição verocondicional (por ser um expressivo). Deste modo, ao se comprometer com a tese de que o uso de “*bastard*” em (4) é expressivo e, portanto, não faz nenhuma contribuição às condições de verdade da sentença, Potts não consegue explicar tal fato. Algo semelhante acontece ao utilizarmos o mesmo lexema numa sentença tanto na posição de sujeito quanto na de predicado, de tal forma que, ao ser proferido, o enunciado tem a aparência ou de uma instância de afirmação tautológica, ou de uma contradição (caso o predicado seja negado). Considere:

6) That bastard Schmidt is a bastard.

7) That bastard Schmidt is not a bastard.

Desse modo, Geurts evidencia o problema de se comprometer com a tese de que o uso do termo “*bastard*” na primeira ocorrência é expressivo e, por causa disso, não contribui com as condições de verdade do enunciado. No primeiro caso, em (6) a percepção que gera o proferimento é que é exatamente o mesmo conteúdo está sendo reiterado e, no segundo caso, que o conteúdo atribuído a Schmidt é posteriormente negado. Uma forma de revelar que a distinção defendida por Potts entre usos expressivos e usos predicativos (descritivos) dos epítetos é artificial seria imaginar o que aconteceria se o proferidor seguisse o modelo pottseano e explicitasse ao ouvinte que em (6) ou (7) na verdade o termo “*bastard*” está se referindo a conteúdos distintos. Provavelmente o resultado desta especificação geraria uma situação de desconcerto entre os interlocutores, forçando o proferidor a ter que dizer algo do tipo “na primeira ocorrência, o termo “*bastard*” significa X

e, na segunda, *Y*”, o que vai contra a fluidez intrínseca com que os falantes de uma língua conseguem compreender enunciados sintaticamente bem formados. A maneira técnica com que Potts responde ao questionamento apresentado pelos exemplos acima também é alvo de críticas, uma vez que oferece uma solução por meio de uma restrição sobre a noção de contexto. Para isso, ele defende que somente quando o uso de “*bastard*” é expressivo o termo tem a capacidade de alterar o índice expressivo do contexto do proferimento. Não obstante, esta resposta não consegue explicar porque os exemplos (6) e (7), ao serem proferidos, têm *prima facie* a aparência de serem uma tautologia e uma contradição respectivamente, mostrando-se a explicação oferecida por Potts como uma solução *ad hoc* (Geurts, 2007, p. 2). Estes indicadores mostram como a formalização do conteúdo semântico dos expressivos realizada por Potts se apoia num princípio que não é tão firme quanto parece ser e que, quanto mais nos aprofundamos na análise, mais incertezas ela gera. Sabe-se que Potts se protegeu de muitas críticas por meio da distinção entre usos expressivos e usos predicativos de termos como “*bastard*” ou “*jerk*”. Para isso, ele determina que os usos dos termos expressivos são restritos a posições sintáticas e semânticas que são opcionais, ou seja, ao serem removidos, isso não afeta nem a estrutura sintática, nem o valor semântico da proposição. Desse modo, quando o termo se encontra na posição da expressão nominal, seu uso será expressivo, e quando cumpre a função de atribuir uma propriedade ao sujeito do enunciado, seu uso será predicativo, sem fazer uma contribuição expressiva ao enunciado. Nas palavras de Potts:

Todos os predicados que aparecem em posição copular devem necessariamente falhar em serem expressivos, porque eles não provêm nenhum argumento para o verbo copular (nem um functor que pudesse se aplicar a ele).³¹

Contudo, esta distinção também pode ser questionada, dado que há indícios que mostram que termos como “*bastard*” ou “*babaca*”, ao serem utilizados em função predicativa, podem expressar uma emoção negativa do proferidor. Considere:

8) Yesterday, little Kresge was a real bastard. But today I like him again.

³¹ “All predicates that appear in copular position must necessarily fail to be expressive, because they provide no argument for the copular verb (nor a functor that could apply to it).” Potts, 2007, p. 26.

9) Ontem o Marcelo foi um filho da puta. Mas eu continuo gostando dele.

Nestes exemplos, os termos expressivos cumprem uma função predicativa, pois se estivessem realizando uma tarefa expressiva, i.e., modificando o contexto do proferimento, o verbo copular do enunciado ficaria sem argumento, dado que o conteúdo expressivo deve ser impermeável ao descritivo (pela propriedade de independência). Ao continuar com a análise dos enunciados, vemos que (8) e (9) parecem expressar uma emoção negativa do proferidor e, por esse motivo, precisa-se da conjunção adversativa “*but*” e “*mas*” para sugerir um contraste com o estado expressado na primeira parte do enunciado e o estado conativo atual do proferidor em relação ao referente, que é positivo. A abordagem de Potts não explica que tipo de conteúdo é comunicado pelos termos expressivos ao serem utilizados em posição predicativa, e tampouco porque eles continuam tendo algumas das propriedades atribuídas aos expressivos. Estas são: a externalização de um estado emocional ligado ao proferidor; e a dificuldade que encontramos ao tentar parafrasear o conteúdo de tais termos, i.e., a chamada inefabilidade descritiva (Zimmerman, 2007, p. 2). Desta forma, é possível evidenciar como a distinção entre usos expressivos e predicativos não é nítida, dado que, mesmo quando os termos expressivos desempenham uma função predicativa, há uma contribuição semântica que espelha o comportamento característico deles (Zimmerman, 2007, p. 2). Considere:

10) Ontem o Marcelo foi um filho da puta! # Você gosta dele!

Potts tem razão em defender que, na maioria dos casos, os expressivos não são utilizados para distinguir um objeto de outro, i.e., realizar uma função referencial. Porém, isto não garante que não seja possível utilizar expressivos em determinadas ocasiões para cumprir tal função. Este fato pode ser evidenciado ao analisarmos contra-exemplos nos quais os termos expressivos podem ser usados tanto expressiva quanto descritivamente. Considere:

(11) O idiota do Trump não é idiota.

No exemplo apresentado, a expressão nominal “o idiota do Trump” permite pelo menos três leituras: descritiva, referencial e expressiva³². Na primeira, a expressão nominal cumpre uma função semântica parecida com a de uma descrição definida usada de forma atributiva. Ou seja, ela contribui com as condições de verdade do enunciado por meio de uma condição identificadora que deve ser cumprida pela denotação, a saber, ter a propriedade de ser idiota e ter o sobrenome “Trump”. Logo, a contribuição expressiva da expressão nominal gera um conteúdo implicado que é negado na atribuição predicativa, gerando um enunciado contraditório. Na segunda leitura, o uso referencial da descrição definida serve para identificar um indivíduo, neste caso Trump, embora não exija que a condição identificadora seja satisfeita. Na terceira leitura, a expressão nominal não cumpre nem um papel descritivo, nem referencial, mas sim expressivo. Nesta abordagem, o epíteto “idiota” cumpre a função de externar, por meio de uma atitude conativa, uma informação sobre como o proferidor avalia o referente da expressão nominal. Os exemplos apresentados mostram como não é possível defender que o tipo funcional dos expressivos se limita a retornar como valor de saída um expressivo, dado que, em certos casos, o tipo semântico pode ser descritivo e conter um termo expressivo na função. Este posicionamento enviesado em relação aos epítetos provavelmente foi um dos motivos pelos quais os modelos semânticos de Potts não consideraram como objeto de estudo termos híbridos, tais como expressões coloridas, adjetivos avaliativos e injúrias étnico-raciais. Desta forma, a abordagem de Potts parece ter desconsiderado a possibilidade de certos epítetos cumprirem uma função dupla, i.e., referencial e descritiva. Considere:

- 12) Aquele **charlatão** é a pessoa que você recomendou.
- 13) That **scumbag** never returned my CDs (Bach, 2005, p. 5)

Em ambos os enunciados temos a intuição de que, além da atitude conativa expressa, o termo expressivo cumpre uma função referencial que permite distinguir um determinado objeto no mundo. Esta omissão teórica é muito estranha, pois, no levantamento feito por Potts sobre os itens lexicais que se inserem na categoria semântica dos expressivos, foram considerados os pronomes de tratamento que

³² Este ponto foi estabelecido por Soutif e Marquez em seu artigo “Expressives and the Theory of Bias” (2020).

possuem propriedades indexicais e, portanto, referenciais. Logo, podemos afirmar que há uma contradição intrínseca nos modelos de Potts, uma vez que, por um lado, ele defende a propriedade de independência e, por outro, incorpora os pronomes de tratamento na categoria dos expressivos. Considere:

14) Tu eres frances?

15) Usted es frances?

Nestes enunciados há uma diferença no significado expressivo comunicado: o primeiro manifesta familiaridade; o segundo, formalidade ou respeito. No entanto, ambos são descritivamente equivalentes, *i.e.*, num contexto determinado, ambos permitem denotar o mesmo referente (o ouvinte).

Na perspectiva de Gutzmann, a lógica das implicaturas convencionais de Potts é uma boa ferramenta teórica para estudar, analisar e prever o comportamento dos conteúdos não descritivos, mas há certas restrições estruturais na semântica de tipos que devem ser repensadas caso desejemos conservar o modelo sem que este apresente inconsistências. A estratégia utilizada por Gutzmann foi realizar uma reavaliação dos postulados em que Potts respaldou sua semântica de tipos, por entender que nestes encontra-se a razão da decisão de deixar fora do seu sistema os modificadores expressivos e os expressivos mistos. Uma vez identificado o problema, ele realiza uma reestruturação conceitual nos postulados de Potts que lhe permite ter uma abordagem mais inclusiva em relação aos itens que se inserem na categoria dos expressivos. Embora tal redesenho teórico resolva os problemas que se apresentam a Potts por este não incorporar os modificadores expressivos e expressivos mistos em seus modelos, ele gera um problema maior ao comprometer a propriedade de independência e, desta forma, enfraquecer a base na qual se sustenta o modelo multidimensional. Se examinarmos os dois postulados defendidos por Potts, veremos que ambos impõem restrições à inserção de determinados tipos de termos na categoria dos expressivos. O primeiro estabelece regras combinatórias que impedem que o conteúdo expressivo possa ocupar o papel de argumento ao interagir com outro termo expressivo; o segundo determina a impossibilidade por um termo de contribuir em ambos níveis de significado. Considere:

Postulado (1)

Tipos expressivos são apenas tipos de saída, *i.e.*: (Potts, 2007b, p. 169)

- a. O conteúdo em questão [*at-issue content*] nunca se aplica a conteúdo expressivo. (Potts, 2005, §3.5.1)
- b. O conteúdo expressivo nunca se aplica a conteúdo expressivo. (Potts, 2005, §3.5.2)³³

Postulado (2)

- c. Nenhum item lexical contribui tanto um significado em questão [*at issue*] quanto um significado-IC. (Potts, 2005, p. 7)³⁴

O método argumentativo de Gutzmann consiste em identificar quais são os problemas que decorrem da decisão de deixar fora da categoria semântica dos expressivos modificadores expressivos e expressivos mistos. Ele o faz apresentando exemplos emprestados de diversas línguas (do inglês, do alemão e do japonês) que nos fornecem indícios suficientes para defender a incorporação de tais itens à categoria, e aponta como causa da inadequação teórica dos modelos de Potts as severas restrições acima mencionadas.

Gutzmann expõe os defeitos teóricos dos modelos pottseanos dividindo sua lógica das implicaturas convencionais em três partes. A primeira, já abordada no início deste capítulo, refere-se à introdução de um novo *tipo* semântico para o conteúdo expressivo e, junto com isso, de novas regras de construção para *tipos* semânticos complexos. A segunda tem relação com uma regra denominada por Potts de *CI application*, a qual estabelece os critérios de aplicabilidade para a combinação das expressões durante a derivação semântica. Esta regra estabelece que o termo expressivo só pode cumprir o papel de operador (*functor*), ou seja, ele nunca pode ser o argumento da função (apenas conteúdos descritivos podem). A terceira é a que podemos chamar de “interpretação da árvore de análise sintática” (*parse tree interpretation*), e estabelece que a correta denotação da sentença não é dada por uma fórmula, mas pela árvore semântica completa (Gutzmann, 2011, p. 125). Esta forma de interpretar os enunciados expressivos determina que as duas

³³ Expressive types are only output types, *i.e.*: a. At-issue content never applies to expressive content. b. Expressive content never applies to expressive content.

³⁴ No lexical item contributes both an at-issue and a CI-meaning.

expressões resultantes da *CI Application* sejam sempre interpretadas de forma independente. Desta forma, garante-se a separação entre, por um lado, a proposição convencionalmente implicada que equivale ao significado expressivo do enunciado e, por outro, o conteúdo descritivo que permanece inalterado pela regra de *CI Application*, sendo este último totalmente independente da proposição gerada pela implicatura.

Ao analisarmos em detalhe a semântica de tipos, percebemos que os modificadores são excluídos da categoria dos expressivos por não se enquadrarem nas restrições combinatórias estabelecidas para termos descritivos e expressivos. Considere:

- a. e and t are descriptive types.
- b. ε is an expressive type.
- c. If σ and τ are descriptive types, then $\langle \sigma, \tau \rangle$ is a descriptive type.
- d. If σ is a descriptive type, then $\langle \sigma, \varepsilon \rangle$ is an expressive type.
- e. The set of types is the union of the descriptive and expressive types

Por um lado, vemos como a cláusula (c) garante que os tipos descritivos possam ser aplicados um ao outro sem nenhum tipo de restrição, dado que este mecanismo foi incorporado à semântica formal. Por outro lado, (d) restringe manifestamente as combinações possíveis a um tipo expressivo complexo, dando assim conta da intuição de que o termo expressivo só pode ocupar o lugar de operador aplicado a um argumento descritivo. As cláusulas defendidas por Potts mostram sua intenção de assegurar a independência total entre os conteúdos (descritivo e expressivo). Esta decisão traz benefícios para sua modelização ao permitir isolar cada tipo de conteúdo. Outra vantagem é que tal segregação estrita permite acomodar formalmente a intuição de que os interlocutores podem concordar ou discordar nos distintos níveis de significado. Contudo, há certos itens lexicais que parecem contrariar o postulado 1.b, dado que parecem mapear um elemento expressivo e, desta forma, modificar ou intensificar o seu conteúdo. Alguns exemplos de modificadores expressivos estão presentes nos enunciados (16), (17) e (18):

16) **Putá sacanagem!**, culpar a Maria não tem perdão!

- 17) That **fucking bastard** Burns got promoted!
 18) **Holy shit**, my bike tire is flat again!
 19) I feel really **fucking brilliant**.
 20) Se cree **el puto amo** del mundo.
 21) **Foda-se a vida!** Eu vou beber a garrafa toda.

Ao analisarmos a estrutura semântica dos enunciados apresentados, percebemos que, em uma interpretação natural do significado de (17), atribuímos ao termo “*fucking*” a capacidade de modificar o termo “*bastard*”, gerando o termo complexo “*fucking bastard*”, o qual pode ser posteriormente aplicado a Burns. Isto parece ir contra o postulado defendido por Potts, dado que, em sua Lógica das Implicaturas Convencionais, não é permitido que um termo expressivo possa ser aplicado a um termo de sua mesma classe. Geurts (2007) faz uma crítica que aponta nesta mesma direção, defendendo que a estrutura atribuída ao enunciado por meio da interpretação da árvore sintática (*parse tree*) é contra-intuitiva, uma vez que atribui cada termo expressivo a Burns separadamente, ao invés de aplicar de uma só vez o expressivo complexo “*fucking bastard*”. Considere:

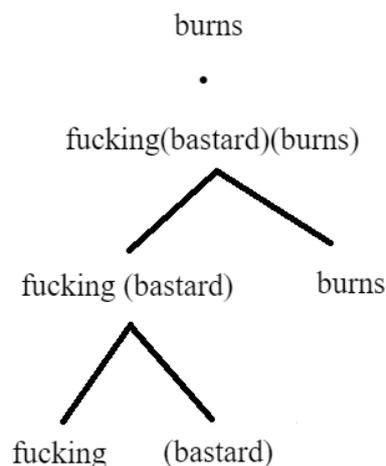
Estrutura atribuída pela LCI

That fucking(Burns) • bastard(Burns) got promoted!

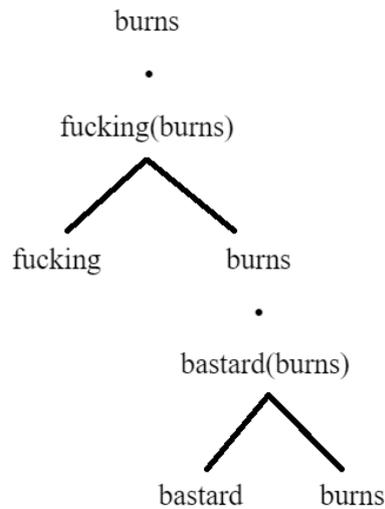
Estrutura intuitiva (Geurts, 2007, p. 211)

That (fucking(bastard))(Burns) got promoted!

- Árvore de análise sintática intuitiva



- **Árvore de análise sintática atribuída ao enunciado pela LCI** (Gutzmann, 2011, p. 129)



O comportamento linguístico dos modificadores expressivos não só viola a restrição combinatória imposta pela semântica de tipos de Potts, mas mostra também que eles podem interagir normalmente com outros termos do léxico e se comportar de maneira corriqueira. Na abordagem de Geurts, o conteúdo expressivo “*fucking brilliant*” no enunciado “I feel really *fucking brilliant*” gera uma implicação do tipo “very brilliant” ou talvez “very very brilliant”. Este tipo de contra-exemplo põe um problema evidente para a propriedade de independência de Potts (Geurts, 2007, p. 211).

Levando este ponto em consideração, vemos que há indícios que permitem questionar a propriedade da independência e, por causa disso, a ideia de que os expressivos são itens lexicais diferenciados que formam uma classe semântica natural, uma vez que a separação entre conteúdos nem sempre pode ser sustentada. Na língua espanhola e no português também há exemplos que mostram o mesmo padrão de comportamento. Por exemplo, no enunciado (16) “Putá sacanagem! Culpar a Maria não tem perdão!”, ao retirar o modificador expressivo “puta”, percebe-se que é modificado tanto o valor semântico do termo “sacanagem” quanto o significado descritivo total do enunciado. Por um lado, a atitude conativa de indignação expressa pelo termo “sacanagem” é atenuada. Por outro, a ausência do termo “puta” elimina sua contribuição descritiva do tipo “enorme” ou “grande” com o termo sacanagem. Há outros tipos de casos em que o modificador expressivo parece interagir de maneira evidente com parte do conteúdo descritivo, como em

“Mourinho se cree **el puto amo** del mundo”. Neste exemplo, ao analisarmos o enunciado, é possível fazer uma leitura expressiva, interpretando-o como externando o estado emocional de exaltação do proferidor e, ao mesmo tempo, como implicando uma contribuição descritiva, *i.e.*, ser o amo do mundo de forma inquestionável. Algo semelhante acontece no caso do enunciado “Isso foi uma puta falta de responsabilidade”, no qual o termo expressivo “puta” faz uma contribuição descritiva similar à do termo “excessiva”, além do conteúdo expressivo, que revela uma atitude conativa de indignação. Note que, em todos os casos, a remoção do modificador expressivo leva a uma modificação do conteúdo descritivo; o que vai de encontro aos principais postulados de Potts, em especial, o princípio segundo o qual “podemos mudar ou remover o conteúdo expressivo de uma frase sem modificar o conteúdo descritivo” (Potts, 2005; 2007, p. 3).

A semântica de tipos defendida por Potts não só impossibilita a incorporação dos modificadores expressivos, mas, além disso, ao não permitir que a expressão de saída da função possa ser do tipo misto, deixa de fora da análise os expressivos mistos, isto é, termos que possuem conteúdo expressivo *e* descritivo. A forma em que Potts deixa de fora da análise esse tipo de termo foi estipulada no processo de formalização de seus modelos teóricos através do Postulado 2 segundo o qual nenhum item lexical contribui em ambos níveis de significado (ver Potts, 2005, p. 7).

A decisão teórica de deixar de fora membros da categoria dos expressivos é polêmica, pois sabe-se que foram justamente as características notáveis do comportamento semântico dos termos coloridos (Frege) e das injúrias étnico-raciais (Dummett) que motivaram o interesse no tópico. No caso das injúrias étnico-raciais, sua contribuição em ambos os níveis de significado pode ser destacada da seguinte maneira. Considere os seguintes enunciados:

- 21) Luiz Gonzaga é um paraíba.
- 22) Luiz Gonzaga não é um paraíba.
- 23) Shakira es una sudaca.
- 24) Shakira es una charnegá.

Em (21), nega-se apenas que Luiz Gonzaga pertença ao grupo designado pela contrapartida neutra do termo “paraíba”, ou seja, nega-se que o próprio pertença à

categoria dos nordestinos sem que isto signifique que o proferidor de (22) consiga se contrapor à falta de respeito pelo povo Nordestino. Por este motivo, não se pode proferir (22), no intuito de negar (21), sem apresentar algum tipo de preconceito ou animosidade para com os nordestinos. E caso seja respondido a (21) algo do tipo “isso não é verdade”, só será negado o conteúdo descritivo do enunciado, *i.e.*, que Luiz Gonzaga não é nordestino. Evidencia-se, desse modo, a não-impugnabilidade do conteúdo derogatório mesmo sendo inserido no escopo da negação. O exemplo dos enunciados (23) e (24) sugere que o ouvinte pode compreender seu significado sem endossar a avaliação negativa manifestada por meio das injúrias a sul americanos e espanhóis (que não são da Catalunha). O ouvinte possui a capacidade de reconhecer as diferenças no que há de errado em ambos os enunciados caso faça o exercício de anular o conteúdo derogatório que é codificado nas injúrias étnico-raciais. Desta forma, obtém-se “Shakira é sul americana” e “Shakira é espanhola (não catalã)”. Neste processo, é esclarecido porque o enunciado (23) parece verdadeiro, mas implica um conteúdo condenável, e porque o enunciado (24) parece ser falso, ao mesmo tempo em que implica um conteúdo censurável. Esta é uma das formas de se evidenciar a contribuição mista, tanto expressiva quanto descritiva, das injúrias (*slurs*).

Em seu artigo “Expressive Modifiers & Mixed Expressives” (2011), Gutzmann apresenta argumentos interessantes que mostram como não é possível reduzir o conteúdo misto desses termos a apenas uma das dimensões de significado. Como foi apresentado, dado que a injúria étnico-racial “paraíba” é verocondicionalmente equivalente ao termo “nordestino”, há uma dificuldade em localizar o conteúdo derogatório do primeiro em alguma parte do conteúdo descritivo. Também é possível evidenciar que as injúrias étnico-raciais possuem dois níveis de significado através da análise de seu comportamento semântico, o qual não se deixa deslocar por flexões verbais. Considere:

25) Jackson do pandeiro foi um paraíba. # Mas hoje eu gosto de nordestinos.

A contribuição do verbo “ser” no pretérito perfeito só se aplica ao componente descritivo do termo, *i.e.*, nordestino, enquanto a expressão de derrogação do termo não é deslocada ao passado, como mostra a infelicidade pragmática da sequência. Desta forma, podemos afirmar que há evidência empírica

que mostra como a restrição estabelecida por Potts por meio do Postulado (2) não se sustenta. Além disso, há uma inconsistência na lista de expressivos apresentada por Potts, já que pronomes de tratamento constam ali apesar de comunicarem de forma simultânea tanto conteúdo expressivo quanto descritivo (Potts, 2007, p. 22), conforme vimos anteriormente, no capítulo 2. Desta forma, colocam-se questionamentos bem fundamentados à propriedade de independência, e como esta serve de base para a formalização dos modelos semânticos multidimensionais de Potts, acaba-se atingindo também sua tese principal - a de que existe uma distinção de classes semânticas entre expressivos e descritivos. Estes contra-exemplos são importantes, pois mostram que uma das características fundamentais atribuída por Potts aos expressivos deve ser revisada e possivelmente abandonada.

3.4. Críticas às propriedades de não-deslocabilidade e dependência *vis-à-vis* a perspectiva do falante

A propriedade da não deslocabilidade cumpre um papel importante na maneira em que Potts representa sua visão em relação ao significado expressivo. Sabe-se que sua incorporação, juntamente com a da propriedade de orientação ao falante, nos modelos de Potts permite acomodar um dos principais *insights* de Cruse a respeito do valor semântico dos expressivos. O *insight* de Cruse é que existe uma analogia entre as expressões faciais (da comunicação não verbal) e os termos expressivos na forma em que ambos revelam seu significado. Nas palavras de Cruse:

Outra característica distinguindo o significado expressivo do significado proposicional é que ele é válido apenas para o proferidor, no tempo e lugar do proferimento. Esta limitação ele compartilha com, por exemplo, um sorriso, uma cara feia, um gesto de impaciência [...] ³⁵

Tal propriedade atribuída aos termos expressivos faz referência a uma característica própria deles de sempre predicarem seu conteúdo sobre algo que está diretamente ligado ao contexto atual do proferimento. Por este motivo, seu

³⁵ “Another characteristic distinguishing expressive meaning from propositional meaning is that it is valid only for the utterer, at the time and place of utterance. This limitation it shares with, for instance, a smile, a frown, a gesture of impatience [...]” Cruse, 1986, p. 272.

conteúdo não pode ser deslocado para relatar atitudes emotivas (proposicionais) passadas, hipotéticas ou ainda possíveis.

Sabe-se que as propriedades distintivas por meio das quais Potts descreve o comportamento semântico dos expressivos são úteis no processo de formalização de seus modelos semânticos. A constatação de que os expressivos não respondem da mesma forma que outros termos à semântica das condições de verdade serve como argumento para justificar a computação do conteúdo expressivo em outra dimensão de significado. Este fato explicaria também porque o conteúdo expressivo não está semanticamente no alcance de nenhum operador lógico (negação, condicional ou modal), dado que ele sempre acaba sendo projetado para fora de tal escopo. Em um dos exemplos utilizados por Potts, constata-se que o operador de negação não consegue cancelar a pressuposição desencadeada pelo termo “*bastard*”. Por isso, o conteúdo expressivo subsiste, conforme evidencia a infelicidade pragmática da sequência entre parênteses. No segundo caso, mesmo nos referindo ao prefeito no tempo verbal do pretérito perfeito simples, o conteúdo derogatório é projetado para o momento atual do proferimento. Por isso, a continuação é contraditória mesmo que a situação no Rio de Janeiro tenha mudado. Considere:

26) It’s just false that that bastard Kresge is late for work. (# He’s a good guy.)

27) O maldito prefeito acabou com a paz no Rio de Janeiro. (# Hoje em dia há paz no Rio de Janeiro e gosto do prefeito.)

Por sua parte, a propriedade de orientação ao falante estabelece que a perspectiva de avaliação dos enunciados expressivos sempre será a do proferidor, dado que o conteúdo expressivo estabelece uma ligação forte com o sujeito que faz o proferimento. Segundo Potts, o uso de termos expressivos comunica de maneira (quase) invariável que *é* o proferidor que se acha num estado emocional intensificado, comunicando se ele está chateado, nervoso, raivoso, etc (Potts, 2007, p. 8). Por este motivo, qualquer tentativa de atribuir o conteúdo expressivo do enunciado a outro sujeito apresentará dificuldades, já que ele sempre estará vinculado ao proferidor, mesmo ao ser inserido num enunciado que reporta o pensamento de outra pessoa. Considere:

28) Marcia pensa que o canalha do Mário vai a sua festa (# Eu o considero uma pessoa respeitável).

As características apresentadas em relação a essas propriedades são *prima facie* critérios úteis para testar se um determinado item lexical satisfaz ou não os requisitos necessários para ser considerado como membro da categoria dos expressivos. Contudo, o posicionamento defendido por Potts em relação ao comportamento semântico dos expressivos através das propriedades de não deslocabilidade e de orientação ao falante precisa ser matizado, já que há evidência empírica que mostra que, em certos contextos, o conteúdo expressivo pode ser deslocado. Isso acontece, por exemplo, no caso de um relato em forma de citação direta. Nas palavras de Jay e Janschewitz, “a linguagem tabu encapsula emoção na situação imediata, mas sem necessariamente se referir exclusivamente a uma situação imediata”.³⁶ Nos exemplos abaixo, seria um erro atribuir ao proferidor a propriedade de se encontrar num estado emocional intensificado, sendo a leitura correta atribuir tal estado a Dick Cheney e Ronaldo, respectivamente. Considere:

29) Dick Cheney told Senator Lahey to go fuck himself.

30) No último jogo, Ronaldo mandou o time inteiro pra puta que pariu.

A primeira objeção em relação a propriedade de não deslocabilidade foi formulada por Jay e Janschewitz (2007) e diz respeito à flexibilidade que há no uso de termos expressivos como “puta”, “porra”, “fuder”, “*asshole*”, “*bitch*”, “*cunt*”. Desse modo, há uma distinção entre tipos de uso, visto que tais termos podem ser utilizados tanto de maneira conotativa (expressiva) quanto denotativa (descritiva), e que é só no primeiro caso que a propriedade de não deslocabilidade se aplica. Sabe-se que o uso conotativo de um termo acrescenta a seu conteúdo semântico os sentimentos e ideias que podem ser associados a ele, enquanto o uso denotativo concerne ao valor referencial do termo. Potts parece não ter percebido esta ambivalência nos usos dos termos pejorativos ou, pelo menos, tal ambivalência não tem recebido a devida atenção no seu trabalho. O problema se coloca de maneira

³⁶ “Taboo language encapsulates emotion in the immediate situation but without necessarily referring only to an immediate situation.” Jay e Janschewitz, 2007, p. 219.

ainda mais complexa se assumimos que há termos como “porcaria”, “merda”, “mulambo”, “neguinho”, os quais podem ser usados simultaneamente de forma conotativa e denotativa. Na mesma linha argumentativa, Fortin (2011) mostra que certos diminutivos e aumentativos possuem um caráter conotativo e denotativo, ou seja, permitem expressar e denotar significado, sendo este o principal motivo para denominá-los em sua tese doutoral “afixos conotativos”. Neste ponto, ele defende uma tese interessante, pois afirma que os afixos conotativos podem contribuir múltiplos conteúdos expressivos, a saber, todos os que a conotação do termo permite contribuir. Considere:

31) María se compró su primer cochecito. (Fortin, 2011, p. 143)

31.a) Maria comprou seu primeiro carro (descritivo).

31.b) O carro é pequeno (descritivo).

31.c) O carro é bonitinho / uma gracinha (expressivo).

31.d) O carro é “mais ou menos” na opinião do falante (expressivo).

Se assumirmos que a distinção entre usos conotativos e denotativos não é nítida, vemos como se coloca a dificuldade em poder estabelecer se a propriedade de não deslocabilidade e a orientação ao falante deve ou não operar. Na mesma linha argumentativa, Blakemore percebe que expressões como “*sweetheart*” ou “*bastard*” podem ser utilizadas sem apresentar nenhuma das propriedades por meio das quais Potts caracteriza os expressivos (Blakemore, 2019, p. 140). Mais especificamente, ela mostra como a propriedade de não deslocabilidade pode ser impugnada, tendo em vista que os termos mencionados podem ser utilizados para reportar atitudes mantidas no passado ou atribuídas a outros interlocutores. Considere:

32) Eu pensava que Marcelo era um escroto, mas agora eu não tenho certeza.

33) João achou o Vitor um fofinho, mas ele é um policial cruel.

Os exemplos apresentados sugerem que termos considerados por Potts como membros da categoria dos expressivos podem ser interpretados de maneira expressiva em alguns contextos, mas não em outros. A ideia de Blakemore é que o

contexto de uso pode desencadear uma interpretação expressiva de determinados termos mesmo sem que estes possuam as propriedades por meio das quais Potts os caracterizou. Desse modo, termos considerados de maneira incontroversa como descritivos, tais como “gênio” ou “mito”, podem ser utilizados para comunicar conteúdo expressivo. Considere:

34) É mito! (# Não gosto dele)

35) Eu achei que era um mito, mas percebi que é uma pessoa totalmente despreparada para exercer o cargo.

Além da distinção de usos apresentada, podemos considerar certos exemplos comuns nos quais não há problemas de interpretação em relação ao tipo de uso do termo expressivo (denotativo-conotativo) e, mesmo assim, o conteúdo expressivo parece ser deslocado. Considere os exemplos clássicos de Schlenker e Geurts abaixo. No enunciado (36), vemos como é relatada uma atitude preconceituosa distinta da do proferidor; o que seria um contra-exemplo à propriedade de orientação ao falante. Já no exemplo (37), o termo expressivo “*fucking*” faz uma contribuição que parece estar no alcance do operador de negação.

36) I am not prejudiced against Caucasians. But John, who is, thinks/claims that you are the worst honky he knows. (Schlenker, 2003, p. 109)

37) Scary thing is that I don't feel that fucking brilliant. I don't feel that fucking deep or talented. (Geurts, 2007, p. 212)

38) Churchill thought Gandhi was the most degenerate wog in all of India. (Anand, 2007, p. 200)

39) Se a porta travar de novo, eu vou ter que quebrar esse maldito troço.

40) That damn night was the end of the band, and the beginning of my successful solo career.

Os exemplos apresentados são úteis na medida em que permitem evidenciar que a propriedade de não deslocabilidade e de orientação ao falante, fundamentais na caracterização do conteúdo expressivo nos modelos semânticos de Potts, podem ser questionadas. No caso do enunciado (40), o estado emocional parece ser deslocado a um tempo verbal passado, sendo contra-intuitiva a interpretação em que o proferidor se encontra em um estado emocional intensificado no momento do proferimento. No caso do enunciado (38), o estado mental de desprezo é atribuído a Winston Churchill, o que tende a mostrar que a perspectiva a partir da qual se dá a avaliação do conteúdo expressivo não precisa ser a do falante.

Potts reconhece os problemas que se colocam tanto para a propriedade de não deslocabilidade, quanto para a propriedade de orientação ao falante. Por isso, em seu segundo modelo, ele adota a noção de *juiz contextual* de Lasersohn (2005), por considerar que ela lhe permite elucidar melhor a conexão entre o conteúdo expressivo e o contexto de avaliação. Sabe-se que Lasersohn desenvolveu a noção de juiz contextual ao perceber que a noção kaplaneana de contexto utilizada para determinar o valor semântico de indexicais não era suficiente para explicar certos fenômenos, tais como o desacordo que pode haver entre dois sujeitos ao comunicar quais são suas preferências de gosto pessoal. Considere:

41) John pensa que montanhas-russas são divertidas, mas Maria pensa que montanhas-russas são entediadas.

Nesta abordagem, o juiz contextual num contexto c é mais um elemento da tupla contextual composta pelo falante (cf), pelo tempo (ct), pela localização (cl) e pelo mundo (cm). Logo, o juiz contextual pode ser preenchido por um valor distinto de quem profere a sentença e, no caso do exemplo apresentado, a estrutura lógica do desacordo provém do fato de que o enunciado possui dois juízes contextuais que se opõem. Tomando esta proposta em consideração, Potts decide adotar uma visão mais liberal em relação aos parâmetros que se inserem na noção contexto. É tal flexibilidade que lhe permite esclarecer como devem ser interpretados os enunciados quando a leitura intuitiva não condiz com as propriedades de não deslocabilidade e de dependência *vis-à-vis* a perspectiva do falante. Por este motivo, ele passa a defender o seguinte postulado:

Em um contexto c , um proferimento de “maldito” com a entidade d como seu argumento semântico cria um contexto c' , o qual é igual a c com a diferença de que c_J [o juiz contextual] considera d de alguma maneira negativamente.³⁷

A partir desta modificação teórica do seu modelo, passa a ser permitido mudar o juiz contextual para alguém distinto do proferidor caso as características sintáticas e semânticas do enunciado permitam salientar um juiz mais idôneo ao qual se pode atribuir o conteúdo do termo expressivo. Considere:

42) Meu irmão gritou que ele nunca usou meu maldito carro.

Neste caso, é mais intuitivo vincular o conteúdo do termo “maldito” ao irmão do proferidor do que atribuir ao proferidor o estado de exaltação. Isso é explicado por meio do postulado que permite introduzir um juiz contextual distinto do proferidor diretamente no contexto do proferimento. Contudo, os problemas persistem em relação a enunciados expressivos que utilizam a quantificação universal, como no caso apresentado por Schwarz e mencionado por Potts (2007, p. 6).

43) Whenever I pour wine, the damn bottle drips.

Ao analisarmos como deve ser interpretado o significado expressivo do termo “*damn*”, temos, por um lado, a leitura pottseana de que o proferidor externaliza o estado emocional que vivencia no momento do proferimento. Por outro lado, há uma outra leitura que me parece mais intuitiva e que serve como contra-exemplo à propriedade de não deslocabilidade: de acordo com essa leitura, não é que o conteúdo expressivo é externado no momento do proferimento, mas sim em cada situação em que o proferidor serve vinho. Nesta abordagem, o enunciado afirma que, em cada situação que ele serve vinho, a garrafa goteja, e isso provoca um estado emotivo de raiva no proferidor; o que é consistente com o fato dele não possuir aquele estado no momento em que faz o proferimento. A resposta de Potts a este contra-exemplo é que o mero uso do termo “*damn*” permite inferir que o

³⁷ “In a context c , an utterance of *damn* with the entity d as its semantic argument creates a context c' that is just like c except that it registers that c_J regards d negatively somehow”. Potts, 2007, p. 175.

proferidor se acha num estado emocional aumentado naquele preciso minuto (Potts, 2007, p. 6). Para Potts, proferir o enunciado sem possuir o estado emocional correspondente equivale a um uso insincero do mesmo. Mas tal explicação parece *ad hoc*, uma vez que compreendemos que o interesse por trás do enunciado é comunicar sobre um fato que gera estados afetivos no proferidor, independentemente do momento do proferimento (seja este no passado, no presente ou no futuro).

3.5. Objeções à propriedade de inefabilidade descritiva

Esta propriedade dos expressivos remete à dificuldade de traduzir em uma linguagem descritiva (ou seja, não expressiva) o conteúdo dos termos expressivos. Segundo Potts, “os falantes nunca estão plenamente satisfeitos ao parafrasear o conteúdo expressivo usando um conteúdo descritivo”³⁸. Esta qualidade ressalta a especificidade atribuída aos termos expressivos nos modelos de Potts, a saber, o fato de serem dispositivos linguísticos diferenciados por revelar seu significado de maneira direta. Esta propriedade atribuída aos expressivos é uma das mais importantes, pois estabelece um critério para abordar o fenômeno linguístico da expressividade de maneira unitária.

A primeira objeção que se coloca é a de que não há nenhum critério objetivo que permita dizer quando o conteúdo expressivo foi capturado com sucesso caso tentássemos parafraseá-lo utilizando um vocabulário descritivo. Na medida em que não existe nenhum critério objetivo que desempenhe esta função, podemos dizer que essa é uma tese no mínimo controversa, dado que não temos como verificar e garantir se a distinção entre a linguagem descritiva e expressiva se sustenta de fato.

A maneira em que Potts apresenta a propriedade da inefabilidade em seu artigo “A Dimensão Expressiva” também pode ser criticada. Seu argumento se dá da seguinte forma: qualquer definição que achemos nos dicionários em relação ao significado dos expressivos é inadequada, pois não capta a amplitude total do significado desse tipo de termo. Assim, por possuírem um caráter inefável, devem apresentar algum tipo de especificidade e serem itens lexicais diferenciados. Geurts

³⁸ “Speakers are never fully satisfied when they paraphrase expressive content using descriptive, *i.e.*, non expressive, terms”. Potts, 2007, p. 166.

concorda com a primeira parte do argumento, ou seja, com a afirmação de que a definição do dicionário provavelmente nunca será exaustiva. Porém, isso não vale apenas para os termos expressivos, uma vez que a mesma dificuldade se coloca também para outros itens lexicais como artigos, conjunções ou termos tão heterogêneos quanto “lânguido” ou “vermelho”. Um fenômeno semelhante acontece ao tentarmos definir por meios conceituais termos descritivos teoricamente complexos como “conhecimento” ou “verdade”. Considerando estes pontos, não é claro que a inefabilidade descritiva deva ser considerada uma propriedade exclusiva dos termos expressivos, uma vez que esta não é capaz de traçar a linha divisória entre expressivos e descritivos³⁹. A sugestão de Geurts é especificar o conteúdo informacional dos termos expressivos *à la* Kaplan por meio de suas condições de uso; o que permitiria captar seu significado de maneira adequada (Geurts, 2007, p. 210). O último argumento de Geurts contra a inefabilidade descritiva faz referência ao processo linguístico conhecido como *melhoramento* (*amelioration*) e *pejoração*, *i.e.*, como os termos mudam de significado expressivo no decorrer do tempo. Por exemplo, o termo “mulambo” surgiu na época da escravidão para se referir aos angolanos que vieram para o Brasil, mas com o tempo a palavra adquiriu conotação pejorativa ao ser útil para oprimir a população negra e, desta forma, manter e fortalecer as estruturas de dominação necessárias para a sociedade escravista daquela época. O argumento de Geurts defende que não é possível defender que os expressivos sejam radicalmente diferentes dos descritivos, dado que ambos os tipos de expressão estão sujeitos ao mesmo processo de mudança de significado e, por isso, compartilham alguma matriz.

Uma objeção à propriedade da inefabilidade apresentada por Jay e Janschewitz (2007) atribui à abordagem estritamente semântica de Potts a incapacidade de se parafrasear o significado desses termos por meios descritivos. Na visão dos autores, não é suficiente conseguir articular os motivos por trás da escolha do termo expressivo: o seu contexto de uso deve ser especificado. Caso seja preenchido tal requisito, a dificuldade gerada pela propriedade da inefabilidade desaparece, e conseguimos explicar sem dificuldades qual foi a emoção manifestada (a qual corresponde ao conteúdo semântico do termo), assim como a

³⁹ Porém, que uma propriedade não seja exclusiva dos termos expressivos não significa que eles não a satisfazem.

intensidade com que foi realizado o proferimento. Podemos sintetizar a objeção da seguinte maneira: uma vez dada a informação contextual relevante, o problema da articulação do conteúdo dos expressivos desaparece. Levando este ponto em consideração, qualquer dificuldade na definição de um determinado termo expressivo varia de acordo a pessoa, dado que depende da capacidade linguística do próprio sujeito de comunicar seus estados internos.

Uma maneira interessante de resolver o problema da inefabilidade é apresentado por Blakemore (2011). Ela utiliza o termo descritivo “lânguido”, utilizado por Geurts para mostrar como a dificuldade em estabelecer a definição acurada de certos termos não é exclusiva dos expressivos. A solução de Blakemore é defender que a informação codificada no termo “lânguido” é muito geral ou abstrata, distinguindo o conceito *LÂNGUIDO* do que é comunicado num determinado contexto de uso de *LÂNGUIDO** (Blakemore, 2019, p. 142). O primeiro não é parafraseável, dado que não há informação suficiente para definir seu conteúdo de uma maneira específica. Em contraposição, o conceito *LÂNGUIDO** pode ser definido, já que contém as informações necessárias para tal propósito quando elas são determinadas pelo contexto de uso. Na visão de Blakemore, uma situação análoga se coloca para expressivos como “babaca”, “escroto”, “fofinho”, etc. Uma vez que o conteúdo de cada uma destas expressões será distinto dependendo do contexto do proferimento, modifica-se a atitude conativa comunicada e, conseqüentemente, captada pelo ouvinte. Podemos ocupar o esquema apresentado para explicar a dualidade que apresentam em seu significado certos termos expressivos como “*bastard*”. Considere:

44) That bastard is late again

45) I love that bastard, it's my best friend

Ao ser utilizado em (44), o conceito *BASTARD* permite a interpretação do conceito *BASTARD**, já que este possui um contexto de uso estabelecido, o qual, neste caso, corresponde a duas pessoas que disputam a propriedade de uma herança. Neste caso, o papel do termo “*bastard*” possibilita a identificação do estado em que o proferidor se encontra, permitindo a inferência de conteúdos do tipo vil, malvado ou desprezível. No caso de (45) o contexto de uso muda, dado que o proferidor está justificando para sua mulher a escolha de seu padrinho de casamento e, por isso, o

conceito utilizado pode ser caracterizado como *BASTARD* **: este permite identificar atitudes de carinho ou parceria em relação ao referente. Em sua proposta, Blakemore defende que a indeterminação presumida em relação ao conteúdo dos expressivos é produto de não se ter os parâmetros contextuais necessários. Entretanto, caso sejam resgatados, a aura de inefabilidade dos termos desaparece.

3.6. Objecções à imediatez

Como já foi apresentado, nos modelos de Potts existe a pressuposição de que os termos expressivos possuem um caráter performativo. Tal qualidade é representada através da propriedade de imediatez, que explica porque o mero proferimento desses termos realiza uma ação linguística. Nesta abordagem, a mera verbalização do termo “mulambo” em um proferimento realiza um ato de derrogação, expressando hostilidade em relação ao referente. Por esse motivo, qualquer proferimento posterior do tipo “eu gosto dele” será pragmaticamente infeliz, dado que o proferidor já se encontra vinculado a um determinado ponto de vista em relação ao referente. Nos modelos de Potts, os expressivos fazem mais que comunicar: eles *infligem* o seu conteúdo, sendo este um dos motivos principais pelos quais devemos lhes dar especial atenção. Por isso, ele ilustra esta característica do significado dos expressivos através de duas histórias verídicas nas quais os protagonistas (duas figuras públicas) não foram suficientemente precavidos ao escolher suas palavras. Em ambos os casos, o proferimento de um enunciado expressivo sem a prudência necessária na escolha dos termos ocasionou uma repercussão indesejada, causando um dano à imagem pública dos proferidores. A tentativa de remediar o erro ao retratar-se de maneira imediata não é capaz de reparar a derrogação feita. Esta característica distintiva apresentada pelos expressivos motivou Potts a estabelecer em seus modelos semânticos uma analogia com os atos ilocucionários expressivos da teoria dos atos de fala. Este paralelismo se funda no fato de que o comportamento semântico dos expressivos combina com algumas das características destacadas por Searle (1969-1975) no que diz respeito à classe dos atos de fala expressivos. Na teoria dos atos de fala, o mero proferimento envolvendo performativos explícitos do tipo “prometo ir a tua festa” (cumprindo as condições necessárias que o ato requer) conta como a realização do ato de prometer,

gerando uma série de comprometimentos por parte do proferidor. Desta forma, a linguagem nos permite fazer coisas com palavras, tais como asserir, advertir, ameaçar e expressar nossas emoções. Considere:

46) Prometo te emprestar o livro *Quando dizer é fazer* amanhã.

Mas eu não emprestarei o livro amanhã.

Mas eu não fiz nenhuma promessa.

A ideia de Searle de categorizar os atos de fala em sua taxonomia dos atos ilocucionários desafia o lema wittgensteniano de que há incontáveis jogos de linguagem. Para Searle, a visão de Wittgenstein em relação às possibilidades múltiplas que têm a linguagem de realizar ações é equívoca, e ele atribui o erro ao fato de não haver um critério claro para delimitar o que constitui um jogo de linguagem e como podemos diferenciá-los entre si. Por esse motivo, Searle introduz a noção de *ponto ilocucionário*, a qual lhe permite caracterizar o motivo ou propósito de cada ato linguístico. Por meio dessa noção, ele consegue identificar cinco tipos de força ilocucionária que cumprem a função de: i. representar como é o mundo; ii. que outros façam coisas que desejamos; iii. nos comprometermos a fazer coisas para outros; iv. modificar a ontologia social por meio de um ato institucional e v. expressarmos nossos sentimentos e atitudes. Cada uma destas categorias é identificada por uma determinada força ilocucionária (asserir, prometer, oferecer, declarar e expressar) que define certos princípios que permitem diferenciar se a força de dois proferimentos é a mesma ou não. O principal critério é o ponto ilocucionário, que estabelece o propósito do ato de fala. Assim, o ponto ilocucionário de uma asserção é representar de forma adequada como as coisas são no mundo, e o ponto ilocucionário de uma ordem é que o ouvinte faça algo que o falante deseja. O ponto ilocucionário expressivo é externar o estado emocional do falante perante algum acontecimento subjetivo (interno) ou sobre algum fato no mundo (externo). O estado psicológico que deve ser externado é especificado através das condições de sinceridade e guarda relação com o estado de coisas explicitado no conteúdo proposicional do proferimento. Logo, se alguém profere “Oba, lá vem ela” o proferidor expressa sua alegria pelo fato explicitado, a saber, de que uma mulher se aproxima.

A verdade do conteúdo proposicional é pressuposta nesses tipos de ato, já que eles não precisam satisfazer o requisito da direção de ajuste (palavra-mundo ou mundo-palavra). A analogia entre os termos expressivos e os atos de fala expressivos faz sentido, dado que a teoria de Searle espelha aspectos importantes da definição funcional que Potts utilizou em seus modelos semânticos para acomodar o significado dos expressivos. Mais especificamente, a condição de sinceridade dos atos de fala expressivos (*i.e.*, de que o falante vivencie um estado emocional ocasionado pela ocorrência de algum estado de coisas no mundo) combina com a condição imposta aos expressivos por Potts de externalizar uma emoção que o proferidor possui naquele preciso momento. Podemos apontar outra semelhança ao considerar que, no caso dos expressivos, o estado mental do sujeito depende de algum acontecimento no mundo (interno ou externo ao sujeito), estabelecendo-se entre ambos uma relação causal. Esta espelha umas das condições preparatórias estabelecidas por Searle para os atos de fala expressivos, a saber, a condição factiva. A última semelhança vem do fato de que os expressivos, na maioria dos casos, expressam uma atitude negativa ou positiva em relação a um determinado objeto ou acontecimento. Ou seja, eles comunicam uma avaliação que gera algum tipo de posicionamento no ouvinte (a favor ou contra). Este fato espelha a condição de avaliação dos atos de fala expressivos, dado que atos de fala como agradecer ou complementar devem ser avaliados segundo a aceitação do nosso proferimento pelo ouvinte. No entanto, há diferenças entre ambas as propostas, dado que Searle enfoca exclusivamente o significado pragmático dos verbos performativos na primeira pessoa. Mas sabemos que o fenômeno linguístico que os modelos de Potts abordam considera itens lexicais heterogêneos como pronomes, honoríficos e partículas, sendo a presença dos itens lexicais expressivos mais significativa do que Searle pressupõe. Outra diferença é que, na teoria dos atos de fala, os atos ilocucionários expressivos são realizados ao se empregar um performativo explícito do tipo “eu te agradeço”, “eu te abençoo”, etc. Em contrapartida, nos modelos de Potts os atos expressivos são realizados sem nenhum verbo performativo explícito, e sim por meio de termos lexicais como epítetos ou pejorativos, os quais são inseridos no enunciado complexo sem a necessidade de que o ato realizado seja verbalizado por meio do enunciado. A principal objeção que se coloca para sustentar a analogia vem do fato que os atos de fala expressivos pressupõem a verdade do conteúdo proposicional que comunicam e, por este

motivo, são o único tipo de ato ilocucionário que não possui condições de satisfação. Sabe-se que, nos modelos de Potts, as duas dimensões de significado operam de forma separada, pressupondo a verdade do conteúdo emotivo (dado que não é possível estar enganado do próprio estado mental), mas não a do conteúdo proposicional, que deve ser submetida a apuração para determinar seu valor de verdade.

Embora a categorização dos atos expressivos feita por Searle capture aspectos importantes da definição funcional dos termos expressivos (como a condição de sinceridade e a condição factiva), ela não parece cobrir os expressivos em toda sua diversidade. Por esta razão, ao analisarmos um enunciado expressivo nos moldes da teoria dos atos de fala, desanalogias aparecem. Considere:

47) O sacana do Piñera aproveita a pandemia para fazer campanha política.

Nesta abordagem, o conteúdo expressivo do termo “sacana” é identificado ao ato de expressar hostilidade à pessoa referida, configurando a realização do ato de fala de insultar. Porém, não é possível determinar se o propósito do proferimento é exatamente o estipulado por Searle para os atos expressivos por meio da noção de ponto ilocucionário. Podemos imaginar o caso em que o proferidor deseje simplesmente revelar publicamente que não gosta de Piñera, ou se posicionar politicamente perante os outros como não gostando dele. Ambas as opções fogem do que é estipulado pela noção do ponto ilocucionário para os atos ilocucionários expressivos, que consiste em expressar o estado emocional que o proferidor vivencia naquele momento. Uma vez que existe a possibilidade do proferidor dispor de um motivo para proferir o enunciado que seja distinto de querer expressar seu estado emocional naquele momento, descarta-se a possibilidade de que exista uma identidade entre o conteúdo expressivo e a realização do ato linguístico. Pelos pontos recém apresentados, existem razões suficientes para defender que a analogia pressuposta por Potts entre os termos expressivos e os atos ilocucionários expressivos não se sustenta.

3.7.

Objeções à propriedade da iterabilidade sem redundância

A característica atribuída aos expressivos por Potts de poderem ser iterados sem redundância, tendo em vista que a repetição do termo intensifica o estado emocional externado pelo proferidor, também foi alvo de críticas. Podemos concordar com Potts que em certos contextos a repetição de um termo expressivo pode intensificar o valor emotivo do proferimento. Entretanto, percebe-se que a repetição excessiva pode operar também no sentido contrário provocando dessensibilização em relação ao conteúdo expressivo proferido ao ouvinte se habituar, e desta forma, diminuindo o valor expressivo do enunciado (Jay e Janschewitz, 2007, p. 220). Neste ponto, a força emotiva parece não ser dada pela repetição, mas sim pelo temperamento do proferidor. Se o proferidor costuma utilizar termos pejorativos ou palavras-tabu no seu dia a dia, seus proferimentos não geram o mesmo impacto que alguém que não costuma utilizar este tipo de termos frequentemente.

Existe outra objeção em relação a esta propriedade que Potts deve explicar, a saber, certos enunciados apresentam iterabilidade descritiva sem provocar redundância, sendo questionado se esta qualidade se aplica de forma exclusiva aos termos expressivos. Considere:

48) A lavadeira trabalhava, trabalhava, trabalhava e trabalhava

49) Tenho vontade de comer chocolate, chocolate.

Nestes casos, a repetição do termo é utilizada de forma proposital para enfatizar algum aspecto estilístico-literário ou semântico e, por este motivo, não provoca redundância senão que intensificação. Desta forma, evidencia-se como não é possível utilizar a propriedade de iterabilidade sem redundância como critério para identificar os termos expressivos, uma vez que esta parece poder se aplicar aos descritivos⁴⁰. A maneira em que Potts apresenta a propriedade também foi questionada por Geurts, dado que utiliza a repetição do termo “*damn*” num

⁴⁰ Uma maneira possível de resgatar o posicionamento de Potts é desistir da ideia de que, para identificar um expressivo, este deve exemplificar todas as suas propriedades distintivas. Talvez não seja possível que todas as propriedades sejam identificadas no termo, mas sim um subconjunto em comum. Num tipo de posicionamento como este, as propriedades distintivas não são características definidoras, mas traços comuns.

enunciado para ilustrar o fenômeno da intensificação emotiva, demonstrando por meio deste exemplo que a repetição não produz redundância. Considere:

50) Damn, I left my damn keys in the damn car. (Potts, 2007, p. 15)

Porém, ao tentar mostrar como no caso da repetição ser descritiva esta gera redundância, seu exemplo parafraseia “damn” pela contra parte descritiva “I’m angry” o que viola a propriedade de infabilidade defendida no seus modelos semânticos. Considere:

51) I’m angry! I forget my keys. I’m angry! They are in the car. I’m angry!

Uma vez que a comparação não pode ser sustentada nestes moldes (dado que atenta contra a propriedade de infabilidade), há dificuldades na maneira de evidenciar a propriedade da iterabilidade sem redundância (Geurts, 2007, p. 213).

4 Estados emocionais, normas e estruturas sociais: as limitações do expressivismo subjetivista de Potts

4.1. Introdução

No presente capítulo, será apresentado um levantamento das objeções mais substanciais que se colocam à caracterização funcional do significado expressivo utilizada por Potts na construção de seus modelos semânticos. Anteriormente, no segundo capítulo, foi esclarecido o posicionamento subjetivista de cunho emotivista adotado pelo Potts em relação à contribuição semântica dos termos expressivos, tendo em vista que, ao serem proferidos em enunciados complexos, tais termos revelam para Potts estados internos do proferidor. Um dos resultados da presente tese foi elucidar como a análise semântica de Potts adota uma visão em relação ao comportamento semântico de alguns membros da categoria dos expressivos (honoríficos, pronomes de tratamento e subjuntivo em alemão) que contradiz a própria definição funcional utilizada em seus modelos. Isso porque a contribuição semântica atribuída a esses itens particulares em seus modelos fixa uma relação objetiva entre os interlocutores, o que contraria a caracterização que os retrata como meras descargas verbais de estados subjetivos. Por esta razão, no segundo capítulo foi defendido que um posicionamento emotivista em relação ao valor semântico dos expressivos não é apropriado para dar conta da contribuição informativa de todos os itens da categoria, visto que o próprio modelo pressupõe que alguns membros da categoria cumprem funções mais complexas do que a de ventilar estados conativos.

Esse ponto fica evidente ao analisarmos a contribuição significativa dos honoríficos em seus modelos semânticos, a qual consiste em estabelecer uma distância social entre os interlocutores num processo que independe da influência dos estados emocionais do proferidor. Sabe-se que a relação semântica que os honoríficos estabelecem pode ser caracterizada da seguinte maneira: “*X* é socialmente superior que *Y*”, onde *X* é a pessoa referida pelo honorífico e *Y* o

proferidor (Potts, 2005, 182). O mesmo ponto se coloca no caso dos pronomes de tratamento e do subjuntivo em alemão, ao compreender que seu proferimento possibilita a fixação de relações semânticas objetivas. No caso dos primeiros, de familiaridade ou respeito, e no caso do segundo, de ceticismo ou não comprometimento em relação à verdade da proposição asserida.

Ao não acomodar normas objetivas de avaliação para os estados emocionais externados, a definição funcional subjetiva defendida por Potts enfrenta outro problema que diz respeito à incapacidade de os interlocutores objetarem ao conteúdo expressivo. Por causa disso, apresentam-se dificuldades para qualquer tentativa de explicar a noção de desacordo expressivo, *i.e.*, quando duas pessoas discordam em relação ao conteúdo expressivo do enunciado. A explicação é dada pela ausência de um critério objetivo que permita definir quando a contraposição de estados emocionais é bem colocada. Na perspectiva de Potts, não é possível para o ouvinte objetar ao conteúdo expressivo de um proferimento, dado que não se pode impugnar um sentimento que independe dele.

Isto faz com que a posicionamento de Potts tenha de enfrentar dois problemas. Primeiro, ele vai de encontro à nossa intuição de que é possível estarmos enganados sobre os estados emocionais que externamos, conforme demonstra nossa inclinação natural a avaliar os nossos episódios emocionais como apropriados ou inapropriados. Sabe-se que, na linguagem natural, encontram-se adjetivos como “vergonhoso” ou “repulsivo” que permitem classificar objetos ou situações às quais podemos dirigir o nosso estado emocional de vergonha ou repulsa de maneira apropriada ou não. Esta forma de enxergar as expressões emocionais contraria o posicionamento subjetivista de Potts, que defende que a verdade do conteúdo expressivo do enunciado é garantida e que, por esse motivo, seu proferimento nunca é inapropriado. O segundo problema que se coloca diz respeito à natureza do conteúdo comunicado pelos expressivos. Aqui podemos distinguir pelo menos duas abordagens. Por um lado, o posicionamento subjetivista defende que o uso de um expressivo revela o estado mental do proferidor, por exemplo, o proferimento de um honorífico expressa o respeito do proferidor (quando é sincero). Por outro, o objetivismo, afirma que o proferimento de um termo expressivo comunica um conteúdo objetivo que independe dos estados mentais do proferidor. No caso apresentado, ele expressaria que a pessoa referida por meio do honorífico é socialmente respeitada (ou que merece tal reconhecimento pela sociedade). A

diferença pode ser estipulada da seguinte maneira: no primeiro caso, o conteúdo informativo do honorífico nos diz algo sobre o sujeito do proferimento. Já no segundo, ele diz algo sobre o destinatário, colocando-se, por extensão, a mesma questão para todos os membros da categoria dos expressivos.

No presente capítulo apresentarei alguns dos problemas que se colocam para a caracterização subjetivista do conteúdo expressivo. O propósito é apresentar argumentos em prol à ideia de que a melhor explicação do conteúdo semântico dos expressivos consiste na atribuição de uma propriedade objetiva avaliativa. Para exemplificar este ponto, utilizarei como exemplo os termos derogatórios por serem particularmente explanatórios ao representar de forma paradigmática a capacidade que tem a linguagem de ferir ou magoar ao alvo de nossas palavras. Desse modo, será revelado como a definição funcional de Potts não consegue explicar satisfatoriamente as propriedades derogatórias carregadas por alguns expressivos, utilizando este fato como justificativa para abandonar qualquer tipo de posicionamento subjetivista. Para isso, a estratégia é esclarecer que a proposta de Potts não é capaz de explicar o que há de errado ao proferir injúrias étnico-raciais, limitando a questão a um assunto psicológico que se manifesta em alguns indivíduos problemáticos.⁴¹ Para alcançar meu objetivo, apresentarei argumentos contra a caracterização funcional de Potts, defendendo que os estados emocionais devem estar subordinados a normas de avaliação objetivas e que, por causa disso, podem ser impugnados. Desse modo, defenderei que um tipo de posicionamento normativo em relação ao valor semântico dos expressivos é o mais adequado. Isso porque ele possui maior capacidade explicativa tanto para dar conta do comportamento semântico de todos os membros da categoria dos expressivos (sem incluir nesta as interjeições), quanto para explicar fenômenos específicos que se colocam, como o da derrogação.

Antes de passarmos para a próxima seção, é necessário abordarmos a questão de se há ortogonalidade entre a semântica e a ética. Dito de outro modo, se os critérios de avaliação semânticos podem envolver uma avaliação moral. Por um lado, os semanticistas “puros” acreditam que sua pesquisa só deve estar circunscrita a especificar quais são as condições de uso de um determinado termo. Neste

⁴¹ Este tipo de posicionamento está por trás da visão, ao meu ver equivocada, de que toda sociedade tem “maçãs podres” e que bastaria isolar e castigar os indivíduos “problemáticos” para se resolver o problema.

posicionamento sobre a função que deve cumprir a semântica, qualquer avaliação em relação ao conteúdo expressado não incumbe a esta, e sim a meta-semântica. Por outro lado, existem teóricos como Cepollaro (2017) que pensam que termos como as injúrias étnico-raciais impõem um conteúdo derogatório, cuja atribuição valorativa parece intuitivamente envolver uma dimensão moral. Por exemplo, se eu disser que “João é um paraíba”, estou afirmando que existem coisas como paraibas no mundo, e o conteúdo semântico codificado no termo expressa uma avaliação negativa do tipo “ruim por ser nordestino”, o que certamente não é moralmente neutro. O esclarecimento deste ponto é importante, pois na presente tese será defendido que não há ortogonalidade entre a semântica, a dimensão moral e a ontologia social. Nesta visão, os expressivos podem codificar tanto um aspecto moral (uma avaliação positiva ou negativa) quanto indicar a posição social do indivíduo dentro de uma determinada hierarquia (ou ambas as coisas).

4.2. Problemas enfrentados pela abordagem subjetivista

Como foi apresentado no segundo capítulo, o posicionamento subjetivista sobre o valor semântico dos expressivos adotado por Potts apresenta dificuldades para explicar por meio de seu comportamento semântico a diversidade das questões que estão em volta desse tipo de termo. Uma das consequências da caracterização funcional é a dificuldade da teoria em dar conta do fenômeno de discordância expressiva, *i.e.*, quando os interlocutores de uma conversação não concordam em relação ao conteúdo expressivo do enunciado.

Na visão de Potts, se alguém profere “o maldito Trump ganhou as eleições”, é possível concordar com o conteúdo descritivo do proferimento, a saber, que Trump ganhou as eleições, mas há dificuldades para o interlocutor discordar no nível expressivo, *i.e.*, com a caracterização feita a Trump por meio do termo “maldito”. Especificamente, o problema se apresenta na hora de tentar impugnar o estado emocional externado pelo proferidor da sentença ao utilizar o termo. A fonte do problema é dada pela forma em que Potts modeliza o conteúdo expressivo em seus modelos semânticos, atribuindo-lhes uma única condição necessária para garantir a felicidade do proferimento, a saber, a condição de sinceridade (o proferidor deve possuir o estado emocional correspondente ao termo proferido). A

condição de sinceridade de um termo determinado permite inferir a sua condição de uso, a saber, o uso será apropriado caso este seja sincero. Desta forma, coloca-se o problema de explicar a noção de desacordo expressivo nestes moldes, uma vez que podemos perguntar como alguém poderia chegar a objetar um estado emocional cuja motivação e avaliação foi realizada por meio de uma perspectiva que é acessível somente ao proferidor. Dito de outro modo, o estado subjetivo especificado por meio da condição de uso do termo apresenta dificuldades ante qualquer tentativa de ser objetado pelo ouvinte, visto que o conteúdo expressivo manifestado é equivalente ao estado emocional do proferidor. Isso explica que não se possa objetar, nos modelos de Potts, à emoção externada por ser inapropriada; o que inviabiliza qualquer aproximação do fenômeno do desacordo expressivo (*expressive disagreement*).

Além disso, há uma outra questão que dificulta a determinação exata do estado emocional externado, devido ao fato que um mesmo termo pode cumprir uma função polivalente e ser útil para revelar distintas emoções.⁴² Por exemplo, se o proferidor sente raiva, frustração ou talvez aversão pelo fato de Trump ter ganhado as eleições, sabe-se que pode manifestar qualquer desses estados emocionais escolhendo o mesmo termo lexical “maldito”, já que a mesma expressão canaliza a função de realizar todos esses propósitos. Na visão de Potts, o contexto do proferimento, junto com a informação de consenso reconhecida pelos interlocutores (*common ground*), permitirá elucidar que estado emocional foi externado. No entanto, a intuição é que, em muitas ocasiões, há dificuldades para o interlocutor distinguir com exatidão qual foi o estado emocional revelado, podendo meramente inferir em termos gerais que o proferidor se encontra num estado emocional intensificado e não tem boa disposição em relação ao fato de Trump ter ganhado as eleições.

Uma das consequências do posicionamento subjetivista de Potts em relação ao valor semântico dos expressivos é ele ter sido levado a concluir que o mero proferimento de um termo expressivo acompanhado pelo estado emocional correspondente garante a verdade do conteúdo expressivo proferido. Nas palavras de Potts:

⁴² Por exemplo, o termo “porra” em português permite externar raiva, frustração e até perplexidade.

A implicação em questão [*at-issue entailment*] poderia ser verdadeira ou falsa. Mas a contribuição da CI de *damn* é tanto orientada ao falante quanto diz respeito às suas emoções. Uma vez que o falante não pode, eu assumo, estar errado sobre estas, a dimensão CI é sempre verdadeira.⁴³

Esta forma de abordar o significado dos expressivos (como sendo sempre verdadeiros) é a causa da ineficácia de qualquer tentativa de impugnar o conteúdo por parte do interlocutor - o que seria equivalente a dizer algo tão estranho quanto: “você não tem essa opinião” ou “você não sente raiva”. A origem do problema é pré-teórica e já se encontra na forma em que Potts visualiza a natureza do conteúdo dos expressivos antes de realizar a formalização de seus modelos, a saber, utilizando um conjunto de propriedades que os diferencia de outras categorias semânticas. No processo de caracterizar a natureza do conteúdo expressivo, a propriedade da infabilidade descritiva cumpre um papel fundamental ao aproximar o significado desse tipo de termo a descargas brutas e quase automáticas do nosso sistema nervoso.

Contudo, se analisarmos o ato de xingar, podemos distinguir vários momentos prévios ao ato linguístico que revelam quão incorreto é compreendê-lo como uma ação catártica ou irreflexiva. Primeiro, existe o reconhecimento de uma situação que motiva o ato, depois a emoção sentida por causa desse primeiro momento, posteriormente a avaliação do que está acontecendo e, para finalizar, a realização do xingamento, ao escolher um termo qualificado para tal função (Jay e Janschewitz, 2007, p. 217-218).

Em toda abordagem subjetivista há uma tendência a dar preferência aos contextos de exaltação, tais como discussões, esculachos ou ataques verbais, dado que isso facilita que suas particularidades semânticas sejam percebidas como um tipo de significado espontâneo ou irreflexivo que torna transparentes os estados emotivos do sujeito. Sabe-se que este tipo de contexto favorece uma interpretação desse tipo, como quando batemos o carro e proferimos algo como “caralho!”. Mas mesmo nestes casos (que são excepcionais) a expressão escolhida é semanticamente apropriada. Se na mesma situação proferimos um termo como “bem-vindo”, isso soaria muito estranho, e os ouvintes perceberiam que o proferimento não foi bem

⁴³ “The at-issue entailment could be true or false. But the CI contribution of damn is both speaker oriented and concerns the speaker’s emotions. Since the speaker cannot, I assume, be wrong about these, the CI dimension is always true”. Potts, 2005, p. 49.

sucedido, o que serve como argumento a favor da ideia de que na verdade há um critério de adequação objetivo codificado no termo.

No meu parecer, essa forma restrita de pensar o fenômeno nos conduz a um caminho equivocado, dado que uma análise semântica dos expressivos deve dar conta de toda a gama de situações em que estes termos podem ser proferidos de maneira adequada. Além disso, as propriedades linguísticas dos termos expressivos podem ser identificadas de forma nítida em ambientes descontraídos, como em conversas de boteco, comentários de colegas de trabalho ou discursos públicos. Neste ponto, concordo com o posicionamento de Camp no que diz respeito a utilizarmos um modelo distorcido em relação à função da linguagem, o qual foca quase exclusivamente na troca de informação. Tal modelo negligencia muitas vezes o uso da linguagem com outros propósitos, nos quais os expressivos desempenham um papel fundamental (2013, p. 333). Dentre essas distintas funções da linguagem, a manipulação, a sedução, a repreensão e increpações são alguns exemplos dos espaços linguísticos nos quais os expressivos desempenham um papel relevante.

Pelos motivos apresentados, revela-se necessário adotar um tipo de posicionamento em relação ao conteúdo expressivo que incorpore um critério de avaliação objetivo, para que assim possamos determinar com exatidão quando o uso de um epíteto, injúria ou qualquer membro da categoria é expressivamente correto.

4.3.

Uma abordagem normativa para os estados emocionais

A caracterização subjetivista do valor semântico dos expressivos realça as peculiaridades desses termos de tal maneira que oculta o processo cognitivo por trás da escolha do termo em questão. É tal processo que faz com que o expressivo sempre seja apropriado segundo o contexto. Este fato pode ser corroborado ao perceber que cada item lexical expressivo deve satisfazer um critério de adequação sintático e semântico para, desta forma, garantir que o enunciado seja bem formado e possa ser proferido de maneira feliz. A caracterização subjetivista diverge ainda da visão que temos da linguagem como sistema de representação da realidade, o qual permite (por sua própria natureza, pela forma em que é configurada) o uso inadequado ou insincero de qualquer item lexical. Desse modo, aceitar a tese de que

a linguagem *sempre* pode representar erroneamente (*misrepresent*) as coisas como estão no mundo nos obriga a julgar a caracterização subjetivista do significado expressivo de Potts como inadequada, visto que, conforme já dito, seus modelos semânticos carecem de dimensão normativa.

Levando em consideração as razões apresentadas, há bons motivos para abandonar a caracterização de Potts e adotar um posicionamento que nos permita distinguir claramente em que situação é apropriado estar em um determinado estado emocional. Este ponto pode ser ilustrado ao considerar o uso dos honoríficos. Suponha que, ao receber um professor no aeroporto, um sujeito se confunda pela semelhança, e profira algo do tipo “bem-vindo, professor Perry”. Neste caso, o estado emocional de respeito externado é inapropriado caso a pessoa confundida não mereça ser chamada de “professor”, visto que o estado emocional não foi direcionado à pessoa que estava sendo aguardada. No entanto, se a pessoa confundida com Perry também merece ser chamada de “professor”, não tem nada inapropriado nisto (embora falhe a referir). Na visão de Potts, ninguém pode estar enganado sobre os estados emocionais que externaliza, mas é claro que isso não é correto se assumimos que é possível projetar uma emoção por engano, como no exemplo apresentado. Uma outra forma de justificar a necessidade de abandonar o posicionamento de Potts é por meio de uma análise da contribuição semântica dos termos derogatórios. Sabe-se que as injúrias étnico-raciais como “paraíba” (tal como utilizada no Brasil) ou “cholo” (como utilizada na América Hispânica) manifestam a aversão do proferidor direcionada a nordestinos e peruanos (mestiços) respectivamente. Além disso, elas manifestam ainda a atribuição de uma propriedade avaliativa: “desprezível por ser nordestino” no primeiro caso e “desprezível por ser peruano” no segundo. Ao analisar o que é manifestado por meio do uso de injúrias, visibiliza-se porque devemos optar por um posicionamento normativo, *i.e.*, um posicionamento tal que, de acordo com ele, estados emocionais são sujeitos a normas de avaliação. Isso se dá porque o conteúdo expressivo revelado pelas injúrias apresentadas é certamente condenável em termos morais, em virtude de ninguém merecer ser tratado com repulsa pelo mero fato de ser membro de um grupo étnico ou cultural que é avaliado de maneira negativa pelo proferidor (como os nordestinos ou peruanos).

Por esse motivo, esta alternativa teórica revela-se como mais pertinente ao percebermos que a incorporação de tais normas é uma condição necessária para

garantir a refutabilidade do conteúdo expressivo e, desse modo, possibilitar a rejeição de comentários de teor racista, classista ou misógino. Assim, ao analisarmos as propriedades linguísticas de injúrias e pejorativos, encontramos boas razões para abandonar qualquer tipo de posicionamento subjetivista, já que posições deste tipo não fornecem um critério claro que permita rejeitar a imposição de um conteúdo (ou de uma perspectiva) derogatório(a) descabida.

Uma alternativa teórica ao subjetivismo é uma proposta que abraça a ideia de que os estados afetivos projetados por meio do proferimento de termos expressivos devam se submeter a normas objetivas de avaliação. A ideia não é nova, visto que Kaplan defende um posicionamento parecido, no qual estabelece uma divisão dos termos expressivos entre *objetivos* e *subjetivos*. Os primeiros são os voltados para o mundo, como “oops” ou “nossa!”, têm condições de uso factuais, como “acabei de presenciar um pequeno acidente” ou “estou surpreso”. Os segundos são voltados para o sujeito e revelam uma atitude avaliativa do mesmo (deixando a manifestação de estados subjetivos relegados a alguns casos específicos). Nesta abordagem, o uso do termo “chink” revela que o proferidor tem uma atitude avaliativa derogatória para com os chineses, e o uso do termo “mulherzinha” indica que o proferidor tem uma atitude avaliativa negativa em relação a mulher referida e provavelmente a outras mulheres que tenham o mesmo comportamento. Kaplan estabelece uma distinção entre revelar uma avaliação e uma aprovação, argumentando que o primeiro é um critério perfeitamente objetivo que pode ser exemplificado por meio do uso das injúrias étnico raciais e também dos termos pejorativos. Já o segundo se refere a alguns tipos de interjeições subjetivas que são tipicamente utilizadas pelas torcidas de futebol (ou de outros esportes) como “bu” e “hurra”. Nesta abordagem, no caso dos honoríficos, o conteúdo expressivo revelado se contrapõe ao das injúrias, visto que o conteúdo deles comunica a atitude de que o destinatário merece ser respeitado, o que é um critério de avaliação objetivo que dificilmente poderia ser questionado como sendo uma noção subjetiva (Kaplan, 1999, 14)⁴⁴. No caso das atitudes, parece não haver problemas em lhes atribuir normas de avaliação objetivas. Para os honoríficos, por exemplo, seu proferimento será apropriado se, e somente se, houver uma distância social na hierarquia na qual pertencem os

⁴⁴ No caso das injurias o conteúdo é a atitude de desprezo, ou que a pessoa referida não merece ser respeitada.

interlocutores, mas como estabelecer normas objetivas de avaliação para estados emocionais? Considere o seguinte exemplo:

(1) O desprezível Trump ganhou as eleições.

No enunciado apresentado, o termo “desprezível” será expressivamente inapropriado se o estado emocional externado, a saber, o de raiva, for injustificado. Para determinar em que situação o estado emocional se justifica, podemos tentar estabelecer as condições de adequação do estado emotivo. No entanto, precisamos compreender que muitos estados emocionais não podem ser enquadrados nestes moldes. A ideia é que nos aproximemos de um critério com o intuito de evidenciar que, mesmo sendo difícil, não é impossível especificar quando um determinado estado emocional é adequado. A intuição é que, se eu chamar alguém de “desprezível”, eu devo possuir razões objetivas que justifiquem o uso do termo.

No caso do enunciado apresentado, o estado emocional de raiva será apropriado se, e somente se, a conduta de Trump em relação ao processo eleitoral for inapropriada.⁴⁵ Neste caso, ao compilar as informações disponíveis, vemos que foram quebradas as regras do processo eleitoral democrático nas eleições estadunidenses de 2016, uma vez que Trump propagou notícias falsas e recebeu ajuda estrangeira. Isso determina como correta a adequação do estado emocional revelado pelo proferidor, por este respeitar as normas objetivas de avaliação. Neste ponto, entende-se que há outros motivos que poderiam provocar o mesmo estado emocional, tais como a arrogância que Trump demonstra em seu comportamento, sua excessiva fama televisiva ou seu narcisismo. Mas estes motivos são irrelevantes, pois não se enquadram na condição de avaliação.⁴⁶ É importante ter em mente que há outros sentidos em que os estados emocionais podem ser considerados inapropriados, tais como possuir determinadas razões morais para não externar determinada emoção, ou talvez até ser movido por prudência (escolher melhor não possuir um estado emocional por fins práticos). Mas isto é diferente de quando afirmamos que o estado emocional é inadequado (*unfitting*), ou seja, quando

⁴⁵ Para que o exemplo funcione, devemos supor que a única informação que o proferidor tem é a de que Trump foi candidato a presidente.

⁴⁶ A maneira de determinar quais motivos se enquadram na condição de avaliação parece um pouco *ad hoc*, mas a ideia é mostrar como é factível que tais condições de avaliação possam existir.

é apresentando o objeto formal da emoção como possuindo uma característica avaliativa incorreta. A noção de adequação requerida deve ser compreendida num sentido não moral e normativo, uma vez que apenas desta forma podemos garantir a refutabilidade do estado emocional, o que, por sua vez, permite uma saída para explicar a noção de desacordo expressivo.

No exemplo utilizado, o fato de Trump ter ganhado a eleição por meios duvidosos é representado pela raiva do proferidor ao ser confrontado com essa situação injusta. Alguém que julgue que na política vale tudo, não considerará a mesma situação como injusta, podendo confrontar a adequação do estado emocional de raiva para este fato específico. Porém, a diferença se encontra no fato de que os sujeitos defendem teorias de valores distintos. Segundo o primeiro, a dimensão política deve respeitar os princípios democráticos, pois estes têm valor, e para o segundo, em política “vale tudo”.

Como foi apresentado, nos modelos semânticos de Potts este dilema nem se coloca, dado que é impossível tentar negar uma ocorrência mental a qual não temos acesso privilegiado. Nesta visão, o proferidor sempre será a autoridade que determina a adequação de seus proferimentos e, por este motivo, os expressivos não requerem nenhuma informação contextual para garantir a felicidade do proferimento. No entanto, esta tese foi refutada por Cepollaro, Domaneschi e Stojanovic (2020) em um artigo no qual eles apresentam um estudo empírico que mostra como a aceitabilidade do uso dos termos expressivos é sensível à informação de consenso entre os interlocutores, em um grau muito maior do que no caso dos termos descritivos. A tese defendida mostra que os termos expressivos estabelecem restrições contextuais, dado que devem preencher certos requisitos para que sua admissibilidade não seja questionada. A explicação para isso é que o proferimento de enunciados expressivos sem nenhuma informação de consenso que possa ser relacionada ao proferimento cria um desentendimento entre os interlocutores, dado que o ouvinte não possui razões suficientes que justifiquem a utilização de um termo pejorativo por parte do falante.

4.4. Uma abordagem normativa para o conteúdo semântico dos expressivos

Um ponto importante que deve ser esclarecido na presente tese diz respeito à natureza do conteúdo expressivo. Sabemos que, na visão de Potts, tal conteúdo está relacionado aos estados emotivos do proferidor. No entanto, como foi apresentado na introdução, essa abordagem não é capaz de explicar uma série de fenômenos que se colocam ao proferir tais termos. Podemos utilizar a injúria étnico-racial “paraíba” para mostrar a diferença entre uma abordagem subjetiva e objetiva. Se alguém profere:

(2) Márcio é um paraíba.

O conteúdo não vero condicional pode ser representado através de pelo menos duas leituras. Por um lado, a interpretação subjetiva, centrada no falante, informa-nos especificamente sobre suas crenças em relação ao povo nordestino. Por outro, temos uma interpretação objetiva, cujo foco é o grupo referido, a saber, o povo nordestino. Considere:

i. Interpretação subjetiva do conteúdo expressivo:

(2.a) O proferidor acredita que os nordestinos são ruins por serem nordestinos.

ii. Interpretação objetiva do conteúdo expressivo:

(2.b) Os nordestinos são ruins por serem nordestinos.

Diante desta distinção, encontramos uma dificuldade em isolar completamente as interpretações, dado que uma das leituras pode ser inferida a partir da outra. Ou seja, comunicar que os nordestinos são ruins por serem nordestinos permite inferir que o proferidor possui tal crença. No sentido contrário, se alguém diz acreditar que nordestinos são ruins, o ouvinte pode inferir que seu interlocutor quer na verdade falar dos nordestinos. No entanto, a escolha de uma das opções em vez da outra repercute em como devemos explicar a noção de falha (*failure*). Sabe-se que o conteúdo não vero condicional dos termos expressivos estará correto se, e somente se, o conteúdo implicado ou pressuposto (por nomear

algumas teorias semânticas) estiver correto. A partir disso, dependendo de qual interpretação do conteúdo expressivo foi adotada, obteremos diferentes resultados em relação à falha do proferimento (*fails*).

Por um lado, temos a interpretação subjetiva do conteúdo expressivo, a qual pressupõe condições de adequação que dependem dos estados subjetivos do proferidor. Esta visão foi adotada por Schlenker em seu artigo “Expressive Presuppositions” (2007), no qual o autor formalizou as condições de uso para a injúria étnico-racial “*honky*” num contexto (c) e num mundo (w):

[[*honky*]] (c)(w) \neq # iff the agent of c believes in the world of c that white people are despicable. If \neq #, [[*honky*]] (c)(w) = [[*white*]] (c)(w)” (Schlenker, 2007, p. 237)⁴⁷

Em sua proposta, o conteúdo não vero-condicional codificado na injúria pode ser representado por meio de uma pressuposição, cujo conteúdo pressuposto será feliz se, e somente se, o proferidor do contexto endossar o sentimento de desprezo no momento do proferimento. Logo, o proferimento só falhará (será infeliz) se, no momento do proferimento, o proferidor não tiver a crença externada expressada para com os caucasianos (ou pessoas brancas).

Por outro lado, a interpretação objetiva é adequada se o conteúdo não vero-condicional estiver correto, mas não está claro se realmente há alguma circunstância em que dizer que nordestinos são ruins por serem nordestinos consiste em um proferimento apropriado. A questão diz respeito a como poder estabelecer se a avaliação comunicada pela injúria é correta. Cepollaro defende que a resposta depende fundamentalmente da teoria de valores que determinado indivíduo favoreça, sendo a questão de definir quando uma avaliação está correta um assunto que se restringe ao campo da ética (Cepollaro, 2017, p. 56). Uma solução possível para definir um critério de adequação para o conteúdo objetivo dos expressivos foi apresentada por Yablo (2006), que estabelece uma distinção entre falhas catastróficas e não catastróficas. Em sua visão, uma pressuposição não catastrófica é o fenômeno de poder afirmar um conteúdo avaliativo mesmo pressupondo uma

⁴⁷ Pode-se ler a fórmula da seguinte forma: O termo “*honky*” avaliado a respeito do mundo w , num contexto c , não induz a uma falha na pressuposição se, e somente se, o agente de c acredita no mundo em que pessoas brancas são desprezíveis.

falsidade (Yablo, 2006, p. 164). O ponto crucial é a compreensão do conteúdo, mesmo quando a avaliação não é endossada pelo ouvinte. Considere:

(3) Lula é um paraíba.

(4) Zeca Pagodinho é um paraíba.

Considerando ambos os enunciados, um ouvinte poderá compreender sem problemas o conteúdo tanto de (3) quanto de (4), mesmo que não compartilhe da avaliação preconceituosa expressada para com o povo nordestino por meio do termo “paraíba”. Além disso, ele poderá distinguir que a incorreção dos enunciados se dá por motivos diferentes. Se se faz o exercício de bloquear o conteúdo expressivo e se assume o valor semântico de sua contrapartida neutra, *i.e.*, “nordestino”, compreender-se-á que o primeiro enunciado é verdadeiro, porém “com pressuposições erradas”, ou talvez verdadeiro, mas formulado de uma forma censurável (Cepollaro, 2017, p. 58). No caso do segundo enunciado, este parece ser falso e, além disso, comunicar uma pressuposição errada, dado que Zeca pagodinho nasceu em Irajá e morou sua vida toda no Rio de Janeiro.

Sendo apresentadas ambas as interpretações em relação ao conteúdo semântico dos expressivos, defenderei que a interpretação psicologista não permite esclarecer as diversas funções desempenhadas por estes termos ao serem utilizados em nosso dia a dia. Para exemplificar este ponto, podemos utilizar as expressões pejorativas empregadas para denegrir as mulheres, como “mulherzinha”, “*mujerzuela*”, “piriguete” ou “puta”, as quais, segundo a abordagem subjetivista, permitem ao proferidor manifestar seu ódio profundo para com as mulheres em geral e, mais especificamente para aquelas que não tenham um comportamento considerado pelo proferidor como socialmente adequado. Tal interpretação é problemática, pois obscurece precisamente o que há de errado ao proferir tais termos, uma vez que dificulta a possibilidade de compreender o fenômeno da misoginia (no exemplo dos termos citados) ao reduzi-lo a um assunto privado de crenças particulares de alguns indivíduos⁴⁸. Dessa forma, uma abordagem subjetivista restringe a interpretação de fenômenos que possuem uma estrutura

⁴⁸ Neste caso, por utilizar termos pejorativos empregados para expressar ódio para com as mulheres, o fenômeno que acaba sendo obscurecido é o da misoginia. Mas caso se use injúrias étnico-raciais ou socioeconômicas, o fenômeno obscurecido é o do racismo ou do classismo.

complexa, como o racismo, a misoginia ou o classismo, ao desviar o foco do problema e direcioná-lo ao indivíduo que possui algum tipo de anomalia. Oculta-se assim a verdadeira dimensão do problema, que envolve fatores sociais, culturais e políticos, e invisibiliza-se a estrutura por trás do fenômeno, à qual pertence o sujeito que sustenta esse tipo de comportamento. Uma consequência indesejada dessa abordagem é que, ao tentar esclarecer fenômenos complexos tais como o racismo, o classismo ou a misoginia (conforme já ilustrado), ela acaba deixando as vítimas fora do alcance do fenômeno. No caso da misoginia, por exemplo, uma abordagem subjetivista “oferece o risco de tornar a misoginia epistemologicamente inacessível às mulheres” (Manne, 2017, p. 44); o que dificulta tanto a formulação de críticas quanto a criação de novas formas de prevenção.

A abordagem subjetiva de Potts tampouco consegue explicar o poder incitativo que possuem os termos derogatórios ao focar-se exclusivamente no que acontece no nível do proferimento. Desta forma, ela consegue explicar muito bem o uso de termos derogatórios como armas verbais na situação do proferimento, dado que o sujeito esvazia seu ódio ou raiva por meio do proferimento de enunciados expressivos que são afetivamente carregados. No entanto, o uso de termos derogatórios como armas verbais têm um poder devastador que vai para além da situação do proferimento. Esta propriedade foi denominada por Jeshion (2018, p. 87) como “o poder normativo transpersonal das injúrias”: a ideia é que estes termos têm a capacidade de impor uma forma de ver o mundo, motivando outros a pensarem e agirem de maneira intolerante. Desta forma, o uso desses termos contribui para a propagação de condutas intolerantes para com o alvo das injúrias.

A explicação do poder incitativo das injúrias é dada pelo conteúdo que é codificado no termo, em virtude de seu significado convencional; além do conteúdo descritivo compartilhado por sua contrapartida neutra. Tal conteúdo pode ser representado como uma avaliação negativa (e.g. a característica de ser desprezível ao termo “paraíba”, por razão de ser nordestino), sendo este conteúdo aplicado ao alvo individual da pejoração. Além de expressar um conteúdo derogatório, o uso de injúrias incentiva uma forma de pensar identitária de acordo com a qual é permitido oprimir as vítimas. Este fenômeno dificilmente poderia ser explicado nos moldes de um subjetivismo, uma vez que a mera externalização de estados emocionais não permite explicar a propagação de formas intolerantes de pensar.

Isto se torna ainda mais evidente ao considerarmos que a maioria das expressões derogatórias acontecem em ambientes de camaradagem e longe dos ouvidos dos alvos, sendo possível imaginar um cenário em que uma injúria fosse criada sem nunca ser utilizada para hostilizar algum membro do grupo alvo. Um exemplo seria o caso de uma reunião descontraída de fanáticos racistas durante a qual são proferidas injúrias raciais sem que nenhum sujeito do grupo alvo esteja presente. Neste caso, é simples imaginar que o proferimento das injúrias não precisa ser acompanhado de nenhum estado emocional, mas, mesmo assim, nossa intuição é que foram realizados atos derogatórios.

O primeiro teórico a formular a objeção normativa foi Williamson (2009), ao defender que, se os termos derogatórios revelaram meramente o estado emocional do proferidor, este fato não é suficiente para explicar porque devemos desafiar o intolerante que profere uma injúria (impugnação). O motivo é que neste tipo de posicionamento o conteúdo revelado (raiva, ódio) seria um problema exclusivo do proferidor. A abordagem subjetivista enfrenta problemas em explicar também porque esses termos são fonte de complicidade e desconforto por parte dos ouvintes quando são proferidos. Por este motivo, este tipo de proferimento gera nas pessoas que não compartilham o conteúdo derogativo uma inclinação motivacional a se afastar publicamente desse tipo de postura preconceituosa, e de se posicionar contra ela. Mas o que devemos compreender quando afirmamos que os expressivos possuem propriedades normativas? Algo tem propriedades normativas se o fato de as possuir implica que uma ação, atitude ou estado mental é justificado. No caso das injúrias, o caráter normativo é evidenciado pelo estado atitudinal em que *deveríamos* estar para com o alvo da pejoração. A objeção normativa defende que os termos derogatórios implicam um conteúdo objetivo, fato que permite explicar porque os proferimentos derogatórios *devem* ser impugnados, uma vez que este conteúdo comunicado sempre será falso.

Desse modo, na proposta de Williamson há uma mudança no foco da questão: dos sentimentos do proferidor para o conteúdo semântico implicado (no sentido de Grice) pelo termo, reconhecendo que só devemos impugnar o conteúdo da injúria, dado que o sentimento de repulsa do proferidor dificilmente pode ser contestado. Por esse motivo, quando o ouvinte presencia um proferimento derogatório expressando um conteúdo não endossado por ele, ele tende a se dissociar exclusivamente do conteúdo objetivo e não da inferência de que o proferidor

acredita naquele conteúdo, sendo possível uma réplica do tipo “Ei, peraí, você parece estar assumindo que...”. Este posicionamento objetivo em relação ao valor semântico dos expressivos também elucida porque, ainda que seja óbvio que alguém não possui crenças racistas, classistas ou misóginas e profere por engano um termo derogatório, sentimo-nos obrigados a questionar seu proferimento e tomar o tempo de explicar o que há de errado com o proferimento desse tipo de termo – agiríamos dessa maneira com um sujeito que está aprendendo um novo idioma. Na proposta de Williamson, o conteúdo expressivo é configurado por meio de uma implicatura convencional cujo conteúdo avaliativo é julgado de forma independente do conteúdo em questão (*at-issue content*), esclarecendo qual é a contribuição não vero-condicional do conteúdo semântico da expressão “*boche*”, utilizada por franceses durante a segunda guerra mundial para se referir aos soldados do exército alemão.

A implicatura que ‘Boche’ carrega não é meramente sobre o estado psicológico do falante. Em particular, o que é implicado não é meramente que o falante acredita que alemães são cruéis; tal implicatura pode muito bem ser verdadeira. Quando uma pessoa usa a palavra ‘Boche’, pode-se legitimamente pedir para ela retirar a implicação anti-alemã; mas se estiver claro, como pode muito bem estar, que ele acredita que os alemães são cruéis, então é dificilmente legítimo pedir para essa pessoa retirar a implicação de que ele tem essa crença.⁴⁹

Numa abordagem normativa do conteúdo semântico dos expressivos, proferimentos como “aquele safado do Moro se beneficiou com seus julgamentos”, cumpre a função de atribuir propriedades objetivas ao Moro, caracterizando-o especificamente como alguém cínico e desavergonhado por ter se beneficiado das próprias decisões judiciais. A norma implicada pelo termo é que o sujeito deve ser avaliado pela comunidade como um sujeito desprezível, e não guarda relação direta com estados emocionais de raiva ou aversão que o falante poderia possuir para com o Moro (embora estes possam ser inferidos do proferimento). Esta forma de caracterizar o conteúdo semântico dos expressivos permite elucidar porque estes termos parecem possuir um caráter performativo mesmo em casos em que fica evidente que o proferidor não tem a intenção de fazer um comentário

⁴⁹ “The implicature that ‘Boche’ carries is not merely about the speaker’s psychological state. In particular, what is implicated is not merely that the speaker believes that Germans are cruel; such an implicature might well be true. When someone uses the word ‘Boche’, one can legitimately ask him to withdraw the anti-German implication; but if it is clear, as it may well be, that he does believe that Germans are cruel, then it is hardly legitimate to ask him to withdraw the implication that he has that belief”. Williamson, 2009, p. 151.

preconceituoso. Esse fato pode ser explicado através da norma de avaliação que é codificada no termo, a qual justifica que o destinatário mereça ser desprezado por possuir tais propriedades descritivas.

4.5.

Uma nova proposta para o valor semântico dos expressivos

Na presente seção será apresentada uma nova proposta para caracterizar o valor semântico dos expressivos. Embora a análise da função que desempenham os termos derogatórios sob uma perspectiva normativa tenha poder explanatório e permita compreender diversas questões em relação à contribuição semântica dos expressivos – virtudes não possuídas pelos modelos de Potts –, ela não leva em consideração a conexão que esses termos entretêm, a meu ver, com a ontologia social.

Na minha proposta, o conteúdo semântico dos expressivos (excluindo o caso das interjeições⁵⁰), é fundado em princípios hierárquicos. Por esse motivo, os expressivos podem ser vistos como dispositivos linguísticos úteis para sinalizar nosso lugar nas diferentes estruturas sociais nas quais coabitamos. Esta forma de se posicionar sobre o valor semântico dos expressivos é fundamentada em quatro *insights* que podem ser resumidos assim:

i. A visão de Kaplan de que o uso de honoríficos permite realizar um tipo de comportamento socialmente reconhecido como prestar respeito (*pay respect*);

ii. A ideia apresentada por Potts (2005) de que epítetos, pejorativos e injúrias podem ser interpretados como anti honoríficos;

iii. O conteúdo expressivo permite criar um distanciamento ou uma aproximação, estabelecendo qual é o nosso lugar em relação aos outros nas hierarquias sociais das quais fazemos parte (família, universidade, partido político, estado, etc.);

⁵⁰ No caso das interjeições, sabe-se que há casos em que o conteúdo da interjeição é fático como em "oops", mas há outros casos em que parecem expressar uma atitude conativa e dificilmente poderiam indicar a posição hierárquica de um indivíduo em uma determinada estrutura social.

iv. Muitos de nossos comportamentos respondem ao, ou são justificados pelo lugar que ocupamos em uma estrutura maior, *i.e.*, as diferentes estruturas sociais que coabitamos.

O primeiro desses *insights* diz respeito à intuição apresentada por Kaplan de que os expressivos possuem características que lhes permitem representar seu conteúdo por meio de um comportamento. Mais especificamente, ao serem proferidos, os honoríficos permitem mostrar (*show/display*) nosso respeito, algo essencialmente diferente do ato de fala de declarar que se tem respeito por alguém. A distinção se dá pelo fato de que, no primeiro caso, ao se mostrar respeito por meio de um honorífico, realiza-se um tipo específico comportamento socialmente definido como o fato de *prestar respeito* (*pay respect*), sendo a sinceridade de tal comportamento irrelevante (Kaplan, 1999, p. 16). Por esse motivo, segundo Kaplan, os honoríficos são a moeda de troca por meio da qual expressamos publicamente o nosso reconhecimento social, dado que suas propriedades linguísticas lhes permitem mostrar (*show*) um conteúdo, sem ter que asserti-lo (*state*) de forma explícita. Estas demonstrações de respeito resgatam a ideia original de que há algum tipo de especificidade encapsulada nesse tipo de termo, a qual tem origem no modo diferenciado em que eles conseguem comunicar seu conteúdo ao revelar um comportamento que se encaixa numa estrutura maior e que se retro-alimenta por este tipo de interação. Desta forma, além de prestar respeito, tais termos permitem honrar, considerar, reverenciar e valorizar publicamente os alvos de nossos proferimentos. Por este motivo, uma análise semântica dos expressivos revela as ligações que estes termos possuem com outras áreas da filosofia, como, por exemplo, a ontologia e metafísica sociais, uma vez que através de tal análise compreendemos que seu uso equivale a realizar um tipo de comportamento valorativo fundamental para nossas interações sociais. Este tipo de comportamento pode ser compreendido como aceitar a estrutura hierárquica que está acima do indivíduo. Sobre este ponto, vejamos o que o próprio Kaplan tem para dizer:

Então há uma série de argumentos interessantes sobre porque as expressões que carregam informação expressivamente (ao invés de só dizer “Ah, eu te respeito. Eu te respeito e eu sempre vou te respeitar, eu te respeito de manhã e assim por diante”), sabe, não funcionam do jeito que certos comportamentos que exibem respeito

[funcionam]. Quero dizer, não só diga que me ama. Sabe, me mostre, me mostre como diz a música. Não é? OK.⁵¹

O segundo *insight* diz respeito a como epítetos, termos pejorativos e injúrias podem ser vistos como a contrapartida negativa dos honoríficos. Se estes últimos permitem atribuir respeito, e aceitar uma determinada hierarquia, os primeiros são úteis para impor uma hierarquia com o propósito de subordinar ao alvo. Nesta forma de interpretar o conteúdo dos expressivos, assim como os honoríficos permitem honrar ao destinatário, os epítetos, termos pejorativos e injúrias étnico-raciais permitem desonrar o alvo do proferimento, mostrando-o como socialmente inferior e, por este motivo, como recipiente apropriado para maus tratos. Deste modo, estes termos funcionam como a contrapartida avaliativa dos honoríficos permitindo desvalorizar, rebaixar, desonrar e desacreditar, ao cumprirem a função (quando são bem sucedidos) de gradualmente destruir a valoração social do indivíduo alvo, i.e., desumanizá-lo. Nesta abordagem, ao utilizar uma injúria étnico racial, o falante indica sua adesão a uma forma de pensar derogatória sobre determinado grupo *G* como um todo, na qual o propósito é classificar algo como inferior em ordem de valor para com outro ou outros, i.e., subordinar. Nesta visão, quando o interlocutor tenta impugnar o conteúdo expressivo, sua tentativa guarda relação com o ato de desconsiderar o ordenamento que o proferidor tenta impor no referente. Ao atribuir respeito e desonra por meios expressivos, revelamos quem são as pessoas que consideramos como merecedoras de respeito, revelando por meio dessas expressões com quem estamos ou não alinhados. Neste aspecto, os expressivos são itens lexicais especiais, pois seu uso ajuda na construção de nossa realidade consensual, revelando por meio de proferimentos como avaliamos as pessoas, instituições, situações e o mundo, segundo o que honramos ou desonramos. Neste aspecto, pode-se afirmar que o proferimento de enunciados expressivos permite evidenciar a nossa perspectiva moral, dado que implicitamente revelamos o conjunto de crenças que adotamos como sendo “o certo” ou “o correto”, um *ethos* em relação ao qual certas coisas têm valor para nós ou não (Cepollaro, 2017, p. 12). Nesta abordagem a emoção que pode ser revelada por meio do uso do termo cumpre uma função

⁵¹ “So there’s a series of interesting arguments as to why the expressions which carry information expressively, rather than just saying “Oh, I respect you. I respect you and I’ll always respect you, I’ll respect you in the morning, and so on”, you know, don’t work in the way in which certain behaviors that display respect [work]. I mean, don’t just tell me you love me. You know, show it, show me as it says in the song. Right? OK.” Kaplan, 1999, p. 16.

secundária, por não ser parte do valor semântico da expressão. Mas a noção de atitude cumpre um papel importante, pois é encarregada de assinalar qual é o tipo de posicionamento (a saber, distanciamento ou aproximação) a respeito do qual nos manifestamos publicamente (*standing*) por meio de um ato linguístico. Nesta abordagem, a derrogação pode ser explicada ao impor um distanciamento entre os interlocutores em relação às posições que estes ocupam na hierarquia social; ao assinalar que não estamos alinhados, ou no mesmo nível, que os membros de *G* e, portanto, que estes não possuem o mesmo valor que nós (Camp, 2013, p. 338). Deste modo, o proferidor se aproveita de relações de poder estruturantes entre grupos para se aproximar dos grupos dominantes.

Vale a pena ressaltar, que os pronomes de tratamento evidenciam por excelência a ideia de que o significado não vero condicional dos expressivos pode ser compreendido nestes termos, uma vez que permitem estabelecer uma determinada distância ou aproximação social entre os interlocutores. Manifesta-se neste ponto o caráter performativo que os expressivos possuem: de não descrever uma situação, mas de, por meio da performance de um ato linguístico, criar um determinado estado de coisas, *i.e.*, uma distância social específica.

O último *insight* necessário para compreender a minha proposta em relação ao valor semântico dos expressivos diz respeito à noção de estrutura social. Mais especificamente, trata-se da influência que estas estruturas possuem na explicação do comportamento dos indivíduos ao lhes outorgar obrigações, benefícios e possibilidades segundo o *status* que cada sujeito ocupa em uma determinada hierarquia social. Para desenvolver esta ideia utilizarei a proposta apresentada por Haslanger (2016) que analisa o vínculo entre ontologia social e estruturas sociais. Nesta abordagem, as estruturas sociais cumprem as seguintes funções:

- a) Elas são invocadas em explicações estruturais;
- b) Elas nos permitem identificar e criticar injustiça estrutural;
- c) Elas fornecem o contexto para a agência humana (*human agency*);
- d) Elas são, em certo sentido e certo grau, constituídas por relações entre indivíduos. (Haslanger, 2012, p. 2).

Na visão de Haslanger, as estruturas sociais abarcam tanto fenômenos sociais profundos, como o sistema de emprego remunerado, quanto outros mais simples de

identificar tais como a estrutura social de uma universidade, igreja ou corporação. Podemos compreendê-las como entidades complexas cujo comportamento é restringido pela interação que há entre suas partes (Haslanger, 2016, p. 6). As estruturas são fenômenos interessantes, dado que permitem identificar a posição de um indivíduo num sistema maior, permitindo explicar o comportamento de um determinado sujeito a partir do funcionamento das estruturas das quais ele faz parte. Tais estruturas restringem o comportamento dos indivíduos por meio de normas que estabelecem, segundo o *status* que possuímos numa determinada hierarquia, o que é apropriado ou não fazer. Nesta abordagem, as normas estruturais adquirem seu poder por meio das atitudes que os indivíduos sustentam em relação a elas. A incorporação da noção de estrutura social permite nos aproximar de uma melhor forma do fenômeno linguístico da derrogação, ao enxergarmos que todo ato derogatório vai para além dos interlocutores, uma vez que estes ocupam a posição de nodos numa estrutura maior. Na minha proposta, o proferimento de termos expressivos, ao manifestar respeito, serve para manter uma realidade consensual que é fundada nas estruturas sociais das quais os indivíduos fazem parte. Porém, o proferimento de termos expressivos possibilita também a criação de novas relações sociais ao nos permitir manifestar insubordinação, *i.e.*, mostrar que não respeitamos a ordem estabelecida por determinada estrutura. Para explicar este ponto de forma mais detalhada, no capítulo quinto será apresentado em detalhe como esta proposta em relação ao valor semântico dos expressivos se encaixa na teoria da realidade social defendida por Searle.

5 Significado expressivo: da linguística à ontologia social

5.1. Introdução

Um dos paradoxos que chamou a atenção de filósofos interessados em compreender como se configura a realidade social diz respeito a uma classe de fatos que podemos classificar como objetivos, mas que dependem necessariamente de um acordo coletivo subjetivo. Assim, fala-se com naturalidade de dinheiro, propriedade, instituições, graus acadêmicos, matrimônios e divórcios, mas não se enxerga a estrutura subjacente (e muitas vezes invisível) que constitui e possibilita esta realidade ontológica. Neste tópico, denominado pelos teóricos como *ontologia social*, destaca-se o trabalho de Searle (1995). Searle sistematizou as principais noções linguísticas que configuram e possibilitam a construção de nossa realidade social, permitindo-nos expandir nossa compreensão do fenômeno. Sua proposta teórica é notória por esclarecer como fatos sociais objetivos (em uma perspectiva epistêmica) possuem um caráter ontológico subjetivo sem que isso gere algum tipo de contradição.

Na fundamentação de sua teoria, Searle atribui à linguagem uma função constitutiva, uma vez que ela cumpre o papel essencial de possibilitar a criação dos fatos que configuram a realidade social. Para atingir tal objetivo, ele incorporou a teoria dos atos de fala de Austin (1962), já que esta fornece as distinções conceituais necessárias para esclarecer como um mero ato linguístico pode criar uma nova realidade factual. Nesta ponte entre as duas teorias, Searle atribui ao ato de fala da declaração a capacidade de manter e modificar as nossas relações sociais outorgando ao indivíduo, por meio da própria realização desse ato linguístico, certas funções de status (*status function*) cuja finalidade é modificar sua realidade deôntica. Desse modo, um novo status outorga ou impõe (dependendo da natureza da função) direitos e obrigações segundo a posição específica que é designada ao

indivíduo nas diversas estruturas sociais das quais ele faz parte (enquanto marido, cidadão, professor, réu, etc).

No final do quarto capítulo, argumentei que uma interpretação correta do valor semântico de alguns membros dos expressivos, como injúrias, epítetos, honoríficos e pejorativos, deve levar em consideração a estrutura social na qual um determinado enunciado expressivo encontra-se inserido. Isso se explica pelo fato das estruturas permitirem identificar a posição do indivíduo como nodo⁵² num sistema maior, possibilitando que seu comportamento seja explicado por meio do funcionamento das estruturas das quais faz parte. Esta perspectiva facilita a compreensão de fenômenos complexos envolvidos no uso de expressivos, tais como os fenômenos da derrogação, do silenciamento e da apropriação.

Nesse ponto, é estabelecida uma ponte teórica entre a ontologia social e a linguagem expressiva, a qual é fundada na tese de que os termos expressivos têm a capacidade de modificar as funções de status (*status function*) dos indivíduos. Por exemplo, o fenômeno da derrogação pode ser explicado ao observarmos que o uso dos termos expressivos aplica uma função a um indivíduo, cujo status é então modificado de forma impositiva, podendo ser representado por algo do tipo “você conta como um tal e tal para mim”⁵³ (Tirrell, 2012). Porém, é importante lembrar que a designação da função também pode representar um valor positivo, como ocorre quando alguém utiliza o honorífico “mestre”, por exemplo. Nesta situação, a função outorgada equivale a se comprometer com algo do tipo “Você conta como mestre para mim”, ao mesmo tempo em que se mostra respeito e subordinação em relação à estrutura hierárquica na qual o mestre insere-se. Um caso histórico que ilustra como a linguagem expressiva possui propriedades que servem para manter e modificar as interações entre os indivíduos que fazem parte de uma sociedade remete a época da revolução russa. Uma das primeiras medidas adotadas pelos bolcheviques ao tomar o poder foi a eliminação de todos os títulos honoríficos como “zar” ou “duque” por entenderem que estes dificultavam o processo de coesão social ao estabelecer hierarquias indesejadas responsáveis pela estratificação da sociedade. Para resolver o problema, passou-se a utilizar o termo genérico “*tovarish*”, que possui um significado equivalente ao termo “camarada” utilizado

⁵² A noção de nodo é utilizada aqui para representar cada um dos pontos de origem das distintas ramificações de um esquema ou representação gráfica em forma de árvore.

⁵³ No original: “You count as a so-and-so here.”

durante a revolução francesa. Desse modo, o uso do termo, além de expressar adesão à causa revolucionária, cumpria a função de diminuir as diferenças entre classes, encurtando a distância social entre nobres e trabalhadores. A medida adotada tinha como propósito eliminar a divisão ontológica gerada pelos termos expressivos anteriormente utilizados, ao se entender que o termo “*tovarish*” servia para construir uma identidade de grupo, um “nós” que se fortalecia cada vez que a expressão era proferida.

No presente capítulo serão apresentadas as distinções mais importantes da ontologia social de Searle. Para isso, explicarei como Searle consegue estabelecer uma ponte com a teoria dos atos de fala de Austin, ao considerar a noção de ato ilocutório declarativo essencial para o desenvolvimento da sua teoria. Posteriormente, será esclarecida a noção-chave da ontologia social de Searle, visto que ela permite a criação da realidade social; a saber, a função de status, explicando como esta se encontra interligada à noção de intencionalidade coletiva, a qual cumpre um papel fundamental em garantir que o conteúdo do ato declarado seja o caso. Na segunda parte do capítulo, veremos como a linguagem expressiva se encontra vinculada à ontologia social, mais especificamente, como este tipo de termos permite alterar a função de status de indivíduos quando seu conteúdo passa a ser aceito de forma coletiva. Para isso, tentarei explicar de que modo as posições sociais (*social roles*) de um determinado falante incidem nos papéis discursivos (*discourse roles*) dos interlocutores e *vice versa*. De acordo com essa abordagem, o uso de termos expressivos impõe um conteúdo normativo, o qual acaba favorecendo certos grupos em detrimento de outros ao permitir que aqueles adquiram mais poder. Para finalizar, argumentarei que a linguagem expressiva autoriza a realização de ações não linguísticas. Isto pode ser explicado, a meu ver, pelo fato de que o uso de termos expressivos, além de modificar as crenças e autorizar certas inferências por parte dos interlocutores, permite a realização de ações diretamente vinculadas ao conteúdo codificado pelo termo.

5.2. Investigando a ontologia social de Searle

A teoria social apresentada por Searle é baseada na identificação de dois sentidos por meio dos quais a distinção objetiva-subjetiva dos fatos é sustentada.

De um ponto de vista epistêmico, podemos distinguir entre fatos objetivos, tais como o fato da Copa do Mundo de Futebol de 1970 ter ocorrido no México, e subjetivos, como o fato de Pablo Neruda ter sido um melhor poeta que Fernando Pessoa. De um ponto de vista ontológico, a mesma distinção remete a modos de existência distintos. Por um lado, temos objetos ontologicamente objetivos, cuja existência não depende de estes serem vivenciados por indivíduos, tais como o morro da Urca, o rio Amazonas ou o SARS-CoV-2. Por outro lado, temos os objetos ontologicamente subjetivos, cuja existência depende de um reconhecimento coletivo, tais como o dinheiro, a propriedade ou as instituições. Levando em consideração estas distinções, podemos enxergar a possibilidade de uma afirmação ser epistemicamente objetiva ao versar sobre um domínio ontologicamente subjetivo.⁵⁴ A solução do paradoxo é dada pela noção de intencionalidade coletiva, entendida como a capacidade mental que possui determinada comunidade de compartilhar crenças, desejos e intenções, possibilitando, por meio da aceitação destas, o engajamento em comportamentos cooperativos. Desse modo, não há problema em se afirmar enunciados epistemicamente objetivos que dependam de fatos ontologicamente subjetivos, tais como “ele é professor da universidade de Oxford” ou “eu sou cidadão brasileiro”, pois a objetividade dos fatos ontologicamente subjetivos se dá por aceitação coletiva implícita.

Para esclarecer os mecanismos que permitem a configuração da nossa realidade social, Searle incorporou à sua teoria algumas distinções que vêm da teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1962). Austin foca sua contribuição filosófica na dimensão performativa da linguagem, desenvolvendo, por meio da noção de ato ilocutório, uma teoria que permite esclarecer como, em certas circunstâncias, *dizer é fazer*. Para isso, ele identificou uma ação intermediária entre o ato linguístico de proferir certas palavras através de uma sentença e o efeito que tais palavras têm na audiência.

A primeira questão foi estudada pela filosofia da linguagem clássica, a qual investiga a ligação entre o significado da proposição expresso numa determinada sentença e o conceito de verdade; a segunda é o objeto de estudo da pragmática, que examina a relação entre o significado da sentença e o seu uso. O estudo dos atos ilocutórios constitui a base do que hoje conhecemos sob o apelido de *teoria*

⁵⁴ Searle apresentou estas ideias em uma palestra na Universidade de Oslo no ano de 2011, disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=PESRS1EXfQA&t=431s>.

dos atos de fala. A ideia norteadora desta teoria é que a linguagem, além de descrever a realidade, possibilita a realização de ações linguísticas. A partir desta nova interpretação, a linguagem começa a ser enxergada como um fenômeno que, além de ter a função representativa de descrever estados de coisas no mundo cuja existência independe da própria linguagem, possui a capacidade de gerar novas realidades ontológicas. Num primeiro momento, a teoria era focada na distinção e classificação dos atos de fala realizados por meio de proferimentos linguísticos. Depois disso, passou a descrever a estrutura normativa que rege cada um desses atos por meio de uma classificação das condições de sucesso necessárias para o uso de cada um deles. Posteriormente, o próprio Searle sistematizou a proposta de Austin (1975), ao estabelecer uma taxonomia para os atos ilocucionários, classificando-lhes em cinco categorias. São elas: os representativos (afirmar, sugerir, hipotetizar), os diretivos (ordenar, pedir, perguntar), os comissivos (prometer, oferecer), os expressivos (agradecer, dar boas-vindas) e declarativos (declarar, batizar, sentenciar).

Dentro do conjunto de itens destacados na taxonomia dos atos ilocutórios, as declarações sobressaem por possuírem propriedades linguísticas que possibilitam a criação de novas realidades sociais. Esta característica vincula as declarações com a ontologia social, uma vez que esta é a ciência que estuda como os fatos sociais são criados. O exemplo clássico utilizado para exemplificar o poder gerativo das declarações é o da cerimônia de casamento em que o proferimento de um juiz civil do tipo “eu vos declaro marido e mulher” constitui a entidade ontológica do matrimônio. As declarações têm a seguinte peculiaridade: o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional do ato de fala é levado à existência pela execução exitosa do próprio ato (Searle, 1995, p. 52). Desta forma, o ato linguístico de declarar permite criar novos fatos objetivos no mundo ao representar a nova realidade como sendo o caso, modificando o status do objeto ou indivíduo em virtude do fato da declaração ter sido bem sucedida. Uma das características distintivas das declarações é que sua forma lógica exemplifica o modo como é gerada a nossa realidade social:

X conta como Y em um contexto C (Searle, 1995, p. 58).

Dessa forma, um proferimento do tipo “quero que você trabalhe para nós”, dito de forma sincera pelo dono de uma empresa, satisfaz o valor de *X*, e conta como *Y*, isto é, o ato de contratar um determinado indivíduo num contexto *C*. Contudo, a fórmula estabelece algo mais profundo do que o simples fato de rotular alguém como novo membro de uma empresa: ela descreve um novo status que o indivíduo referido no enunciado *X* passa a possuir. A atribuição do status modifica a realidade ontológica do indivíduo, passando de desempregado a assalariado na estrutura social do mercado do trabalho. Além disso, o novo status conferido ao indivíduo lhe traz obrigações e compromissos, assim como direitos e benefícios, chamados por Searle de poderes *deônticos*. Uma diferença apresentada pelos atos declarativos, em comparação aos demais atos de fala, é que a felicidade do proferimento depende da existência de instituições extralinguísticas, sendo também necessário que o (a) autor(a) declaração ocupe a posição social requerida para realizar tal ato. Desse modo, para excomungar, declarar a guerra ou contratar alguém, é importante que a pessoa que realiza o ato ocupe a posição requerida para tal função na instituição extralinguística na qual o ato de fala se insere, uma vez que é o fato de ocupar tal posição que lhe outorga a faculdade de realizar o referido ato linguístico. Após a realização da declaração, sua aceitação depende de que esta seja aceita de maneira coletiva. Por este motivo, toda declaração está intimamente ligada à noção de intencionalidade coletiva. Desta forma, a realidade factual do matrimônio, de contratar alguém ou de julgar alguém como inocente, está subordinada ao acordo coletivo de aceitar o novo status dos indivíduos como tal.

5.3. Linguagem expressiva e funções de status

Uma vez que entendemos como, por meio de declarações, a linguagem estabelece um sistema de funções de status que configura a realidade social; e como tais funções circunscrevem as maneiras de interagir em sociedade em razão dos direitos, deveres e obrigações que são outorgados a cada indivíduo segundo as posições que eles ocupam nas diversas hierarquias que integram; passamos a compreender a importância que diversos movimentos sociais que lutam contra alguma forma de injustiça estrutural atribuem ao controle do vocabulário. No empreendimento de identificar qual é o conteúdo semântico dos expressivos, sabe-

se que é mais simples realizar tal tarefa com os termos derogatórios do que com outros membros da categoria dos expressivos - isso porque é mais fácil reparar no conteúdo normativo que é codificado num termo com o qual não compactuamos, já que esta informação vai contra o nosso sistema de crenças. No entanto, é importante lembrar que há outros tipos de itens lexicais que se inserem na categoria dos expressivos tais como epítetos, honoríficos, pronomes e apelidos que permitem expressar um reconhecimento social positivo, e cujo poder parece “invisível” justamente por estarem alinhados a crenças que possuímos em relação a nossa realidade social.

Uma maneira de tornar conspícuo o vínculo entre uso dos termos expressivos e ontologia social é explicar de que modo o uso de tais termos consegue alterar as funções de status atribuídas aos indivíduos. Conforme já dito, o proferimento de termos derogatórios permite “colocar alguém para baixo”, *i.e.*, menosprezá-lo por meio do significado convencional codificado pelo termo, o qual impõe uma norma dizendo respeito a como *se deve* tratar os membros do grupo-alvo. Assim sendo, a realização do ato coloca o proferidor acima do alvo do proferimento, possibilitando o fortalecimento de uma certa identidade de grupo, um “nós” que se contrapõe ao grupo alvo (“eles”). Deste modo, relações sociais acabam sendo reforçadas e até reajustadas (Tirrel, 2012, p. 174-175). A estratificação se dá pela erosão progressiva do status (isto é, da posição social) do(s) indivíduo(s) alvo enquanto membro(s) de um determinado grupo. Assim, pelo uso coletivo (re)iterado de proferimentos contendo termos derogatórios é possível modificar a função de status do grupo alvo e, conseqüentemente, do indivíduo que pertence a tal grupo, uma vez que esse novo status passa a ser reconhecido pela comunidade como fato.

Um exemplo disso é dado por Tirrell em seu artigo “Genocidal Language” (2012). Neste artigo, ela mostra a correlação que houve entre o surgimento de termos derogatórios em Ruanda com o genocídio que ocorreu em 1994 apoiada em dados empíricos. Segundo ela, o surgimento de termos derogatórios não apenas facilitou a polarização do país, como também alterou as normas protetivas para os Tutsis (enquanto seres humanos) ao modificar a função de status do grupo. Isso, junto com demais fatores políticos e sociais, possibilitou a ocorrência de uma massacre. Desta forma, o uso de termos derogatórios num contexto político de exaltação engendrou, junto com outros fatores políticos e sociais, a realização de ações que anteriormente seriam consideradas proibidas e até impossíveis de

acontecer. Na visão de Tirrel, os termos derogatórios utilizados pelos Hutus para se referir aos Tutsis exerceram uma função que vai além da manifestação de desprezo, uma vez que facilitaram a divisão do país em bandos rivais e, como resultado disso, contribuiu para que o valor dos Tutsis enquanto seres humanos fosse questionado.

O trabalho realizado por Yanagizawa-Drott (2014) também mostra a incidência da propagação de práticas linguísticas derogatórias em Ruanda nos atos de violência sistemáticos que dizimaram 70% da população Tutsi. Por meio de um estudo estatístico, ele evidenciou o impacto da propaganda anti-Tutsi realizada pela rádio RTL M sobre a taxa de mortalidade, a qual é 65 a 77% maior nas vilas ruandesas que receberam a sinal da RTL M (cujas gravações daquela época mostram a utilização reiterada de termos derogatórios anti-Tutsis) em comparação com as vilas que não receberam a sinal por razões topográficas. Desse modo, a realização de atos de fala que contêm conteúdo expressivo, ao modificar a função de status de um grupo de indivíduos, contribuem para privá-los de direitos humanos fundamentais, estabelecendo novas permissões que autorizam a realização de ações não linguísticas. Nesta abordagem, o uso dos termos derogatórios tem o poder de incentivar ações diretamente vinculadas com o conteúdo do termo usado.

As práticas linguísticas e as normas que as regem não operam sozinhas; elas moldam e são moldadas por práticas e normas sociais colaterais. Estas normas e práticas geram possibilidades sociais, conferindo poder a alguns participantes enquanto o nega a outros. Em Ruanda, o genocídio foi precedido por um aumento no uso de termos derogatórios anti-Tutsi, no início essencialmente entre Hutus, os quais usavam esses termos não como epítetos dirigidos diretamente contra Tutsis e, sim, como modos intragrupo de se referir aos Tutsis. O uso desses termos derogatórios marcava os Hutus como “nós” e os Tutsis como “eles”.⁵⁵

A concepção aqui exposta de acordo com a qual a diferenciação entre grupos seria estabelecida pelo uso de termos derogatórios apresenta semelhanças com a proposta de Camp. Para Camp, esse tipo de termo permite assinalar se o proferidor está alinhado ou não com determinado grupo étnico, religioso ou social (Camp,

⁵⁵ “Linguistic practices and the norms that govern them do not operate alone; they shape and are shaped by collateral social practices and norms. These norms and practices produce social possibilities, granting power to some participants while denying it to others. In Rwanda, the genocide was preceded by an increase in the use of anti-Tutsi derogatory terms, at first primarily amongst Hutu, who used these terms not as epithets hurled directly at Tutsi, but as in-group ways of referring to Tutsi. Use of these derogatory terms marked the Hutu as ‘us’ and the Tutsi as ‘them.’” Tirrell, 2012, p. 175.

2013, p. 338). Nesta visão, termos como “paraíba”, “*cholo*”, “*spic*” ou “*charnego*” são usados pelo proferidor para se distanciar socialmente, mostrando que ele está em um nível superior em relação ao alvo do proferimento e que, desta forma, este último não é digno de respeito. Ao comparar os termos recém mencionados com termos pejorativos como “babaca”, “escroto” ou “*jerk*”, uma diferença em relação ao poder de derrogação que seu uso apresenta sobressai. As injúrias étnico-raciais são altamente derogatórias por estarem ligadas a sistemas de opressão estruturais (socio-político-culturais), enquanto o termo “babaca” ou “escroto”, por não apresentarem este tipo de vínculo, não parecem ter o mesmo poder destrutivo dos primeiros.

A diferença se torna conspícua quando se faz a seguinte pergunta: será que o uso do termo acarreta uma distinção entre quem pertence (*in-group*) e quem está do lado de fora (*out-group*) do grupo-alvo da pejoração? No caso do termo “*cholo*”, por exemplo, seu mero proferimento, além de identificar um grupo de indivíduos como sendo o alvo da pejoração, coloca o proferidor numa posição dominante do lado de fora do grupo-alvo. Este caso, no entanto, se contrapõe ao caso em que alguém é chamado de “otário” ou “babaca”, pois por mais que o alvo da pejoração fique ofendido pela acusação de má-comportamento social, sempre haverá espaço, no caso, para reverter a avaliação do proferidor ao se comportar de maneira socialmente aceitável – caso se importe com isso; o que certamente não poderia acontecer no caso de uso de injúria.

No caso dos termos pejorativos como “babaca”, a atribuição de uma função de status por meio do uso do termo pode ser modificada, uma vez que esta depende de como o proferidor considera o comportamento do indivíduo. Entretanto, no caso das injúrias, estas independem de qualquer ação do indivíduo alvo, pois nem precisamos ter familiaridade com ele para que o termo possa ser-lhe atribuído, sendo necessária uma mudança muito mais profunda nas crenças do proferidor para que ele(a) deixasse de utilizar o termo.

Uma maneira de estabelecer a distinção entre termos derogatórios simples e termos *altamente* derogatórios é perguntar se eles satisfazem a condição de *essencialidade*, a qual diz respeito à comunicação de um conteúdo negativo vinculado a *um aspecto essencial* do alvo da pejoração. O termo “*cholo*”, por exemplo, satisfaz tal condição, pois parte da informação codificada faz referência à origem étnica do sujeito alvo e, ao fazê-lo, é criada e reforçada uma hierarquia entre

indivíduos (Tirrell, 2012, p. 191). Assim, a diferença comunicada pelo termo pressupõe diferenças biológicas com o alvo, as quais permitem inferir que seu comportamento moral e social é distinto e, por isso, inferior em valor ao “nosso”. Este fato serve como justificativa para a atribuição ao alvo de uma função de status inferior à do proferidor, a qual tem como efeito privá-lo dos seus direitos e impor a essa pessoa novos poderes deônticos.

Sabe-se que a função de status conferida a determinado indivíduo determina em grande parte sua capacidade de socialização, uma vez que o espectro das suas interações com outros indivíduos é, em certa medida determinado de maneira implícita por sua posição social, seus direitos e também suas obrigações reais. Por esse motivo, uma modificação na função de status do indivíduo pode aumentar ou diminuir seu poder social. Em relação a este ponto, sabe-se que há diversas interações nas quais é perfeitamente aceitável que o poder seja assimétrico, uma vez que isto é útil para os fins da conversa. Um exemplo seria uma conversa entre um comandante e um soldado no âmbito militar, ou entre pai e filha no âmbito familiar. Porém, relações desse tipo também podem estabelecer e manter um desequilíbrio pela força, como no caso de um senhor e seu escravo. Neste ponto, Mihaela Poppa enxerga a importância de distinguir os diferentes períodos de duração das investidas das diversas posições sociais que um indivíduo pode ocupar ao longo da sua vida, distinguindo entre posições sociais de *longo prazo* e de *curto prazo*. As primeiras nos acompanham a vida toda, como acontece com o gênero ou a etnicidade (mesmo para pessoas que tomam consciência de seu gênero ou etnia em algum momento ao longo da vida), ou talvez por um período de tempo considerável (como os papéis de marido, professor, arquiteto ou réu) enquanto as segundas podem durar um dia ou tão só minutos, como acontece com as posições de freguês, membro do jurado, turista, paciente, etc. (Poppa, 2017, p. 2888). O *insight* de Poppa é que nossas conversas são condicionadas pelas posições sociais dos interlocutores, já que estas estruturam as interações entre indivíduos, sendo o uso de termos expressivos uma forma de tornar tais relações explícitas. Nas palavras de Poppa,

Há uma relação íntima entre papéis sociais e discurso. Papéis sociais estruturam interações sociais, e são estruturados por elas. O discurso é estruturado por papéis sociais de diversas maneiras. Falantes sinalizam informação sobre o status de um papel através de honoríficos e termos de etiqueta. Ao interpretar o que falantes

dizem, ouvintes são guiados pela informação sobre os papéis sociais de seus interlocutores.⁵⁶

De acordo com esta visão, o uso de termos expressivos cumpre uma função importante por permitirem tanto revelar qual é a nossa posição social numa determinada conversa quanto aceitar ou questionar a do nosso interlocutor. Entretanto, se considerarmos que a posição social do indivíduo nem sempre é manifesta, uma vez que esta nem sempre aparece no contexto da conversa, é necessário estabelecer uma distinção entre a posição social do indivíduo e sua posição discursiva em uma determinada conversa. Como foi mencionado, as funções sociais são importantes porque, em muitas ocasiões, as posições discursivas em um diálogo são herdadas delas. Contudo, como um indivíduo pode ocupar uma variedade de funções sociais em diversas estruturas, qual destas funções sociais será a mais relevante em uma determinada interação dependerá do contexto da conversa.

A noção de posição discursiva apresentada por Poppa possui três componentes: o *status discursivo*, as *regras discursivas* e a *função social* associada ao indivíduo (Poppa, 2017, p. 2889). A primeira se refere à ideia de que vivemos em sociedades hierarquizadas e muitas de nossas interações pressupõem como informação relevante o lugar ocupado numa estrutura maior, (*i.e.*, quais funções de status possuem os indivíduos envolvidos). A simples percepção de que há uma diferença no nível hierárquico é um fator relevante que influencia a interação entre os interlocutores. O segundo é um componente pragmático, o qual diz respeito às regras discursivas que são permitidas ou esperadas dos interlocutores, levando em consideração a relação hierárquica que foi estabelecida entre eles. Se considerarmos a relação entre escravo e mestre, por exemplo, as interações discursivas entre eles são sujeitas a restrições por conta das suas respectivas funções de status. Isso se dá porque os poderes deônticos que possuem os interlocutores determinam (quando são explícitos) a posição discursiva que ambos ocupam num determinado intercâmbio linguístico. Se o escravo tentasse reverter o domínio do mestre e utilizar um termo derogatório no intuito de subordiná-lo, tal termo falharia em cumprir sua função pelas regras discursivas impostas. Desta forma, a posição

⁵⁶ “There is an intimate relationship between social roles and discourse. Social roles structure social interactions, and are structured by them. Discourse is structured by social roles in several ways. Speakers signal information about the status of a social role via honorifics and etiquette terms. In interpreting what speakers say, hearers are guided by information about their interlocutors’ social roles.” Poppa, 2017, p. 2888.

discursiva dos indivíduos limita as possibilidades de interações linguísticas realizadas de maneira feliz, *i.e.*, que atos de fala podem ser realizados com sucesso ao se considerar a posição social que o indivíduo ocupa como a condição preparatória para tal ato. No exemplo apresentado, a diferença na posição de status entre os interlocutores relega ao escravo sempre estar numa posição de subordinação linguística em relação ao mestre.

O terceiro componente é a função social, a qual influencia os dois primeiros componentes quando é explicitada, sendo também possível que esta informação seja revelada durante a conversa. Caso ocorra, isto acarreta uma modificação do status discursivo dos interlocutores e, conseqüentemente, das regras discursivas que regem a interação. Uma maneira de evidenciar como a função de status modifica a posição discursiva é por meio de um exemplo envolvendo um sujeito que não está presente. Considere os seguintes diálogos:

(1)

Pedro: Márcio é uma pessoa honesta.

João: Ele falou que não pegou o dinheiro da caixinha.

(2)

Pedro: O safado do Márcio ainda não chegou.

João: Ele falou que não pegou o dinheiro da caixinha.

Nestes exemplos, é possível explicar porque a interpretação do segundo enunciado muda na medida em que, no segundo diálogo, a posição discursiva de Márcio foi alterada, já que é revelada a função de status atribuída a ele por Pedro – o que explicaria porque as palavras de João têm “cara” de defesa. Desta forma, a atribuição de uma nova posição discursiva a Márcio por parte de Pedro, do tipo “ele conta como um safado para mim” lhe atribui características imorais que fazem com que os proferimentos em relação a ele mudem de interpretação (Poppa, 2017, p. 2892). No caso hipotético de que Márcio entrasse no quarto, o comportamento de Pedro e João seria diferente se o diálogo fosse 1 ou 2, uma vez que as regras discursivas mudam a partir da posição discursiva que foi outorgada a Márcio antes que ele chegasse (de honesto ou de safado), por meio da função de status que lhe foi atribuída e acomodada pelos interlocutores.

5.4. O valor semântico dos expressivos e seu vínculo com a ontologia social

No final do quarto capítulo foi apresentado um esboço de proposta em relação ao valor semântico dos expressivos que levava em consideração a conexão que esses termos entretêm, a meu ver, com a ontologia social. Mais especificamente, de acordo com esta proposta, o conteúdo semântico dos expressivos espelha princípios hierárquicos e, por esse motivo, são dispositivos linguísticos úteis para sinalizar nosso lugar nas diferentes estruturas sociais nas quais coabitamos.

Tal posicionamento sobre o valor semântico dos expressivos se apoia em quatro *insights*. O primeiro vem de Kaplan, e diz respeito a uma característica possuída pelos honoríficos: a de representar seu conteúdo por meio de um tipo de comportamento. Assim, o uso de honoríficos permite mostrar respeito, ao se encaixar num tipo de comportamento socialmente definido como prestar respeito (*to pay respect*). Esta forma de interpretar o conteúdo dos honoríficos pode ser estendida aos demais membros da categoria dos expressivos se incorporamos o segundo *insight*, a saber, o de que injúrias, termos pejorativos e epítetos podem ser vistos como a contrapartida negativa dos honoríficos. Neste caso, tais termos permitem que o proferidor desonre o alvo do proferimento, revelando uma atitude depreciativa estreitamente ligada a um comportamento social de dominância. A partir disso, tendo em vista que o proferimento destes termos sempre se insere numa estrutura maior (laboral, institucional, social ou política), torna-se possível explicar sua função como sendo a de manter ou reajustar uma ordem hierárquica em que o alvo da pejoração se encontra em posição de subordinação.

Este tipo de posicionamento sobre o valor semântico dos expressivos, além de resgatar a ideia original de que há algum tipo de especificidade nestes termos (por possuírem propriedades performativas), permite explicar sua ligação com a ontologia social. Por esse motivo, a assunção de que o valor semântico dos expressivos (na maioria dos casos) se refere explícita ou implicitamente às hierarquias sociais das quais os interlocutores participam permite esclarecer porque o estudo dos expressivos é importante para compreender fenômenos linguísticos complexos, como o da derrogação, da opressão, do silenciamento e da apropriação.

Como foi mencionado, as interjeições parecem não se enquadrar nesta caracterização. A explicação é que a utilização deste tipo de expressivos não apresenta relação à posição social ocupada. Tornando plausível um posicionamento *à la Potts* pelo menos para este tipo de casos. Considere:

- a. Esqueci a porra da chave.
- b. Aquele maldito cachorro latiu a noite inteira.
- c. Oba! Lá vem ela.

No primeiro enunciado, o valor semântico do termo “porra” seria interpretado nos moldes de Potts como uma expressão de frustração em relação a um estado de coisas no mundo. No segundo enunciado, o termo “maldito” pode ser compreendido tanto como uma disposição negativa quanto como uma avaliação negativa por parte do proferidor em relação ao cachorro, que permitiria inferir a partir disto algum tipo de distanciamento entre eles. Por esse motivo, qualquer continuação discursiva do tipo “vou me oferecer para cuidar dele quando seus donos saírem de férias” parece infeliz, uma vez que vai contra o posicionamento revelado no proferimento que lhe antecedeu. No terceiro enunciado, o termo “oba” expressa uma atitude positiva em relação ao fato dela (a menina referida) estar vindo, ou talvez uma certa proximidade (real ou desejada) entre ela e o falante. Nos três casos apresentados, não fica claro quais seriam os ganhos teóricos de uma explanação em termos de funções de status conferidos pela posição ocupada pelos interlocutores em determinadas estruturas sociais.

Porém, se considerarmos a heterogeneidade dos itens lexicais que formam a categoria dos expressivos, e como o fato mencionado só se aplica no caso de interjeições e adjetivos expressivos como “*damn*” ou “merda”, isso poderia sugerir tão somente que não é possível comportar a diversidade de itens lexicais delimitada por Potts como a categoria semântica dos expressivos. Este é, de fato, o tipo de posicionamento aqui defendido. Vale a pena ressaltar que é possível utilizar os mesmos termos para gerar exemplos que mostram uma certa avaliação por parte do proferidor, a qual pode ser enxergada como um tipo de posicionamento social (*social standing*). Considere:

- d. Dorival perdeu a porra da eleição.

- e. Aquele maldito médico não detectou os sintomas da minha avó.
- f. Oba! Cabral foi para a cadeia.
- g. Foda-se o Flamengo!

Esta forma de interpretar o valor semântico dos expressivos é compatível com a ideia de que há algum tipo de valoração implícita ao utilizar estes termos. No caso dos exemplos recém apresentados, quando a valoração é negativa, o posicionamento social é o de distância. No caso dos honoríficos, o valor semântico pode revelar tanto uma valoração positiva quanto uma simples aceitação da estrutura hierárquica da qual o alvo do proferimento faz parte.

O terceiro *insight* diz respeito a como os expressivos permitem revelar um certo distanciamento ou certa aproximação social, sendo o exemplo paradigmático disso o caso dos pronomes de tratamento que permitem expressar familiaridade ou respeito. Sabe-se que em sociedades ultra-hierarquizadas como a sociedade japonesa, o uso de honoríficos cumpre um papel fundamental: serve para estabelecer uma ordem social por meio da distância ou aproximação que temos com os demais indivíduos nas diversas estruturas sociais das quais fazemos parte. Neste caso, seu uso cumpre a função de definir em cada situação quem tem o poder de mando e quem deve obedecer ao se fazer transparente qual é a nossa posição em relação aos demais indivíduos. Neste ponto, é interessante notar o caso de uma injúria comumente utilizada no México para demarcar as pessoas que não respeitam as hierarquias, isto é, o (suposto) lugar delas. O termo utilizado é “*igualado*” ou “*igualada*”, e serve para mirar as pessoas que tratam todos como iguais, ou seja, que não distinguem classes sociais ou a estrutura hierárquica de uma instituição da qual são membros⁵⁷. A análise desta injúria é interessante pois cumpre a função de punir ou envergonhar as pessoas que quebram a distância entre as categorias sociais. Uma outra acepção do uso de termo se aplica a uma pessoa que no ambiente laboral não utiliza os pronomes de respeito para com o empregador, ou seja, serve como uma crítica do empregador pelo empregado não respeitar a estrutura laboral e não lhe atribuir suficiente autoridade. Desse modo, a injúria “*igualado*” ou “*igualada*” possui como traço definidor a característica de o indivíduo-alvo não possuir o

⁵⁷ Para saber mais sobre o uso do termo “*igualada(o)*” no México, o leitor pode se reportar a seguinte matéria: <https://laverdadjuarez.com/index.php/2019/05/08/una-columna-mas-feminista/>.

devido respeito pelas hierarquias sociais, o que de certa forma espelha a conexão que, a meu ver, os expressivos apresentam com a ontologia social.

O último *insight* diz respeito à importância que têm as estruturas sociais na explicação do comportamento dos indivíduos, uma vez que estas determinam as funções de status cumpridas por um determinado indivíduo na sociedade e, com isso, quais são seus poderes deônticos. Nesse sentido, este posicionamento unifica o que as pessoas fazem com a linguagem na estrutura social dentro da qual o uso da linguagem se situa. (Poppa, 2017, p. 2904).

Cabe mencionar que esse *insight* permite explicar fenômenos complexos com os quais o uso dos expressivos está intimamente relacionado, tais como o fenômeno da derrogação. A explicação das repercussões do uso de injúrias para além do contexto discursivo se dá pela introdução da noção de “posição discursiva”, que explica como todo diálogo estabelece uma ordem entre os interlocutores que é comumente herdada da posição de status que estes possuem. No entanto, esta relação também se dá no sentido inverso; ou seja, o uso de termos expressivos pode modificar a posição discursiva dos interlocutores, permitindo que em certas circunstâncias as funções de status dos interlocutores sejam alteradas. Isto permite explicar porque determinada pessoa pode ser prejudicada por meio desse tipo de discurso por um tempo que se prolonga para além do intercâmbio discursivo.

6 Conclusão

Na presente tese defendi que uma análise semântica dos expressivos deve considerar a conexão que estes itens lexicais possuem com a ontologia social. Por esse motivo, uma correta interpretação do valor semântico dos expressivos deve incorporar tanto uma investigação do que as pessoas fazem com a linguagem, quanto a estrutura social dentro da qual o uso da linguagem se situa. Este tipo de posicionamento abre caminhos teóricos que facilitam a compreensão de fenômenos linguísticos complexos aos quais o uso de termos expressivos está intimamente relacionado. Dentre tais fenômenos temos o da apropriação linguística de termos derogatórios por parte de uma comunidade que é marginalizada; o fenômeno linguístico da opressão, que pode ocasionar o silenciamento de um determinado grupo de indivíduos numa comunidade; ou ainda o fenômeno da derrogação, o qual foi abordado em profundidade na presente tese.

No primeiro capítulo foi apresentado porque, a meu ver, as distinções apresentadas por Kaplan sobre o fenômeno da expressividade na linguagem natural são tão importantes para os debates em andamento. Mais especificamente, vimos como sua ideia de que é possível comportar o significado dos termos expressivos numa semântica das condições de uso permite evidenciar como estes possuem um significado convencionalmente codificado, fato que os afasta de qualquer tipo de posicionamento que os enxergue como meras descargas verbais.

Na sequência, foram apresentadas as duas propostas semânticas de Potts para comportar o significado dos expressivos, sendo uma das descobertas da presente tese que a definição funcional utilizada para operar seus modelos não é neutra, *i.e.*, ela adota de forma implícita um posicionamento em relação ao valor semântico dos expressivos. Esse fato se explica ao percebermos que, ao estabelecer condições subjetivas para o uso dos termos, podemos inferir que os modelos pottseanos adotam um posicionamento do tipo subjetivista, de cunho emotivista.

No capítulo 2, foi esclarecido como um dos resultados da presente tese é o de que a análise semântica de Potts adota uma visão em relação ao comportamento

semântico de alguns membros da categoria dos expressivos (honoríficos, pronomes de tratamento e subjuntivo em alemão) que contradiz a própria definição funcional utilizada em seus modelos. Isso porque a contribuição semântica atribuída a esses itens particulares em seus modelos fixa uma relação objetiva entre os interlocutores, o que contraria a caracterização que os retrata como meras descargas verbais de estados subjetivos.

No capítulo 3, mostrei como a tese de Potts de que os expressivos pertencem a uma classe semântica natural delimitada por um conjunto de propriedades distintivas não compartilhadas pelos conteúdos descritivos pode ser questionada. Isso se dá porque há diversos contra exemplos que mostram a dificuldade de comportar um conjunto de itens tão heterogêneos em uma única categoria. Desta forma, foi evidenciado como a base teórica sobre a qual Potts funda seu projeto de proporcionar uma teoria formal unificada do significado dos expressivos (e dos descritivos) pode ser questionada. Isto porque não podemos defender de maneira conclusiva que os termos expressivos possuam o conjunto de propriedades distintivas apresentado.

No capítulo 4, expus os problemas que deve enfrentar Potts ao defender um posicionamento subjetivista de cunho emotivista em relação ao valor semântico dos expressivos. Mais especificamente, foi esclarecido como o fato de não se apresentar normas objetivas de avaliação para os estados emocionais externados traz dificuldades na hora de tentar explicar o fenômeno do desacordo expressivo. No mesmo capítulo, mostrei como a definição funcional de Potts não consegue explicar satisfatoriamente as propriedades derogatórias carregadas por alguns expressivos, utilizando este fato como justificativa para abandonar qualquer tipo de posicionamento subjetivista. No final do capítulo, argumentei que uma interpretação correta do valor semântico dos expressivos deve considerar a estrutura social na qual um determinado enunciado expressivo encontra-se inserido, uma vez que tal perspectiva facilita a compreensão de fenômenos complexos nos quais o uso de expressivos está envolvido.

No capítulo 5, foi esclarecido como a ponte teórica entre a ontologia social e a linguagem expressiva pode ser fundada. Para isso, mostrei como os termos expressivos têm a capacidade de modificar as funções de status (*status function*) dos indivíduos quando seu conteúdo passa a ser aceito de forma coletiva. Nesta forma de abordar o significado dos termos expressivos, seu uso impõe um conteúdo

normativo que serve tanto para reforçar e reajustar as relações hierárquicas entre indivíduos, quanto para permitir a realização de ações não linguísticas que estão estreitamente ligadas ao conteúdo do termo.

Bibliografia

- AUSTIN, J. L. **Como hacer cosas con palabras**. Paidós, Barcelona, 1962.
- ANDERSON, L. e LEPORE, E. Slurring words. In: NOÛS, 47, 2013a, p. 25-48.
- ANDERSON, L. e LEPORE, E. What did you call me? Slurs as prohibited words. In: ANALYTIC PHILOSOPHY, 54 (3), 2013b, p. 350-363.
- AMARAL, P.; ROBERTS, C. e SMITH, E. A. Review of *The Logic of Conventional Implicatures* by Chris Potts. In: LINGUISTICS AND PHILOSOPHY, 30, 2007, p. 707-749.
- BACH, K. The Myth of Conventional Implicature. In: LINGUISTICS AND PHILOSOPHY, 22, 1999, p. 367-421.
- BLAKEMORE, D. On the descriptive ineffability of expressive meaning. In: JOURNAL OF PRAGMATICS, 43, 2011, p. 3537–3550.
- CAMP, E. Slurring perspectives. In: ANALYTIC PHILOSOPHY, 54, 2013, p. 330-349.
- CAMP, E. Expressivism. In: ROUTLEDGE HANDBOOK OF METAETHICS. D. Plunkett, T. McPherson (Eds.), Oxford: Routledge, 2017, p. 87-101.
- CEPOLLARO, B. The Semantics and Pragmatics of slurs and thick terms. In: PHILOSOPHY. PSL Research University, 2017.
- CEPOLLARO, B. e STOJANOVIC, I. Hybrid Evaluatives: In Defense of a Presuppositional Account. In: GRAZER PHILOSOPHISCHE STUDIEN, 93, 2016, p. 458-488.
- CEPOLLARO, B.; DOMANESCHI, F. e STOJANOVIC, I. When Is It OK to Call Someone a Jerk? An Experimental Investigation of Expressives. In: SYNTHESIS, 2020.
- CRUSE, D. A. **Lexical Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- D'ARMS, J. e JACOBSON, D. The Moralistic Fallacy: On the 'Appropriateness' of Emotions. In: PHILOSOPHY AND PHENOMENOLOGICAL RESEARCH, 61 (1), 2000, p. 65-90.
- DUMMETT, M. **Frege: Philosophy of Language**. 2. Ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

- FORTIN, A. **The Morphology and Semantics of Expressive Affixes**. Tese de doutorado. Oxford University, 2011.
- FREGE, G. Logic. In: **Posthumous Writings**. Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Friedrich Kaulbach (Eds.), trad.: Peter Long; Roger White. Oxford: Basil Blackwell, 1979, p. 126-151.
- FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. Ed. amp. e rev. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1892 (2009), p. 129-158.
- GARCÍA-CARPINTERO, M. e MARQUES, T. Really expressive presuppositions and how to block them. In: **GRAZER PHILOSOPHISCHEN STUDIEN**, 2019, no prelo.
- GEURTS, B. Really fucking brilliant. In: **THEORETICAL LINGUISTICS**, 33, 2007, p. 209-214.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: **Syntax and Semantics**, iii: Speech Acts. Peter Cole, Jerry Morgan (Eds.), New York: Academic Press, 1975, p. 43-58.
- GUTZMANN, D. Expressive modifiers & mixed expressives. In: **EMPIRICAL ISSUES IN SYNTAX AND SEMANTICS**, 8, Olivier Bonami, Patricia Cabredo-Hofherr (Eds.), 2011, p. 123-141. Disponível em: <<http://www.cssp.cnrs.fr/eiss8/gutzmann-eiss8.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- GUTZMANN, D. Expressives and beyond. An introduction to varieties of use-conditional meaning. In: **Beyond Expressives. Explorations in Use-Conditional Meaning**, Daniel Gutzmann, Hans-Martin Gärtner (Eds.), 2013, p. 1-58. Leiden: Brill. Disponível em: <<http://www.danielgutzmann.com/work/expressives-and-beyond/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- GUTZMANN, D. Use-Conditional Meaning. In: **Studies in Multidimensional Semantics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- HASLANGER, S. What is a (social) structural explanation? In: **PHIL STUDIES**, 173 (1), 2016, p. 113-130.
- HOM, C. The Semantics of Racial Epithets. In: **JOURNAL OF PHILOSOPHY**, 105, 2008, p. 416-40.
- JAY, T. e JANSCHWITZ, K. Filling the emotion gap in linguistic theory: Commentary on Pos' expressive dimension. In: **THEORETICAL LINGUISTICS**, 33 (2), 2007, p. 215-221.

- JESHION, R. Slurs and stereotypes. In: *ANALYTIC PHILOSOPHY*, 54, 2013a, p. 314-329.
- JESHION, R. Expressivism and the offensiveness of slurs. In: *PHILOSOPHICAL PERSPECTIVES*, 27, 2013b, p. 231-259.
- JESHION, R. Slurs, dehumanization, and the expression of contempt. In: **Bad words**. D. Sosa (Ed.), Oxford: Oxford University Press, no prelo.
- KAPLAN, D. The Meaning of ‘Oops’ and ‘Ouch’. Howison Lecture, UC Berkeley, 1999.
- KARTTUNEN, L. e PETERS, S. Conventional Implicature. In: **Oh and Dinneen**, 1979, p. 1-56.
- LASERSOHN, P. Expressives, perspective, and presupposition. In: **Theoretical Linguistics**, 33, 2007, p. 223-230
- LOBNER, S. **Understanding Semantics**. London: Arnold, 2002.
- MACIÀ, J. Presupición y significado expresivo. In: *THEORIA: REVISTA DE TEORIA, HISTORIA Y FUNDAMENTOS DE LA CIENCIA*, 3 (45), 2002, p. 499-513.
- MANNE, K. **Down Girl: The Logic of Misogyny**. New York: Oxford University Press, 2017.
- POPA, M. e WYATT, J. Slurs, roles and power. In: *PHILOSOPHICAL STUDIES*, 175, 2018, p. 2879-2906.
- POTTS, C. **The Logic of Conventional Implicature**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.
- POTTS, C. The expressive dimension. In: *THEORETICAL LINGUISTICS*, 33 (2), 2007, p. 165-197.
- POTTS, C. Conventional implicature and expressive content. In: **Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning**, vol 3, Maienborn, C., vov Heusinger, K., Portner, P. (Eds.), Berlin: Mouton de Gruyter, 2012, p. 2516-2535.
- PREDELLI, S. **Meaning without truth**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- SCHLENKER, P. Expressive Presuppositions. In: *THEORETICAL LINGUISTICS*, 33, 2, 2007, p. 237-245.
- SCHROEDER, M. Hybrid Expressivism: Virtues and Vices. In: *ETHICS*, 119, 2009, p. 257-309.

SEARLE, J. A Taxonomy of Illocutionary Acts. In: **EXPRESSION AND MEANING: STUDIES IN THEORY OF SPEECH ACTS**, vol. 7 of Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Keith Gunderson (Ed.), Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, p. 1-29.

SEARLE, J. **The construction of social reality**. New York: Simon & Schuster (Free Press), 1995.

SOUTIF, L. e MÁRQUEZ, C. Expressives and the Theory of Bias. In: **SLURS AND EXPRESSIVITY: SEMANTICS AND BEYOND**. E. Orlando, A. Saab (Eds.), Lanham, MD: Lexington Books, 2020.

STEVENSON, C. The Emotive Meaning of Ethical Terms. In: **MIND**, 46, 1937, p. 14-31.

STEVENSON, C. **Ethics and Language**. New Haven and London: Yale University Press, 1944.

TIRRELL, L. Genocidal language games. In: **SPEECH AND HARM: CONTROVERSIES OVER FREE SPEECH**. I. Maitra, M. K. McGowan (Eds.), Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 174-221.

STOJANOVIC, I. e SORIA, A. On Linguistic Evidence for Expressivism On Linguistic Evidence for Expressivism. Published online by Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02522706/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

VOLEK, B. **Emotive Signs in Language and Semantic Functioning of Derived Nouns in Russian**. John Benjamins Publishing Company, 1987.

WHITING, D. It's not what you said, it's the way you said it: Slurs and conventional implicatures. In: **ANALYTIC PHILOSOPHY**, 54, 2013, p. 364-377.

WILLIAMS, B. **Ethics and the Limits of Philosophy**. London: Fontana, 1985.

WILLIAMSON, T. Reference, inference, and the semantics of pejoratives. In: **The philosophy of David Kaplan**. J. Almog, P. Leonardi (Eds.), Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 137-158.

YABLO, S. Non-catastrophic presupposition failure, In: **Content and modality: Themes from the philosophy of Robert Stalnaker**. J. Thomson, A. Byrne (Eds.), Oxford, Clarendon Press, 2006, p. 164-190.

YANAGIZAWA-DROTT, D. Propaganda and conflict: Theory and evidence from the Rwandan genocide. In: **QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS**, 129 (4), 2014, p. 1947-1994.

YULE, G. **The Study of Language**. Cambridge University Press, 2006.

ZIMMERMANN, M. I like that damn paper – ree comments on Christopher Potts' e expressive dimension. In: THEORETICAL LINGUISTICS, 33 (2), 2007, p. 247-254.